



Banco de Portugal

EUROSISTEMA

Evolução das Economias dos PALOP e de Timor-Leste
2006 | 2007

Disponível em
www.bportugal.pt
Publicações

BANCO DE PORTUGAL

Departamento de Relações Internacionais

Rua do Comércio, 148
1100-150 LISBOA

www.bportugal.pt

Design e Distribuição

Departamento de Serviços de Apoio
Av. Almirante Reis, 71/2º.
1150-012 Lisboa

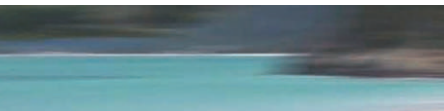
Impressão e Acabamento

Tipografia Peres

Tiragem

600 exemplares

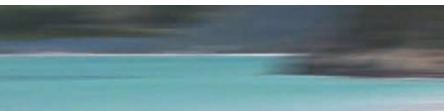
Deposito Legal N° 235642/05
ISSN 1646-2807



ÍNDICE

Índice

<i>Nota prévia</i>	7
Capítulo I <i>Enquadramento Internacional</i>	11
Capítulo II <i>Evolução das Economias dos PALOP e de Timor-Leste</i>	17
Angola	19
Cabo Verde	37
Guiné-Bissau	55
Moçambique	73
São Tomé e Príncipe	91
Timor-Leste	109
Capítulo III <i>Relações Económicas e Financeiras entre Portugal e os PALOP e Timor-Leste</i>	127
III.1. Relações comerciais e balança de pagamentos de Portugal com os PALOP e Timor-Leste	129
III.2. Investimento directo bilateral nos PALOP e em Timor-Leste	135
III.3. Dívida oficial dos PALOP a Portugal	139



NOTA PRÉVIA

Nota Prévia

À semelhança das edições anteriores, a "Evolução das Economias dos PALOP e de Timor-Leste – 2006/2007" pretende contribuir para um melhor conhecimento da realidade económica actual dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa e de Timor-Leste, tanto no que diz respeito aos seus indicadores macroeconómicos fundamentais como no que se refere às respectivas relações económicas e financeiras com Portugal.

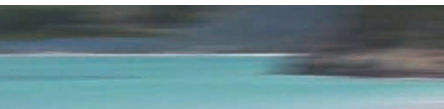
O presente documento foi elaborado com base em informação recebida até Agosto, a qual corresponde, em alguns casos, a valores preliminares ou estimativas, eventualmente passíveis de posterior revisão.

Agradece-se a amável colaboração das diversas entidades contactadas – em particular, os bancos centrais de Angola, Cabo Verde, Moçambique e São Tomé e Príncipe, a Agência Nacional do Banco Central dos Estados da África Ocidental na Guiné-Bissau e a Autoridade Bancária e de Pagamentos de Timor-Leste – que se revestiu da maior importância para a obtenção dos elementos de informação necessários à elaboração do presente relatório.

Departamento de Relações Internacionais

Área de Cooperação

Setembro de 2007



CAPÍTULO I. ENQUADRAMENTO INTERNACIONAL

Em 2006 e nos primeiros meses de 2007, prosseguiu o forte crescimento da economia mundial, acompanhado por um grande dinamismo no comércio mundial e elevados fluxos de capitais para as economias emergentes. A expansão, como já ocorrera em 2005, foi liderada pelo vigor das principais economias emergentes, com especial destaque para a China e também para a Índia e Rússia. No primeiro semestre de 2007, e pela primeira vez, foi a China, o país que deu o maior contributo para o crescimento global, quer a preços de mercado, quer em paridades de poder de compra. Em contrapartida, denotou-se em 2007 um nítido abrandamento nos EUA e no segundo trimestre deste ano também a área do euro e o Japão registaram desaceleração.

O crescimento dos últimos anos foi comum a todas as regiões e acompanhado por uma menor amplitude de flutuação inter-anual do produto. Este dinamismo da economia mundial assentou em fundamentos sólidos, na sequência dos esforços de maior disciplina orçamental generalizados às várias regiões e de políticas monetárias cautelosas orientadas para a estabilidade de preços, com efeitos sobre a inflação e expectativas inflacionistas. A inflação subjacente manteve-se contida nas várias regiões e grupos de países, apesar do aumento dos preços dos bens energéticos e alimentares.

A turbulência ocorrida recentemente, em Agosto de 2007, nos mercados financeiros surge como a principal incerteza e factor de risco imediato. Este episódio, com origem no mercado hipotecário de alto risco dos EUA propagou-se a outros sectores, com repercussões generalizadas nos mercados financeiros internacionais. A dificuldade de valorização de alguns produtos e consequente seca de liquidez nos mercados secundários de alguns produtos estruturados, conjugada com preocupações quanto ao volume e inclusivamente à localização das perdas potenciais, traduziu-se no aumento da volatilidade e subida dos diferenciais de preço/juro nas classes de activos de maior risco. Esta turbulência transmitiu-se aos mercados monetários, dadas as dificuldades de financiamento em algumas instituições financeiras particularmente expostas. Os bancos centrais das principais economias industrializadas, incluindo o BCE, injectaram elevados montantes de liquidez no mercado, com vista à normalização do funcionamento dos mesmos. Em termos gerais, os efeitos nos mercados emergentes foram relativamente moderados, não indiciando uma penalização excessiva destas economias.

O impacto das pressões financeiras sobre a economia real dependerá da dimensão da contracção nos mercados de crédito, num contexto de reapreciação do risco e volatilidade acrescida, bem como do tempo necessário para o retorno da normalidade e, obviamente, do grau de desaceleração da actividade que ocorrer nos EUA, uma vez que, no actual contexto de globalização, uma contracção desta economia, com quebra de confiança e diminuição do consumo das famílias, terá repercussões sobre as várias regiões do globo através dos efeitos sobre a procura externa e os fluxos de capital.

Sendo a crise financeira e o aperto das condições de liquidez a nível global o principal elemento de risco negativo da conjuntura internacional a curto prazo, não podem ser ignorados outros factores de risco para a evolução económica internacional, como as potenciais pressões inflacionistas, a volatilidade e incerteza nos mercados petrolíferos e as questões de âmbito estrutural associadas ao envelhecimento populacional, ao evoluir da globalização e ao aquecimento global.

Após vários anos de elevada expansão, a economia dos EUA evoluiu no primeiro semestre de 2007 a um ritmo mais moderado. O prosseguimento da correcção de preços no mercado de habitação – que se prolonga já desde meados de 2005 – conduziu a uma significativa quebra do investimento residencial. Além disso, o efeito das dificuldades neste sector sobre a riqueza das famílias, em conjunto com a subida dos preços da gasolina, traduziu-se numa atenuação do consumo priva-

do. Existe o risco de o actual contexto de excesso de oferta no mercado de habitação, alargamento das situações de incumprimento e condições financeiras mais restritivas poderem conduzir a um agravamento da crise, com consequências acentuadas sobre os orçamentos familiares e o consumo. O abrandamento da actividade tem-se traduzido numa progressiva atenuação da inflação subjacente. Em Agosto, o FED respondeu à crise financeira reduzindo a taxa de desconto em 50 pontos base e injectando níveis significativos de liquidez no mercado e, no dia 18 de Setembro, reduziu em 50 pontos base, para 4.75%, a taxa de referência dos fundos federais. A evolução orçamental tem sido favorável, esperando-se uma redução do défice superior ao programado, em virtude do dinamismo das receitas e despesas inferiores ao orçamentado. O défice corrente deverá atenuar-se ligeiramente em 2007. O dólar tem vindo a depreciar-se em termos efectivos reais.

Fortalecida pelos progressos nas políticas macroeconómicas e estruturais, a economia japonesa revelou em 2006 uma expansão sólida, com crescimento acima do PIB potencial e excedente externo confortável. Na sequência das reformas estruturais, o sector bancário continuou a fortalecer-se e a rentabilidade empresarial atingiu níveis máximos. Num quadro de persistente acalmia dos preços, associada à moderação salarial e às pressões concorrenciais a nível global, o Banco do Japão tem agido de forma prudente, só muito gradualmente reduzindo o carácter acomodatório da política. As baixas taxas de juro têm induzido saídas de capital, incluindo “carry trade” de carácter especulativo, o que requer uma continuada vigilância regulamentar e uma adequada gestão dos riscos. A consolidação orçamental avançou mais rapidamente do que o previsto. Incentivos a uma maior flexibilidade do mercado de trabalho e medidas de promoção da concorrência, através da abertura de mercados e continuação da desregulamentação, serão as prioridades de ordem estrutural.

A área do euro conheceu em 2006 e no primeiro trimestre de 2007 um período de expansão sustentada, assente em sólidos fundamentos e com equilíbrio das contas externas. As restrições de capacidade e a elevada rentabilidade empresarial estimularam o investimento – em equipamento e também construção – enquanto a forte procura externa se reflectiu na robustez das exportações. Em termos orçamentais, o vigor das receitas públicas em 2006 foi aproveitado para fortalecer a consolidação orçamental. No âmbito do Pacto de Estabilidade e Crescimento, vários países visam atingir a médio prazo um orçamento equilibrado ou ligeiramente excedentário e os Estados-membros que ainda não alcançaram os objectivos deverão registar melhorias anuais no défice ajustado ciclicamente de pelo menos 0.5% do PIB. Prosseguiram as reformas estruturais nos mercados de produtos, de trabalho e na integração do mercado financeiro. Com o PIB a crescer em linha com o potencial, o BCE prosseguiu a política de subida gradual das taxas de referência. Desde Junho, a principal taxa de refinanciamento situa-se em 4%. Os dados do segundo trimestre de 2007 revelam uma atenuação da economia explicada pela inversão do investimento, que se contraiu pela primeira vez em quatro anos; em contrapartida, os indicadores relativos ao consumo são encorajadores.

Grande número de economias emergentes e em desenvolvimento registaram em 2006 níveis historicamente altos de entradas líquidas de capitais. As oportunidades criadas pela globalização e inovações tecnológicas aumentaram a atractividade destes países ao investimento directo estrangeiro, bem como a uma diversificação do investimento de carteira. Também as remessas de emigrantes têm sido fonte de recursos adicionais. O elevado acesso a financiamento externo trouxe múltiplos benefícios aos países, favorecendo níveis sustentados de investimento e crescimento económico, ao mesmo tempo que permitiu aos países reduzir as sua dívida externa e aprofundar os mercados financeiros internos. Introduziu contudo novos desafios à gestão das políticas internas. Em muitos casos, os países responderam através de uma maior flexibilidade cambial, ao mesmo

tempo que aproveitaram para reduzir a dívida externa e proceder à acumulação de reservas cambiais.

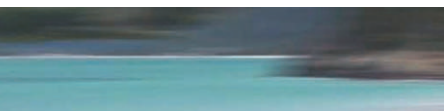
As economias emergentes da Ásia registaram ritmos muito elevados de expansão, em resultado das subidas de produtividade e dum enquadramento externo favorável às exportações e às fortes entradas de capitais. Destaque-se a China, onde o PIB cresceu cerca de 11%, quer em 2006, quer, em termos homólogos, no primeiro semestre de 2007, num contexto de aceleração do investimento e das exportações. O excedente corrente da região tem vindo a aumentar. O sucesso na gestão dos fluxos externos foi conseguido através de um conjunto de respostas pragmáticas, ajustadas às características específicas de cada país. Nalguns casos, como a China e a Malásia, procedeu-se a reformas da política cambial e a alguma apreciação nominal e real das respectivas moedas, embora tenha prosseguido a acumulação de reservas. Outra linha de actuação (China, Coreia, Malásia, Tailândia) foi a redução das restrições regulamentares às saídas de capital, facilitando-se a aquisição de activos externos por investidores privados e fundos de pensões. Além disso, muitas firmas da região expandiram o seu investimento directo no estrangeiro. Em países onde é necessário prosseguir a consolidação orçamental, a resposta passou também pela contenção das despesas públicas.

A América Latina registou também um forte crescimento, apesar de alguma atenuação em 2007, em particular no México e Caraíbas, associada ao abrandamento da actividade nos EUA. Também os países exportadores de bens primários começam a enfrentar restrições de capacidade, pelo que se espera algum abrandamento face ao elevado ritmo registado em 2006. A inflação encontra-se relativamente controlada e a região continua a registar um saldo externo corrente positivo, embora mais reduzido do que em 2005 e 2006. A presente expansão é a mais longa desde os anos 60 e contribuiu para a redução da crónica vulnerabilidade externa da região. O fortalecimento do quadro de políticas macroeconómicas, incluindo o reforço das contas do sector público e as políticas monetárias orientadas para a estabilidade de preços, tem ancorado a confiança dos investidores. Neste contexto, o impacto da recente turbulência financeira foi até ao momento relativamente contido. Estes países terão agora de consolidar os progressos alcançados, assegurando a sustentabilidade do investimento e crescimento económico.

Nos países emergentes da Europa Central e de Leste, o crescimento manteve-se acima do potencial, em resultado da robustez quer da procura interna quer das exportações. Estas têm beneficiado do crescimento da procura por parte da União Europeia, incluindo o aprofundamento das relações comerciais entre os novos Estados-membros. O acentuado crescimento do crédito interno tem dinamizado a procura interna e contribuído, em particular nos países Bálticos mas também no sudeste europeu, para a persistência de elevados défices externos correntes, em grande parte financiados por créditos interbancários. Espera-se o prosseguimento da convergência económica dos novos países da União Europeia, suportada pelo forte crescimento do investimento e da produtividade.

Após um crescimento de cerca de 5.5% em 2006, estima-se que os países da África Sub-Sahariana registem uma aceleração em 2007, devida à entrada em actividade de novas linhas de produção em países exportadores de petróleo como Angola e a Nigéria. O sucesso económico da região nos últimos anos, embora associado ao elevado desempenho económico global, aos ganhos de termos de troca e ao alívio da dívida externa, foi potenciado pelas reformas estruturais e institucionais prosseguidas ao longo dos últimos anos, nomeadamente a nível da consistência das políticas económicas, da crescente abertura das economias e do reforço do clima empresarial. Os países da África Sub-Sahariana conseguiram diversificar a produção para sectores industriais não tradicionais e alargar os mercados de destino das exportações, nomeadamente para novos merca-

dos na Ásia. Para poderem participar plenamente na economia global e utilizar eficientemente os recursos externos disponíveis sob a forma de ajuda pública e investimento privado, estes países deverão agora consolidar as reformas institucionais e de governação. Em particular, as amplas e frequentemente imprevisíveis flutuações inter-anuais dos fluxos de ajuda colocam desafios específicos à gestão e monitoragem da despesa pública.



CAPÍTULO II. EVOLUÇÃO DAS ECONOMIAS DOS PALOP E DE TIMOR-LESTE



ANGOLA

Área: 1 246 700 Km²

Capital: Luanda

População: 15.9 milhões (2005)

Moeda: Kwanza

II.1.1. Síntese

A conjuntura excepcionalmente favorável que a economia angolana vem atravessando desde o início da década em curso continuou bem patente durante o período em análise, traduzindo-se nomeadamente em elevadas taxas de crescimento, na desaceleração progressiva da cadência inflacionária e na substancial melhoria das finanças públicas e da posição externa. Tal evolução tem sido determinada pela conjugação de diversos factores positivos, com destaque para o desempenho do sector petrolífero, impulsionado em simultâneo pela alta dos preços internacionais e pelo aumento da produção — que reflecte os frutos do esforço de investimento encetado na década passada. Ao impacto induzido pela disponibilidade crescente de receitas petrolíferas, vieram juntar-se as oportunidades abertas pelo fim do conflito armado, em 2002 — potenciadas ainda, entre outros factores, pela eficácia da estratégia de estabilização nominal posta em prática nos últimos anos, de forma gradual mas continuada, pelas autoridades angolanas.

Quadro II.1.1.

PRINCIPAIS INDICADORES ECONÓMICOS (2004 – 2007)					
	2004	2005	2006	2006	2007
		Est.	Proj.	Est.	Proj.
PIB real (<i>t.v. anual</i>)	11.2	20.6	14.6	18.6	19.8
Inflação (<i>t.v.a. média</i>)	43.5	23.0	13.0	13.3	8.0
Massa monetária (<i>t.v. anual</i>)	49.8	59.7	42.9	59.5	28.8
Balança corrente (% PIB)	3.5	15.7	8.8	23.3	6.4
Saldo orçamental (% PIB)	-1.6	7.4	-5.9	14.8	-3.3
Dívida externa (% PIB)	54.8	37.6	...	20.8	16.1

Fontes: BNA, Min. Finanças de Angola e FMI.

A evidência de uma melhoria significativa ao longo dos anos mais recentes está, de facto, claramente reflectida na generalidade dos indicadores macroeconómicos relevantes (cf. Quadro II.1.1). É, assim, possível constatar que o ritmo de expansão da actividade económica permaneceu muito elevado em 2006 — com a virtude adicional de o principal contributo para esse dinamismo ter vindo agora da esfera não-petrolífera — ao mesmo tempo que a inflação mantinha um pendor claramente descendente, pelo quarto ano consecutivo, e que tanto as contas públicas como as externas evidenciavam posições cada vez mais confortáveis.

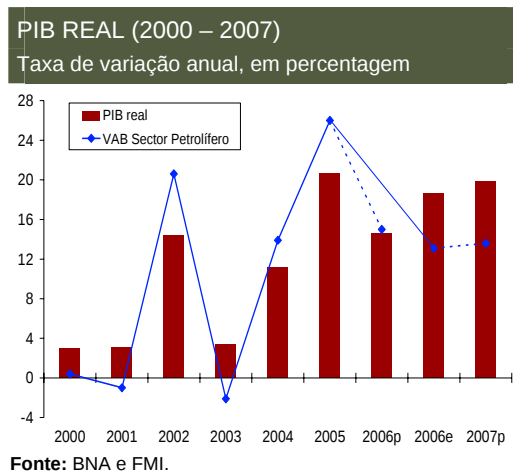
O progresso verificado está, aliás, particularmente evidente no facto de o valor apurado para a dívida externa de Angola em 2006 ter ficado abaixo do patamar em que se fixaram as respectivas disponibilidades líquidas sobre o exterior. Em contrapartida, poderão destacar-se, enquanto desafios especialmente relevantes para a política económica, a importância de assegurar um grau de execução adequado das despesas públicas de investimento, assim como de concretizar o processo de desinflação ao ritmo apropriado e de fomentar a competitividade externa da economia não-petrolífera — questões estas que acabam por se reflectir, directa ou indirectamente, na capacidade para dar resposta às carências sociais com que o país se confronta.

II.1.2. Procura, Produção e Preços

De acordo com as estimativas mais recentes, a economia angolana terá registado em 2006 um crescimento real de 18.6%, ou seja ligeiramente menos do que chegou a ser admitido mas bastante acima dos 14.6% inicialmente previstos. É um resultado tanto mais notável por se tratar do quarto ano com taxas de crescimento a dois dígitos na corrente década — desempenho este que coloca Angola entre os países com mais rápida expansão económica em todo o mundo. Ascendeu já,

aliás, à posição de terceira maior economia da África Sub-Sahariana, atrás apenas da África do Sul e da Nigéria, quando era ainda a sétima em 2000. Verificou-se também, desde este último ano, uma quadruplicação do rendimento *per capita*, que rondará actualmente USD 2800, a câmbios de mercado (ou cerca de USD 4000 na óptica da paridade do poder de compra).

Gráfico II.1.1.



A trajetória de crescimento acelerado que a economia angolana vem evidenciando deverá prolongar-se em 2007, estando mesmo prevista uma intensificação do ritmo, para 19.8% (cf. Gráfico II.1.1). Apesar de obviamente muito positivo, este valor representa, porém, uma rectificação em baixa da anterior projecção de crescimento (31.2%), reflectindo expectativas mais moderadas quanto à evolução do sector petrolífero — onde necessariamente existe sempre uma margem de incerteza, tratando-se, em cada vez maior medida, de explorar águas ultra-profundas.

Gráfico II.1.2.

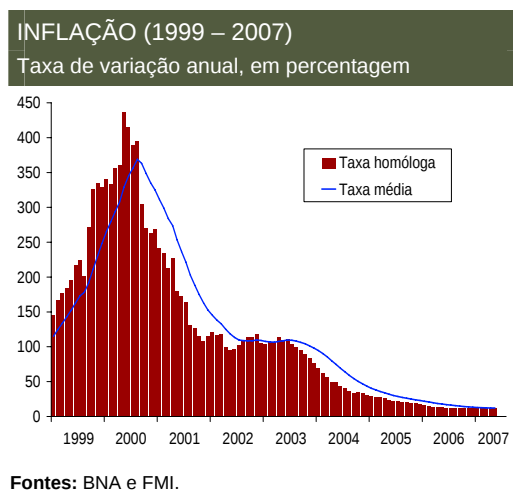
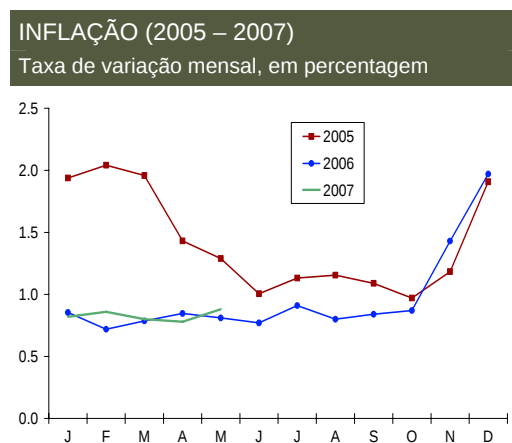


Gráfico II.1.3.



Também relativamente a 2006 se efectuou uma revisão em baixa da estimativa de crescimento para o VAB petrolífero, embora neste caso se tenha verificado uma revisão simétrica das estimativas para o resto da economia. Especialmente relevante no caso dos serviços mercantis e da agricultura, tal revisão terá sido, todavia, transversal à generalidade dos sectores — reflectindo factores com impacto alargado, como o efeito induzido sobre a procura interna pelo aumento das receitas petrolíferas ou as possibilidades de expansão da oferta interna proporcionadas pelo fim da guerra

civil. Esse crescimento pronunciado da economia não-petrolífera é, aliás, particularmente relevante e bem-vindo para Angola, entre cujos objectivos de longo prazo necessariamente figura a redução da dependência face ao seu principal sector de actividade (responsável por cerca de 60% do PIB nos dois últimos anos).

Igualmente essencial para preservar as perspectivas de crescimento sustentável a prazo é a consolidação da estabilidade nominal, claramente assumida como prioritária pelas autoridades angolanas. Com os tempos de hiper-inflação ainda bem presentes na memória (desde logo pelo respectivo impacto social, dado serem os mais pobres aqueles que mais expostos estão à erosão do valor da moeda), o sucesso da estratégia de desinflação posta em prática a partir de 2003 tem sido, de facto, particularmente significativo.

A taxa de inflação média anual vem registando quebras mensais consecutivas desde Junho daquele ano (quando ascendia a 109.7%), acabando por cair para 13.3% em Dezembro de 2006 e 12.3% em Maio último (cf. Gráfico II.1.2). Tem sido também notória, contudo, uma certa desaceleração do processo, mais marcada desde meados do ano passado — e que acabaria, aliás, por justificar um novo aperto da política monetária. De facto, o IPC acusou, sobretudo no final de 2006, variações mensais relativamente acentuadas (cf. Gráfico II.1.3), a ponto de a inflação homóloga anual ter aumentado ligeiramente desde Outubro último — e de a variação acumulada pelo índice entre Janeiro e Maio de 2007 ser superior, ainda que marginalmente, à registada no ano anterior (pela primeira vez desde 2003).

II.1.3. Contas Externas

Excedentes avultados ao nível da balança comercial e, por arrastamento, da balança corrente (não obstante, respectivamente, um significativo acréscimo das importações e uma deterioração pronunciada da balança de serviços e rendimentos) são, no âmbito das contas externas, as principais consequências positivas resultantes do excepcional desempenho que vêm evidenciando as exportações petrolíferas (cf. Quadro II.1.2) — com o substancial reforço das reservas cambiais e a redução drástica do ónus da dívida externa como corolários.

Quadro II.1.2.

BALANÇA DE PAGAMENTOS (2004 – 2007)

Em percentagem do PIB

	2004	2005	2006	2006	2007
			Proj.	Est.	Proj.
Balança corrente	3.5	15.7	8.8	23.3	6.4
Balança comercial	38.6	48.0	40.4	49.3	40.6
Exportações	68.1	73.5	68.8	70.6	66.1
dq: Exp. petrolíferas	63.7	69.7	65.3	67.5	62.9
Importações	-29.4	-25.5	-28.4	-21.2	-25.5
Serviços e rendimentos	-35.2	-32.4	-31.6	-25.7	-33.9
dq: Juros da dívida	-2.0	-1.7	-1.6	-1.2	-1.1
Transferências correntes	0.0	0.1	0.1	-0.3	-0.3
Bal. de capital e financeira	-0.1	-11.2	2.5	-7.9	-0.2
dq: Inv. Dir. Estrangeiro	7.1	5.0	...	5.0	4.3
Balança global	3.3	4.4	11.3	15.4	6.2

Fontes: BNA e FMI.

Impulsionadas pelo impacto conjugado de um efeito-quantidade (o volume de petróleo extraído ultrapassava 1.4 milhões de barris/dia no final de 2006, contra 875 mil ainda em 2003) e de um efeito-preço (o barril de petróleo angolano atingiu um valor médio de USD 61.4 em 2006, contra

USD 28.2 em 2003), as exportações petrolíferas ascenderam a USD 30.5 mil milhões em 2006. Alcançando neste último ano um valor equivalente a 67.5% do PIB, as referidas exportações prolongaram assim, mais uma vez, a tendência favorável observada desde o início da década (quando não iam além de USD 5.9 mil milhões). Tal tendência deverá, aliás, persistir no ano em curso: embora as expectativas de novos acréscimos da produção tenham sido recentemente mitigadas, admite-se que as exportações petrolíferas aumentem 21.8% face a 2006.

Gráfico II.1.4.

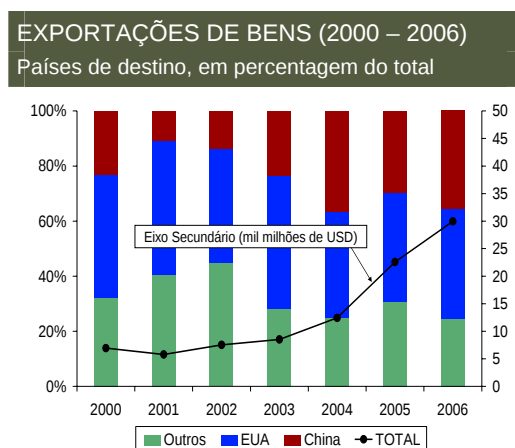
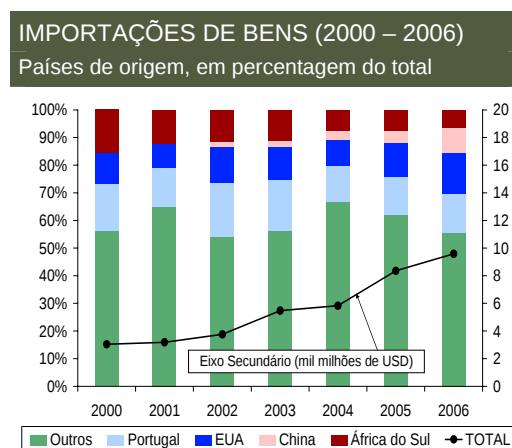


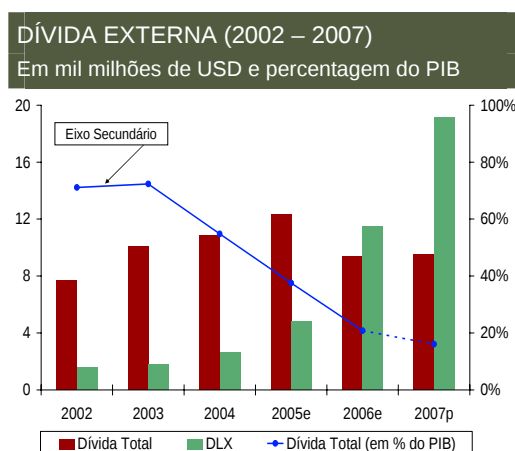
Gráfico II.1.5.



Fontes: BNA e FMI.

As repercussões deste fenómeno sobre o conjunto das contas externas são naturalmente muito consideráveis. Desde logo determina a distribuição geográfica das exportações totais (cuja parcela não-petrolífera se ficou por 5.5% em 2006) — contexto este em que os EUA permanecem como principal cliente, seguidos cada vez mais de perto pela China (cf. Gráfico II.1.4). Afecta também determinadamente as importações de mercadorias, ao gerar recursos que sustentam o respectivo aumento a bom ritmo (inferior, porém, ao das exportações), influenciando ainda o perfil geográfico das mesmas — assim se justificando, em boa medida, que sejam a China e os EUA a registar os ganhos de quota mais significativos enquanto fornecedores da economia angolana (no segundo caso, já a par de Portugal em 2006 — cf. Quadro II.1.5).

Gráfico II.1.6.



Fonte: BNA e FMI.

Muito embora a evolução do sector petrolífero seja também, em larga medida, responsável por um défice de serviços e rendimentos cada vez mais dilatado, o seu impacto global sobre a balança de pagamentos tem sido claramente positivo. Foi, de facto, apurado mais um excedente ao nível da conta corrente, pelo terceiro ano consecutivo (e de forma crescentemente pronunciada: 23.3% do PIB em 2006, contra 15.7% e 3.5% nos dois anos precedentes), impulsionando assim novo substancial reforço das reservas cambiais (equivalentes, no final de 2006, a cerca de 6 meses das importações de bens e serviços contabilizadas no mesmo ano, contra 3.3 meses em 2005).

O desempenho das reservas cambiais contrasta de forma reveladora com a evolução da dívida externa, cujo valor absoluto terá mesmo diminuído quase $\frac{1}{4}$ em 2006 (para USD 9.2 mil milhões), reflectindo o empenho das autoridades angolanas na respectiva consolidação (que envolveu, em particular, uma substancial liquidação de atrasados para com credores do Clube de Paris). Mais notável ainda é a redução da dívida em termos relativos ao longo dos últimos anos: de valores superiores a 70% do PIB ainda em 2003 para os 20.8% contabilizados em 2006 — ou seja já abaixo do patamar alcançado pelas DLX (25.4% do PIB, cf. Gráfico II.1.6).

II.1.4. Finanças Públicas

Sustentadas pelo manancial das receitas petrolíferas, as contas públicas angolanas evidenciaram em 2006 mais um avanço considerável no processo de consolidação que vêm trilhando desde o início da década em curso (cf. Quadro II.1.3). As mais recentes estimativas revelam, de facto, um excedente global equivalente a 14.8% do PIB, na óptica dos compromissos (contra 7.4% em 2005), reflectindo assim uma acentuada melhoria do saldo orçamental pelo quarto ano consecutivo (ainda em 2002 se apurava um défice global correspondente a 8.9% do PIB).

Quadro II.1.3.

FINANÇAS PÚBLICAS (2004 – 2007)					
Em percentagem do PIB					
	2004	2005	2006	2006	2007
		Est.	Orç.	Est.	Orç.
Receitas totais	36.9	40.7	38.0	46.4	37.5
d.q.: Receitas petrolíferas	28.4	32.3	30.4	37.2	29.5
Despesas totais	38.5	33.3	44.0	31.6	40.8
Despesas correntes	30.6	26.9	24.0	22.7	26.2
d.q.: Pessoal	10.3	9.2	10.0	8.5	8.8
Bens e serviços	9.5	9.2	6.7	7.6	9.2
Juros	2.3	1.8	1.5	1.5	2.2
Despesas de investimento	4.9	5.0	20.0	8.9	14.5
Saldo (base compromissos)	-1.6	7.4	-5.9	14.8	-3.3

Fontes: BNA, Min. Finanças de Angola e FMI.

À semelhança dos dois anos precedentes, o saldo terá sido mais modesto na óptica de caixa (6.6% do PIB), devido ao esforço em curso para a regularização total dos atrasados. Com a influência do factor petrolífero a fazer-se sentir também na esfera do financiamento — quer na contabilização de um elevado valor a título de bónus (associados à atribuição de novos direitos de exploração) quer a servir de sustentáculo ao financiamento externo — tais resultados culminariam num substancial reforço da posição orçamental junto do sistema bancário interno.

O cenário assim patente resultou, em primeiro lugar, de um significativo aumento das receitas totais, que se terão cifrado no equivalente a 46.4% do PIB — incluindo um contributo importante da parcela não-petrolífera, a reflectir factores como o dinamismo das importações. Voltou, assim, a verificar-se que as receitas efectivamente arrecadadas ultrapassaram o previsto por larga margem

(cf. Gráfico II.1.7), fenómeno em boa medida resultante da opção deliberada de assumir um preço do petróleo prudente aquando da preparação do orçamento. Importa, porém, sublinhar ainda a queda continuada das despesas correntes em percentagem do PIB, transversal à generalidade das rubricas e parcialmente associável aos ganhos de eficiência obtidos com o novo sistema de gestão financeira. A evolução das receitas e das despesas correntes permitia acomodar a premente expansão das despesas de investimento e estas aumentariam, de facto, significativamente em 2006 — ficando todavia muito aquém do ambicioso valor orçamentado (cf. Gráfico II.1.8).

Gráfico II.1.7.

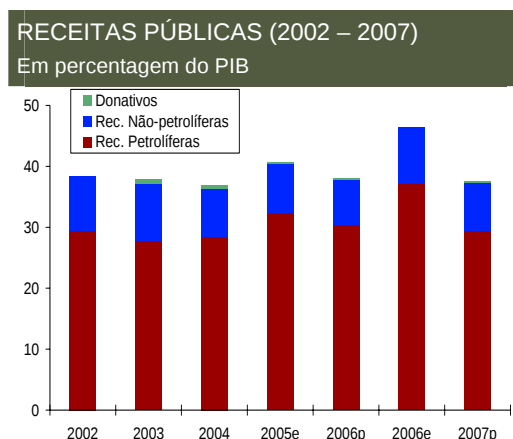
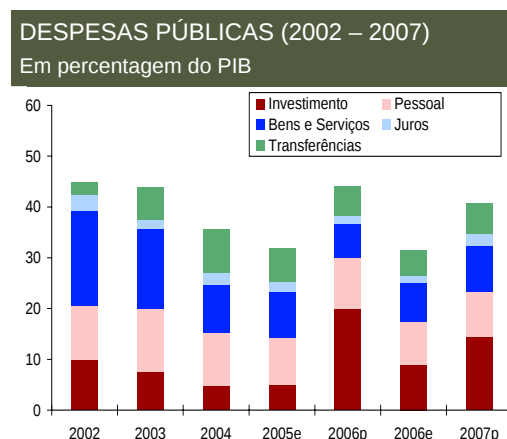


Gráfico II.1.8.



Fontes: BNA, Min. Finanças de Angola e FMI.

O afluxo crescente de receitas petrolíferas tem determinado, ao longo dos últimos anos, uma alteração da tônica dominante no domínio da política orçamental — de forma gradual mas cada vez mais vinculada. Até há bem pouco tempo, os dilemas essenciais relacionavam-se com a necessidade de assegurar o financiamento de défices consideráveis (parcialmente associados ao esforço de guerra), da forma menos penalizadora possível — em termos de pressão sobre a liquidez ou de solvabilidade da dívida externa. Já nos anos mais recentes, com as restrições de financiamento drasticamente diminuídas, a gestão orçamental tende cada vez mais a centrar-se em aspectos como a qualidade das despesas (em particular as da esfera social e as de investimento) ou a ultrapassagem das restrições de capacidade, patentes a diversos níveis).

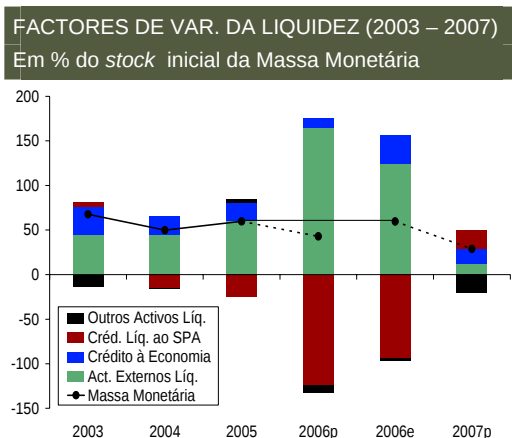
II.1.5. Situação Monetária e Cambial

Tem sido manifestamente bem sucedida, em termos globais, a estratégia monetária e cambial — apoiada pela política orçamental — que as autoridades angolanas adoptaram em meados de 2003 com vista ao abrandamento gradual da cadência inflacionária. Assumindo o controlo da base monetária como objectivo intermédio e recorrendo à colocação de Títulos do Banco Central e à intervenção no mercado cambial (sustentada pelo afluxo de receitas petrolíferas) como instrumentos principais, a referida estratégia permitiu que a inflação caísse para níveis desconhecidos desde há mais de década e meia (cf. Capítulo II.1.2).

Crucial para as perspectivas de desenvolvimento sustentado a prazo — tanto por razões de eficiência económica como de equidade social — o processo de desinflação necessita de ser ainda prolongado e consolidado. Encontra-se, aliás, numa fase em que os avanços são mais difíceis de concretizar, devido a um contexto onde se conjugam elementos como a acelerada expansão económica, um nível de dolarização ainda elevado e um sistema financeiro relativamente incipiente. Tais dificuldades fizeram-se sentir em meados do ano passado, culminando no incumprimento da meta

estipulada para a inflação — em consequência de uma expansão da liquidez mais rápida que o projectado, determinando novo aperto da política monetária por parte do BNA.

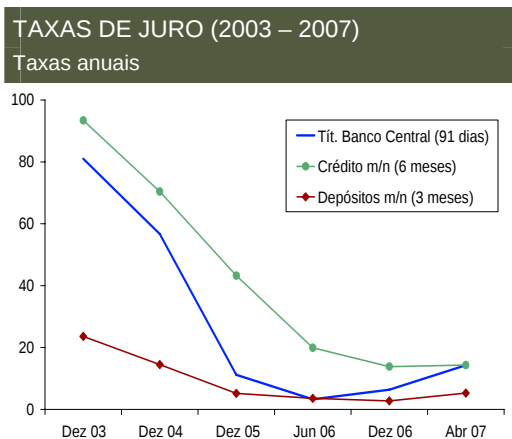
Gráfico II.1.9.



Fonte: BNA e FMI.

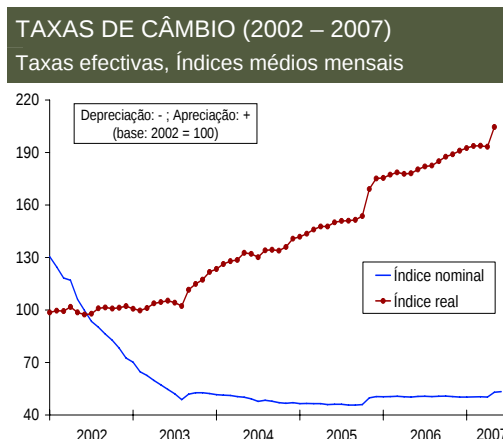
A massa monetária acusaria, de facto, um aumento de 59.5% em 2006 (praticamente o mesmo que no ano anterior), com o acentuado reforço dos activos externos como pano de fundo — apenas parcialmente compensado pelo crédito líquido ao SPA (cf. Gráfico II.1.9). Por outro lado, também o crédito à economia se expandiu fortemente (uma variação equivalente a 26.4% do valor inicial da massa monetária), reflectindo o crescente dinamismo das actividades não-petrolíferas e da concorrência no sistema bancário — cuja robustez permanece, aliás, confortável.

Gráfico II.1.10.



Fontes: BNA e FMI.

Gráfico II.1.11.



A referida actuação do banco central traduziu-se, sobretudo já em 2007, na intensificação das emissões de TBC e das intervenções no mercado cambial, assim como na alteração da base de incidência das reservas obrigatórias e no aumento da taxa de redesconto por dez vezes entre Outubro de 2006 e Agosto de 2007 (de 11% para 19.57%). Daí resultaria que a evolução da base monetária permaneceu controlada, ao mesmo tempo que as taxas de juro tendiam a aumentar (cf. Gráfico II.1.10) e a taxa de câmbio nominal se apreciava no segundo trimestre de 2007 (3.7% face ao trimestre anterior, em termos efectivos) — acentuando assim, todavia, a perda de competitividade-de-preço expressa na respectiva apreciação real (cf. Gráfico II.1.11).

Quadro A.II.1.1.

PRINCIPAIS INDICADORES ECONÓMICOS, 2002 - 2007

		2002	2003	2004	2005	2006	2006	2007
					Est.	Proj.	Est.	Proj.
UNIDADES								
PRODUTO E PREÇOS								
PIB nominal	mil milhões de EUR	11.4	12.3	15.9	26.3	35.4	36.0	43.7
	mil milhões de USD	10.8	14.0	19.8	32.8	44.1	45.2	59.0
PIB real	taxa de variação anual	14.4	3.4	11.2	20.6	14.6	18.6	19.8
VAB real do sector petrolífero	taxa de variação anual	20.6	-2.1	13.9	26.0	15.0	13.1	13.6
VAB real dos outros sectores	taxa de variação anual	7.9	9.8	8.8	14.1	13.8	25.7	27.9
Inflação (IPC-Luanda)	t. v. homóloga anual	105.6	76.6	31.0	18.5	10.0	12.2	7.0
	t. v. média anual	119.1	109.0	43.5	23.0	13.0	13.3	8.0
FINANÇAS PÚBLICAS								
Receitas totais	percentagem do PIB	38.3	37.9	36.9	40.7	38.0	46.4	37.5
Receitas petrolíferas	percentagem do PIB	29.4	27.9	28.4	32.3	30.4	37.2	29.5
Despesas totais	percentagem do PIB	47.2	44.3	38.5	33.3	44.0	31.6	40.8
Despesas correntes	percentagem do PIB	35.0	36.3	30.6	26.9	24.0	22.7	26.2
Despesas de investimento	percentagem do PIB	9.9	7.6	4.9	5.0	20.0	8.9	14.5
Saldo global (base compromissos)	percentagem do PIB	-8.9	-6.4	-1.6	7.4	-5.9	14.8	-3.3
Saldo global (base caixa)	percentagem do PIB	-1.5	-5.7	-3.7	6.5	-6.9	6.6	-2.1
MOEDA E CRÉDITO								
Activos externos (líq.), em USD	taxa de variação anual	6.1	13.4	45.0	83.8	186.1	140.1	66.5
Crédito à economia	taxa de variação anual	201.2	134.7	64.2	57.3	31.0	93.1	38.5
Massa monetária (M3)	taxa de variação anual	158.0	67.6	49.8	59.7	42.9	59.5	28.8
Depósitos totais	taxa de variação anual	159.3	65.5	39.3	67.1	43.6	64.1	29.3
TAXAS DE JURO								
Crédito em m/n (a 180 dias)	taxa anual	99.7	93.4	70.4	43.2	...	13.8	...
Depósitos em m/n (a 180 dias)	taxa anual	59.7	41.1	28.2	15.6	...	2.8	...
Depósitos em m/e (a 180 dias)	taxa anual	...	...	0.6	2.9	...	3.6	...
Redesconto do BNA	taxa anual	150.0	150.0	95.0	18.0	...	14.0	...
Títulos do Banco Central (a 91 dias)	taxa anual	109.2	81.0	56.7	11.2	...	6.3	...
BALANÇA DE PAGAMENTOS								
Importações (em USD correntes)	taxa de variação anual	18.3	45.7	6.4	43.3	49.8	14.8	57.0
Exportações (em USD correntes)	taxa de variação anual	25.5	14.2	41.7	78.9	25.8	32.2	22.4
Export. petrolíferas (em USD correntes)	percentagem do PIB	70.9	62.2	63.7	69.7	65.3	67.5	62.9
Balança comercial	percentagem do PIB	42.3	28.9	38.6	48.0	40.4	49.3	40.6
Balança corrente	percentagem do PIB	-1.4	-5.2	3.5	15.7	8.8	23.3	6.4
Reservas externas (líquidas)	mil milhões de USD	0.32	0.62	1.36	3.19	9.32	8.59	14.18
DÍVIDA EXTERNA								
Dívida externa total	mil milhões de EUR	8.1	8.9	8.7	9.9	...	7.5	7.0
	mil milhões de USD	7.7	10.1	10.8	12.3	...	9.4	9.5
	percentagem do PIB	71.1	72.4	54.8	37.6	...	20.8	16.1
Serviço da dívida	perc. das exportações	21.6	16.9	16.7	10.9	4.9	9.1	6.0
TAXAS DE CÂMBIO								
Tx. nominal KZ / EUR	taxa média anual	41.3	84.4	103.9	108.6	...	100.9	...
Tx. nominal KZ / USD	taxa média anual	43.7	74.7	83.5	87.2	...	80.4	...
ITCE nominal [apreciação: +] ¹	taxa de variação anual	-51.2	-43.4	-13.4	-4.6	...	8.0	...
ITCE real [apreciação: +] ¹	taxa de variação anual	2.7	7.3	22.8	15.7	...	19.5	...

Fontes: Banco Nacional de Angola, Ministério das Finanças de Angola, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal.

¹ Índice da taxa de câmbio efectiva (ITCE), calculado a partir das taxas de câmbio oficiais praticadas para as moedas dos quatro maiores parceiros comerciais.

Quadro A.II.1.2.

PRODUTO INTERNO BRUTO, 2002 - 2007

Preços correntes, em milhares de milhões de Kwanzas

	2002	2003	2004	2005 Est.	2006 Est.	2007 Proj.
Sector primário	311.6	709.8	1 131.3	2 130.5	2 564.2	...
Agricultura, silvicultura e pesca	38.1	86.7	142.5	206.8	322.9	...
Indústria extractiva	273.5	623.1	988.8	1923.7	2241.3	...
Petróleo e gás (LPG)	251.0	563.9	903.0	1 800.1	2 120.7	...
Outros (incl. diamantes)	22.5	59.2	85.8	123.6	120.6	...
Sector secundário	34.2	78.7	128.8	193.3	287.3	...
Indústria transformadora	17.6	40.4	66.1	102.3	154.4	...
Electricidade e água	0.2	0.4	0.6	0.9	1.2	...
Construção	16.4	37.9	62.1	90.1	131.7	...
Sector terciário	117.4	252.2	391.1	534.7	776.5	...
Comércio e serviços transaccionáveis	67.1	165.5	263.1	353.9	566.1	...
Serviços não-transaccionáveis	50.3	86.7	128.0	180.8	210.4	...
PRODUTO INTERNO BRUTO (custo de factores)	463.2	1 040.7	1 651.2	2 858.5	3 628.0	...
Tributação aduaneira	8.5	0.5	0.9	1.2	1.6	...
PRODUTO INTERNO BRUTO (preços de mercado)	471.7	1 041.2	1 652.1	2 859.7	3 629.6	4 483.3
Por memória:						
PIBpm nominal (em mil milhões de EUR)	11.4	12.3	15.9	26.3	36.0	43.7
PIBpm nominal (em mil milhões de USD)	10.8	14.0	19.8	32.8	45.2	59.0
PIBpm nominal (em kwanzas, variação anual em %)	139.4	120.7	58.7	73.1	26.9	23.5
PIB real (variação anual em %)	14.4	3.4	11.2	20.6	18.6	19.8
Sector petrolífero	20.6	-2.1	13.9	26.0	13.1	13.6
Sectores não-petrolíferos	7.9	9.8	8.8	14.1	25.7	27.9

Fontes: Banco Nacional de Angola, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal.

Quadro A.II.1.3.

ÍNDICE DE PREÇOS NO CONSUMIDOR, 1991 - 2007 ^(*)

Taxas de variação em percentagem

		Var. mensal (1)	Var. acumulada (4)	Var. homóloga (2)	Var. média (3)
1991	Dezembro	...	175.7	175.7	...
1992	Dezembro	...	495.8	495.8	290.4
1993	Dezembro	...	1837.7	1837.7	1210.9
1994	Dezembro	...	971.9	971.9	1308.9
1995	Dezembro	...	3783.2	3783.2	2148.1
1996	Dezembro	...	1650.1	1650.1	6181.7
1997	Dezembro	...	147.7	147.7	708.0
1998	Dezembro	...	134.8	134.8	116.2
1999	Dezembro	...	329.0	329.0	242.7
2000	Dezembro	...	268.4	268.4	371.9
2001	Dezembro	...	116.1	116.1	191.7
2002	Dezembro	...	105.6	105.6	119.1
2003	Dezembro	...	76.6	76.6	109.0
2004	Dezembro	...	31.0	31.0	43.5
2005	Dezembro	...	18.5	18.5	23.0
2006	Dezembro	...	12.2	12.2	13.3
2004	Janeiro	3.1	3.1	70.1	94.7
	Fevereiro	2.9	6.1	62.6	90.2
	Março	2.2	8.4	57.3	85.5
	Abril	2.4	11.0	50.0	79.8
	Maio	4.5	15.9	49.0	74.6
	Junho	2.0	18.2	44.2	69.2
	Julho	1.5	19.9	40.7	64.1
	Agosto	1.6	21.9	36.1	59.0
	Setembro	1.6	23.7	34.5	54.4
	Outubro	1.6	25.7	34.5	50.4
	Novembro	1.9	28.1	33.9	46.9
	Dezembro	2.3	31.0	31.0	43.5
2005	Janeiro	1.9	1.9	29.6	40.6
	Fevereiro	2.0	4.0	28.5	38.0
	Março	2.0	6.1	28.2	35.9
	Abril	1.4	7.6	27.0	34.1
	Maio	1.3	9.0	23.1	32.0
	Junho	1.0	10.1	22.0	30.2
	Julho	1.1	11.3	21.6	28.7
	Agosto	1.2	12.6	21.1	27.5
	Setembro	1.1	13.8	20.5	26.3
	Outubro	1.0	14.9	19.8	25.1
	Novembro	1.2	16.3	19.0	24.0
	Dezembro	1.9	18.5	18.5	23.0
2006	Janeiro	0.9	0.9	17.2	22.0
	Fevereiro	0.7	1.6	15.7	20.9
	Março	0.8	2.4	14.4	19.8
	Abril	0.8	3.2	13.7	18.7
	Maio	0.8	4.1	13.2	17.9
	Junho	0.8	4.9	12.9	17.1
	Julho	0.9	5.8	12.7	16.4
	Agosto	0.8	6.7	12.3	15.7
	Setembro	0.8	7.6	12.0	15.0
	Outubro	0.9	8.5	11.9	14.3
	Novembro	1.4	10.1	12.2	13.8
	Dezembro	2.0	12.2	12.2	13.3
2007	Janeiro	0.8	0.8	12.2	12.9
	Fevereiro	0.9	1.7	12.3	12.6
	Março	0.8	2.5	12.4	12.5
	Abril	0.8	3.3	12.3	12.4
	Maio	0.9	4.2	12.4	12.3

Fontes: Banco Nacional de Angola e cálculos do Banco de Portugal.

(*) Índice total para a região de Luanda (inclui as tarifas dos serviços públicos); não existe um índice disponível para o conjunto do país

(1) mês n / mês n-1; (2) mês n / mês n do ano anterior; (3) últimos 12 meses / 12 meses anteriores; (4) mês n / Dezembro anterior.

Quadro A.II.1.4.

BALANÇA DE PAGAMENTOS, 2002 - 2007

Em milhões de USD

	2002	2003	2004	2005 Est.	2006 Proj.	2006 Est.	2007 Proj.
1. Balança Corrente	-150	-720	686	5 135	3 900	10 538	3 783
Mercadorias	4 568	4 027	7 643	15 753	17 824	22 277	23 948
Exportações (f.o.b.)	8 328	9 507	13 474	24 106	30 335	31 863	38 996
Sector petrolífero	7 653	8 684	12 619	22 854	28 813	30 483	37 141
Diamantes	638	788	790	1 089	1 431	1 155	1 552
Outras	37	35	65	163	91	225	303
Importações (f.o.b.)	-3 760	-5 480	-5 831	-8 353	-12 511	-9 586	-15 048
Sector petrolífero	-1 393	-2 022	-2 184	-3 110	-3 707	-3 484	-4 171
Outras	-2 367	-3 458	-3 647	-5 557	-8 804	-6 102	-10 877
Serviços e rendimentos	-4 750	-4 846	-6 964	-10 645	-13 952	-11 591	-20 005
Serviços (líq.)	-3 115	-3 120	-4 480	-6 614	-8 675	-6 087	-8 573
Rendimentos (líq.)	-1 635	-1 726	-2 484	-4 031	-5 277	-5 504	-11 432
dos quais: Juros da dívida pública	-354	-243	-399	-555	-688	-548	-665
Sector petrolífero	...	-1 378	-2 105	-3 404	-4 621	-4 696	-10 650
Transferências correntes (líq.)	32	99	7	27	28	-148	-160
2. Balança de Capital e Operações Financeiras	-401	821	-28	-3 690	1 092	-3 563	-107
Transferências de capital (líq.)	0	22	11	8	0	0	0
Endividamento a médio e longo prazo	-162	179	907	1 558	2 408	-1 154	1 318
Desembolsos	1 279	1 538	2 764	3 641	3 200	1 206	3 000
Amortizações programadas	-1 441	-1 359	-1 857	-2 083	-792	-2 360	-1 682
Investimento directo estrangeiro (líq.)	1 643	1 652	1 414	1 639	...	2 237	2 541
Outros capitais (incl. Erros e Omissões)	-1 882	-1 032	-2 360	-6 895	...	-4 646	-3 966
3. Balança Global: (1) + (2)	-551	101	658	1 445	4 992	6 975	3 676
4. Financiamento	551	-101	-658	-1 445	-4 992	-6 975	-3 676
Varição das Reservas oficiais líq. [aumento: -]	207	-263	-780	-1 817	-5 182	-5 402	-1 924
Financiamento excepcional	344	162	122	372	190	-1 573	-1 752
do qual: Var. de Atrasados [aumento: +]	...	-135	-1 132	117	190	-1 608	-1 752

Fontes: Banco Nacional de Angola, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal.

Quadro A.II.1.5.

RESERVAS EXTERNAS E DÍVIDA PÚBLICA EXTERNA, 2002 - 2007

Em milhares de milhões de USD

	2002	2003	2004	2005 Est.	2006 Est.	2007 Proj.
Disponibilidades Líquidas sobre o Exterior	1.6	1.8	2.6	4.8	11.5	19.2
Reservas externas oficiais (líquidas)	0.3	0.6	1.4	3.2	8.6	14.2
Dívida Total (incl. Juros em atraso)	7.7	10.1	10.8	12.3	9.4	9.5
da qual: Atrasados	4.1	4.3	3.1	2.7	0.9	...
Juros em atraso	...	1.7	1.8	1.9	1.5	...
Dívida Total excl. Juros em atraso)	7.7	8.4	9.0	10.4	7.9	...
Dívida junto de Bancos Comerciais	1.9	2.4	3.5	4.9	3.5	...
dos quais: Empr. c/garantia de petróleo	1.1	1.8	3.4	5.3	2.9	...
Atrasados	0.4	0.5	0.1	0.0	0.0	...
Credores multilaterais	0.3	0.3	0.4	0.4	0.4	...
dos quais: Atrasados	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	...
Credores oficiais bilaterais	4.5	4.7	4.3	4.4	3.3	...
Clube de Paris	2.4	2.5	2.6	2.4	0.6	...
dos quais: Atrasados	1.8	2.1	2.3	2.1	0.3	...
Outros	2.2	2.1	1.7	1.9	2.7	...
dos quais: Atrasados	1.3	1.0	0.1	0.1	0.1	...
Fornecedores	1.0	1.0	0.8	0.8	0.7	...
dos quais: Atrasados	0.6	0.7	0.6	0.5	0.5	...
Por memória:						
DLX (em % do PIB)	14.7	12.9	13.2	14.6	25.5	32.5
Dívida total (em % do PIB)	71.1	72.4	54.8	37.6	20.8	16.1

Fontes: Banco Nacional de Angola e Fundo Monetário Internacional.

Quadro A.II.1.6.

EXPORTAÇÕES DE MERCADORIAS, 1999 - 2007

Por tipo de bens (em milhões de USD correntes) e por destino (em percentagem do total)

	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005 Est.	2006 Est.	2007 Proj.
Exportações totais (em milhões de USD)	5156	7921	6636	8328	9507	13474	24106	31863	38996
Exportações por tipos de bens									
Petróleo bruto (crude)	4406	6951	5792	7539	8533	12441	22583	29961	41143
Produtos refinados de petróleo e gás	84	169	113	106	154	178	271	554	426
Diamantes	629	739	689	638	788	790	1092	1141	1871
Café	4	1	1	0	1	0	0	0	0
Outras exportações	33	61	42	45	31	65	160	207	-4444
Exportações por destinos									
África	1.0	0.2	0.2	0.4	0.1	2.3	1.5	1.4	...
da qual: África do Sul	0.7	0.1	0.0	0.2	0.0	2.3	1.5	1.3	...
União Europeia	17.0	17.3	26.4	26.5	13.6	9.6	14.7	8.9	...
da qual: Portugal	0.2	0.6	1.7	0.8	0.0	0.0	0.1	0.2	...
EUA	53.2	44.6	47.9	40.9	48.2	37.8	39.8	39.6	...
China	...	22.8	10.6	13.6	23.6	35.7	29.6	35.6	...
Outros	28.8	15.1	14.9	18.6	14.5	14.6	14.4	14.5	...

Fontes: Banco Nacional de Angola, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal.

Quadro A.II.1.7.

IMPORTAÇÕES DE MERCADORIAS, 1999 - 2007

Por tipo de bens (em milhões de USD correntes) e por origem (em percentagem do total)

	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005 Est.	2006 Est.	2007 Proj.
Importações totais (em milhões de USD)	3109	3040	3179	3760	5480	5831	8353	9586	15048
Importações por tipos de bens									
Bens de consumo	2077	1950	2174	2193	2928	3305	5101	...	...
Bens intermédios	182	245	304	437	671	856	867	...	...
Bens de investimento	850	845	701	1131	1881	1670	2386	...	...
Importações por origens									
África	11.5	19.5	13.8	15.3	12.8	9.1	8.7	7.5	...
da qual: África do Sul	9.4	15.6	12.1	11.5	11.0	7.5	7.4	6.4	...
União Europeia	44.1	46.6	38.7	47.5	53.1	31.6	33.8	35.7	...
da qual: Portugal	14.4	17.1	14.2	19.4	18.1	13.1	13.4	14.3	...
EUA	12.4	11.0	8.8	13.4	12.1	9.3	12.5	14.6	...
China	...	...	...	1.6	2.3	3.3	4.5	9.3	...
Outros	32.0	22.9	38.8	22.2	19.7	46.7	40.5	32.9	...

Fontes: Banco Nacional de Angola, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal.

Quadro A.II.1.8.

OPERAÇÕES FINANCEIRAS DO ESTADO, 2002 - 2007

Em percentagem do PIB

	2002	2003	2004	2005	2006	2006	2007
				Est.	Orç.	Est.	Orç.
1. Receitas Totais	38.3	37.9	36.9	40.7	38.0	46.4	37.5
Receitas petrolíferas	29.4	27.9	28.4	32.3	30.4	37.2	29.5
Receitas não-petrolíferas	8.9	9.2	8.0	8.2	7.3	9.2	7.7
Donativos	0.0	0.8	0.5	0.2	0.3	0.0	0.2
2. Despesas Totais	47.2	44.3	38.5	33.3	44.0	31.6	40.8
Despesas correntes	35.0	36.3	30.6	26.9	24.0	22.7	26.2
Despesas com o pessoal	10.7	12.4	10.3	9.2	10.0	8.5	8.8
Bens e serviços	18.7	15.7	9.5	9.2	6.7	7.6	9.2
Juros da dívida	3.1	1.8	2.3	1.8	1.5	1.5	2.2
Transferências	2.5	6.4	8.5	6.7	5.8	5.1	6.1
Despesas de investimento	9.9	7.6	4.9	5.0	20.0	8.9	14.5
Outras despesas ¹	2.3	0.4	3.0	1.4	0.0	0.0	0.0
3. Saldo Global (base compromissos) [1+2]	-8.9	-6.4	-1.6	7.4	-5.9	14.8	-3.3
4. Variação de Atrasados (líq.)	7.4	0.7	-2.1	-0.9	-1.0	-8.2	1.3
Internos	6.4	0.5	-2.2	-1.4	-1.7	-8.2	-0.2
Juros externos	1.0	0.2	0.1	0.5	0.7	0.0	1.4
5. Saldo Global (base caixa) [3+4]	-1.5	-5.7	-3.7	6.5	-6.9	6.6	-2.1
6. Financiamento	1.5	5.7	3.7	-6.5	6.9	-6.6	2.1
Bónus da exploração de petróleo	2.7	0.0	1.1	0.0	0.0	2.2	0.0
Financiamento Externo (líquido)	-4.9	3.5	5.4	-3.4	12.3	-0.9	4.5
Endividamento (líquido)	-4.9	1.6	-1.1	-4.0	12.3	-0.9	4.5
Desembolsos	8.2	11.3	11.5	1.5	16.5	7.2	13.2
Amortizações	-13.1	-9.7	-12.6	-5.5	-4.2	-8.1	-8.7
Alívio da dívida	0.0	1.9	6.5	0.6	0.0	0.0	0.0
Financiamento Interno (líquido)	3.7	2.2	-2.8	-3.1	-5.4	-7.9	-2.5
<i>Por memória:</i>							
Saldo primário	-5.8	-4.6	0.7	9.2	-4.5	16.3	-1.2
Saldo global (excl. Receitas petrolíferas)	-38.3	-34.3	-30.0	-24.9	-36.4	-22.4	-32.8

Fontes: Banco Nacional de Angola, Ministério das Finanças de Angola, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal.

¹ Inclui o défice operacional do BNA, assim como erros e omissões.

Quadro A.II.1.9.

SÍNTESE MONETÁRIA, 2002 - 2007

Em milhares de milhões de Kwanzas

	2002	2003	2004	2005	2006	2006	2007	2007
	Dez	Dez	Dez	Dez	Dez	Dez	Mai	Dez
					Proj.	Est.	Est.	Proj.
Activos Externos (líquidos)	93.5	142.2	223.1	386.9	1 096.4	923.4	902.8	1 009.3
<i>idem, em mil milhões de USD</i>	<i>1.6</i>	<i>1.8</i>	<i>2.6</i>	<i>4.8</i>	<i>13.7</i>	<i>11.5</i>	<i>12.0</i>	<i>19.2</i>
Banco Nacional de Angola								
Reservas externas oficiais (líquidas)	19.0	49.3	116.3	257.6	745.8	689.3	697.7	747.1
<i>idem, em mil milhões de USD</i>	<i>0.3</i>	<i>0.6</i>	<i>1.4</i>	<i>3.2</i>	<i>9.3</i>	<i>8.6</i>	<i>9.3</i>	<i>14.2</i>
Reservas Brutas	22.0	50.1	117.3	258.2	746.5	690.1	698.6	747.7
Responsabilidades de curto prazo	-3.0	-0.8	-1.0	-0.6	-0.7	-0.9	-0.9	-0.6
Outros activos externos (líquidos)	-3.3	-1.5	-1.4	-1.5	-1.5	-1.4	-1.3	-1.3
Bancos Comerciais	77.8	94.4	108.2	130.8	352.1	235.5	206.5	263.5
<i>idem, em mil milhões de USD</i>	<i>1.3</i>	<i>1.2</i>	<i>1.3</i>	<i>1.6</i>	<i>4.4</i>	<i>2.9</i>	<i>2.8</i>	<i>5.0</i>
Activos Internos (líquidos)	14.1	38.1	47.0	44.5	-479.9	-235.1	-121.3	-122.8
Crédito Interno (líquido)	26.8	65.0	75.0	60.7	-429.4	-206.7	-75.6	47.4
Crédito ao SPA (líquido)	2.1	7.0	-20.2	-89.0	-625.5	-495.7	-415.7	-353.0
Crédito à economia	24.7	58.0	95.2	149.7	196.1	289.1	340.1	400.4
Outros activos internos (líquidos)	-12.7	-26.9	-28.0	-16.2	-50.5	-28.5	-45.7	-170.2
Activos Totais	107.6	180.3	270.1	431.4	616.5	688.2	781.5	886.5
Massa Monetária (M3)	107.6	180.3	270.1	431.4	616.5	688.2	781.5	886.5
Moeda e Quase-Moeda (M2)	107.0	177.9	244.5	391.3	560.5	615.6	684.6	799.1
Moeda	69.5	127.0	190.1	313.7	460.4	474.1	539.8	625.3
Circulação Monetária	20.9	35.4	46.0	59.7	84.2	71.6	60.9	95.5
Depósitos à ordem	48.6	91.6	144.1	254.0	376.2	402.5	478.9	529.8
em moeda nacional	11.1	33.9	52.3	94.7	147.2	124.8	167.4	229.8
em moeda estrangeira	37.4	57.7	91.8	159.3	229.0	277.7	311.5	300.0
Quase-Moeda	37.5	50.9	54.4	77.6	100.1	141.5	144.8	173.8
Depósitos a prazo em moeda nacional	9.4	3.8	5.0	17.9	31.6	18.3	28.1	85.2
Depósitos a prazo em moeda estrangeira	28.1	47.1	49.4	59.7	68.5	123.2	116.7	88.6
Títulos do banco central - acordos de recompra	0.6	2.4	25.6	40.1	56.0	72.6	97.0	87.4

Fontes: Banco Nacional de Angola, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal.

Quadro A.II.1.10.

TAXAS DE JURO, 2000 - 2007

Taxas anuais

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2006	2007
	Dez.	Dez.	Dez.	Dez.	Dez	Dez	Jun	Dez	Abr
Taxas de Depósitos									
<i>(em Moeda Nacional)</i>									
Depósitos à ordem	15.81	10.18	10.02	10.02	9.99	9.95	2.68	2.76	2.83
Depósitos a prazo									
Até 90 dias	45.96	56.05	40.96	23.57	14.48	5.15	3.56	2.73	5.28
91-180 dias	55.00	50.00	59.65	41.06	28.19	15.64	9.32	2.82	2.16
181-365 dias	57.00	57.00	...	...	41.56	24.10	2.58	3.24	5.41
Mais de 1 ano	...	...	...	27.14	...	30.00	9.00	9.00	8.00
<i>(em Moeda Estrangeira)</i>									
Depósitos à ordem	...	...	...	...	0.86	0.97	0.33	0.64	0.81
Depósitos a prazo	...	...	...	...					
Até 90 dias	...	...	...	...	1.02	1.61	2.29	1.31	1.34
91-180 dias	...	...	...	...	0.56	2.85	2.38	3.58	3.92
181-365 dias	...	...	...	...	0.83	1.53	3.97	4.02	3.81
Mais de 1 ano	...	...	...	...	1.53	1.89	5.11	6.05	5.22
Taxas de Crédito									
<i>(em Moeda Nacional)</i>									
Até 180 dias	89.56	97.63	99.66	93.41	70.42	43.23	19.91	13.83	14.31
181-365 dias	102.77	91.70	104.55	68.82	74.77	67.58	19.57	6.01	4.23
Mais de 1 ano	120.00	110.00	102.84	75.69	73.38	54.88	27.92	10.18	11.73
<i>(em Moeda Estrangeira)</i>									
Até 180 dias	...	...	...	...	9.82	8.43	7.65	8.11	4.90
181-365 dias	...	...	...	...	9.73	8.90	9.36	4.27	3.59
Mais de 1 ano	...	...	...	...	8.58	9.52	8.17	4.53	3.82
Taxa de Redesconto do BNA	150.00	150.00	150.00	150.00	95.00	18.00	18.00	14.00	18.30
Títulos do Banco Central									
a 14 dias	112.50	115.86	...	...	...	...	...	...	8.44
a 28 dias	115.21	120.79	102.74	45.80	46.44	4.29	0.75	...	9.81
a 63 dias	122.64	127.00	107.90	56.10	50.37	7.51	2.55	...	11.59
a 91 dias	...	128.00	109.16	81.00	56.70	11.17	3.23	6.33	14.24
a 182 dias	...	...	113.00	...	60.48	11.06	...	7.36	12.40
a 364 dias	...	...	...	...	...	...	...	9.53	12.69
Bilhetes do Tesouro	...	...	...	...	...	...	...		
a 63 dias	...	...	...	...	...	...	...	5.20	5.20
a 91 dias	...	...	...	...	57.21	11.17	...	...	...
a 182 dias	...	...	...	...	60.52	11.06	...	...	...
Obrigações do Tesouro	...	...	...	...			...	...	...
em Moeda Nacional	...	...	...	...	...	...	...	...	4.00
em Moeda Estrangeira	...	...	...	...	...	...	...	...	8.56
<i>Por memória:</i>									
<i>Inflação (t.v. homóloga anual)</i>	268.35	116.14	105.60	76.58	31.02	18.50	12.92	12.22	12.30

Fonte: Banco Nacional de Angola.

Quadro A.II.1.11.

TAXAS DE CÂMBIO, 1996 - 2007

Taxas médias do período

		Kz / EUR	Kz / USD		ITCE ^{1, 3}	
			Merc. Oficial ²	Merc. Paralelo	Nominal	Real
	1996	--	0.13	0.17	31 370.32	69.63
	1997	--	0.23	0.30	18 235.83	126.40
	1998	--	0.39	0.61	10 623.26	150.21
	1999	2.66	2.79	3.16	1 510.96	72.90
	2000	9.15	10.04	10.55	435.83	86.68
	2001	19.77	22.02	23.95	204.98	97.32
	2002	41.27	43.70	45.27	100.00	100.00
	2003	84.39	74.69	77.84	56.64	107.26
	2004	103.87	83.54	85.02	49.08	131.69
	2005	108.60	87.16	88.81	46.83	152.36
	2006	100.85	80.37	...	50.56	182.06
2004	Janeiro	100.57	79.66	81.95	51.59	123.41
	Fevereiro	101.06	80.01	81.09	51.29	126.27
	Março	98.40	80.23	81.91	51.20	127.92
	Abril	97.62	81.42	83.10	50.53	128.61
	Maio	98.62	82.20	83.63	50.17	132.66
	Junho	101.22	83.39	83.75	49.22	132.07
	Julho	104.88	85.51	85.51	47.78	130.17
	Agosto	103.15	84.73	85.99	48.44	134.09
	Setembro	104.82	85.80	86.79	47.86	134.44
	Outubro	108.67	87.03	88.13	47.01	133.93
	Novembro	112.84	86.87	89.00	46.71	136.01
	Dezembro	114.56	85.64	89.44	47.09	140.75
2005	Janeiro	114.79	86.67	88.44	46.53	141.84
	Fevereiro	113.36	87.12	87.68	46.56	143.58
	Março	114.86	87.09	88.51	46.53	145.98
	Abril	113.02	87.36	88.46	46.53	147.71
	Maio	112.76	88.84	88.86	45.94	147.72
	Junho	108.41	89.13	89.44	46.20	150.10
	Julho	107.36	89.19	90.45	46.10	150.87
	Agosto	109.63	89.19	90.78	45.70	150.99
	Setembro	109.31	89.20	90.94	45.64	151.51
	Outubro	106.90	88.98	91.00	45.95	153.68
	Novembro	97.05	82.36	86.77	49.78	169.11
	Dezembro	95.78	80.79	84.44	50.53	175.19
2006	Janeiro	97.38	80.54	...	50.43	175.44
	Fevereiro	96.09	80.36	...	50.54	177.32
	Março	95.98	80.36	...	50.74	178.63
	Abril	98.35	80.37	...	50.41	177.80
	Maio	102.54	80.37	...	50.31	178.12
	Junho	101.90	80.37	...	50.63	180.29
	Julho	101.93	80.37	...	50.69	182.01
	Agosto	102.90	80.37	...	50.55	182.52
	Setembro	102.34	80.37	...	50.74	185.01
	Outubro	101.41	80.37	...	50.83	187.56
	Novembro	103.37	80.36	...	50.52	188.97
	Dezembro	106.01	80.19	...	50.27	191.03
2007	Janeiro	104.55	80.28	...	50.28	192.56
	Fevereiro	104.60	80.06	...	50.37	193.75
	Março	105.86	79.96	...	50.42	193.87
	Abril	107.74	79.85	...	50.28	193.28
	Maio	101.95	75.42	...	53.04	204.54
	Junho	100.54	74.97	...	53.42	...

Fontes: Banco Nacional de Angola, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal.

¹ Índice da taxa de câmbio efectiva (ITCE), calculado a partir das taxas de câmbio oficiais praticadas para as moedas dos quatro maiores parceiros comerciais.² Taxa de referência do BNA, correspondente (desde Maio de 1999) à taxa média praticada no mercado cambial interbancário.³ Um aumento/diminuição do ITCE (nominal ou real) corresponde a uma apreciação/depreciação do Kwanza.



CABO VERDE

Área: 4 033 Km²

Capital: Praia

População: 507 milhares (2005)

Moeda: Escudo CV

II.2.1. Síntese

Com uma base produtiva pouco desenvolvida, Cabo Verde, como pequena economia aberta num contexto de globalização e competitividade crescentes, apresenta um elevado nível de vulnerabilidade externa. Face aos bons resultados de programas anteriores, Cabo Verde deixou de requerer o apoio financeiro do FMI, não dispensando, no entanto, o envolvimento deste, pelo que acordou em Agosto de 2006 um programa com aquela instituição ao abrigo do *Policy Support Instrument* (PSI). O referido programa foi, entretanto, objecto de duas avaliações (em Janeiro e Maio de 2007), concluídas favoravelmente, não obstante a falta de cumprimento de algumas metas (com destaque para a acumulação de atrasados internos), relevadas em face dos esforços efectuados para a sua resolução.

Quadro II.2.1.

PRINCIPAIS INDICADORES ECONÓMICOS				
	2004	2005	2006	2007
	Est.	Est.	Est.	Proj.
PIB real (<i>t.v. anual</i>)	4.4	5.8	6.5	6.9
Inflação (<i>t.v. média</i>)	-1.9	0.4	5.4	2.5
(<i>t.v. homóloga</i>)	-0.3	1.7	6.2	0.2
Massa monetária (<i>t.v.</i>)	10.5	15.6	18.7	12.4
Saldo Bal. Corrente (% <i>PIB</i>)	-14.3	-2.7	-5.3	-7.9
Reservas Camb.(<i>meses imp</i>)	2.4	3.5	3.6	3.7
Saldo orçamental (% <i>PIB</i>)	-2.3	-3.7	-4.5	-2.1
Dívida pública (% <i>PIB</i>)	95.7	95.1	85.8	--
Externa	51.9	50.8	46.1	--
Interna	43.8	44.3	39.7	--
dq: TCMF*	13.6	12.8	11.2	--

Fontes: FMI, BCV e Min. Fin. e Admin. Pública e INE de Cabo Verde

* Títulos Consolidados de Mobilização Financeira

O ano de 2006 apresentou sinais positivos, sendo um dos indicadores mais relevantes a aceleração do crescimento económico para 6.5%, acima dos 5.8% de 2005 (prevendo-se nova subida em 2007 para 6.9%), alicerçado na dinâmica da procura interna e nas exportações de serviços.

No entanto, o aumento da inflação ao longo do ano repercutiu-se na competitividade externa da economia (com a apreciação da taxa de câmbio efectiva real), obrigando a manter sob pressão o controlo da massa monetária, num contexto de limitada capacidade de resposta face à forte entrada de divisas no país (fruto do bom comportamento das receitas do turismo e do IDE, o que acabou por compensar parte da degradação do défice corrente externo induzido pela subida das importações) e da necessidade do BCV reforçar as suas reservas externas como forma de defender o regime cambial (as quais atingiram 3.6 meses de importações no final de 2006).

Esta situação levou o banco central a intervir no mercado através da emissão de títulos próprios com o intuito de absorver a liquidez excedentária. Ainda assim, o reforço da posição externa do BCV e, principalmente, o aumento do crédito ao sector privado (tendências que se deverão repetir em 2007) provocaram o crescimento da massa monetária para além dos valores programados.

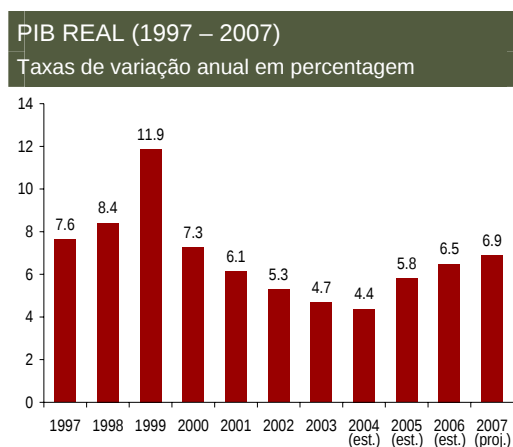
A evolução positiva da actividade económica repercutiu-se igualmente ao nível da arrecadação de receitas fiscais. No entanto, a redução dos donativos acabou por conduzir à degradação do défice global em 2006, apesar da contenção efectuada nas despesas correntes. Para 2007, a recupera-

ção dos donativos a par de um novo impulso na arrecadação de receitas fiscais deverá permitir uma redução do défice público. Em 2006 registou-se um novo aumento do stock nominal de dívida pública, embora em termos relativos apresente uma redução de 9.3 p.p. para 85.8% do PIB, incluindo Títulos Consolidados de Mobilização Financeira – TCMF.

II.2.2. Procura, Produção e Preços

Os indicadores disponíveis para a economia cabo-verdiana apontam para a manutenção da tendência de aceleração da actividade económica em 2006, com o produto a atingir um crescimento real de 6.5%, superior em 0.7 p.p. ao valor de 2005, resultando principalmente da dinâmica dos sectores da construção e dos serviços (comércio, transportes e comunicações e administração pública).

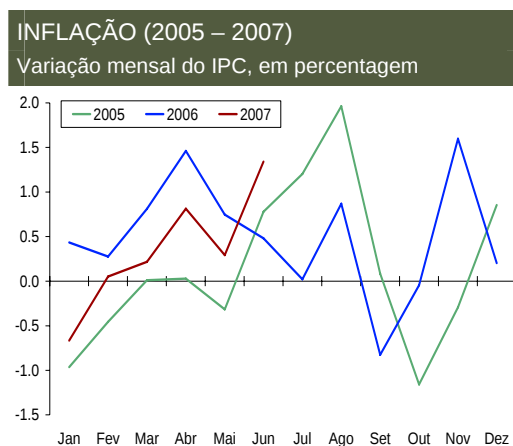
Gráfico II.2.1.



Fonte: Banco de Cabo Verde, INE de Cabo Verde e FMI

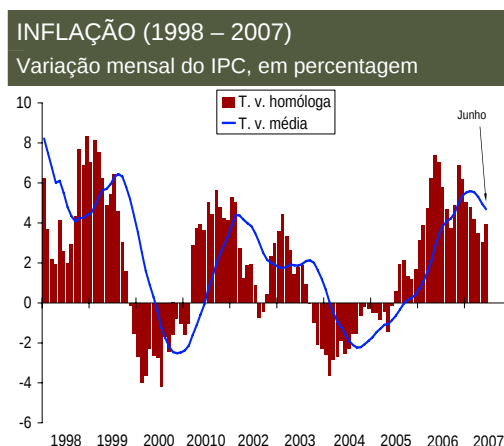
Na óptica da despesa, o comportamento positivo da actividade económica deverá ter reflectido o aumento evidenciado pela procura interna, com destaque para o consumo privado e para a formação bruta de capital fixo, e também o crescimento das exportações, sobretudo de serviços (com a forte subida evidenciada pelas receitas do turismo).

Gráfico II.2.2.



Fonte: Banco de Cabo Verde, INE de Cabo Verde

Gráfico II.2.3.



Fonte: Banco de Cabo Verde, INE de Cabo Verde

Espera-se que, ao longo do corrente ano, se assista a uma nova aceleração do ritmo de crescimento económico (as projecções mais recentes apontam um aumento real de 6.9% face a 2006), reflectindo principalmente a realização dos investimentos directos estrangeiros programados.

A inflação média registou uma subida ao longo de 2006, conjugando dois períodos de aceleração do ritmo de crescimento homólogo dos preços (um primeiro até Maio, reflectindo subidas nos bens alimentares e nos derivados do petróleo, e o segundo no último trimestre do ano, com ajustamentos na implementação do IVA a alguns produtos¹).

Em 2007 tem vindo a assistir-se à redução do ritmo de crescimento do nível de preços, com a inflação média a evidenciar uma diminuição de cerca de 0.7 p.p. no primeiro semestre de 2007 (para 4.7%). As projecções para o resto do ano apontam para a manutenção desta tendência, conduzindo a uma inflação média de 2.5% em Dezembro, conjugando a descida dos preços dos bens alimentares frescos e a ausência de outras pressões inflacionistas².

II.2.3. Contas Externas

As estimativas mais recentes para os valores da balança de pagamentos cabo-verdiana em 2006 apontam para alguma deterioração das contas externas, com o défice corrente a subir para 5.3% do PIB (quase duplicando em relação a 2005) e a balança global a ver ligeiramente diminuído o seu saldo positivo (para 4.9% do PIB, face a 5.7% no ano anterior). No entanto, o facto do saldo global se manter positivo permitiu uma nova acumulação de reservas externas por parte do banco central, as quais passaram a corresponder a 3.6 meses de importações de bens e serviços (+0.1 meses face a 2005).

Quadro II.2.2.

BALANÇA DE PAGAMENTOS				
Em percentagem do PIB				
	2004	2005	2006	2007
		Est.	Est.	Proj.
Balança Corrente	-14.3	-2.7	-5.3	-7.9
Balança Comercial	-41.0	-34.9	-40.1	-44.0
Exportações	6.2	8.9	8.3	6.7
Importações	-47.2	-43.8	-48.4	-50.8
Balança Serviços	3.4	7.6	13.6	16.9
dq: Receitas Turismo	10.4	12.1	19.0	19.8
Balança Rendimentos	-2.0	-3.4	-3.9	-4.1
Transferências Unilat.	25.2	27.9	25.2	23.3
dq: Remessas Emig.	10.7	12.4	10.7	9.9
Bal. Capitais e Financ.	17.3	8.8	11.7	12.3
Balança Capitais	2.5	2.1	2.2	2.1
Balança Financeira	14.8	6.7	9.6	10.2
Erros e Omissões	0.8	-0.4	-1.6	0.0
Balança Global	3.8	5.7	4.9	4.4

Fontes: FMI e Banco de Cabo Verde

O agravamento do défice corrente externo em 2006 reflectiu a degradação da balança comercial (passando a 40% do PIB), como consequência do elevado crescimento das importações (em bens de consumo e de investimento), e o aumento do défice da balança de rendimentos (juros de dívida

¹ Esta alteração decorreu da declaração de inconstitucionalidade da norma governamental que introduzia modificações nas regras de aplicação do IVA para a electricidade, água, transportes e outros serviços tidos como essenciais, conduzindo a subidas significativas em alguns preços.

² Estas projecções foram elaboradas pelo FMI com base no actual cabaz do Índice de Preços no Consumidor (IPC). Espera-se que o INE de Cabo Verde passe em breve a publicar um novo IPC, com base num cabaz actualizado com recurso a um novo inquérito às despesas das famílias, menos susceptível a oscilações dos preços de alguns bens alimentares produzidos internamente.

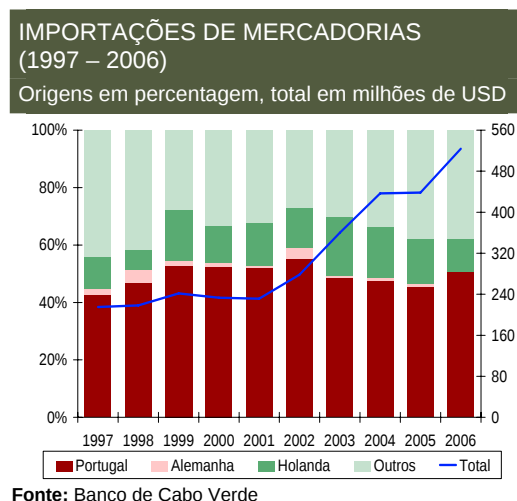
externa pagos pelos bancos e dividendos e lucros distribuídos de empresas estrangeiras). Estes efeitos negativos foram parcialmente compensados pela forte subida das receitas de turismo que quase duplicaram o seu valor em relação a 2005, passando a representar 19% do PIB em 2006 (ultrapassando pela primeira vez o montante de remessas de emigrantes).

As transferências correntes apresentaram um crescimento muito ligeiro em 2006, apesar da, ainda que pequena, diminuição nominal registada no montante de remessas de emigrantes (face ao valor alto de 2005).

Gráfico II.2.4.



Gráfico II.2.5.



O crescimento do défice comercial acarretou a degradação do grau de cobertura das importações pelas exportações (de cerca de 20% em 2005 para 17% no final do ano passado). Note-se que as exportações evidenciaram ainda assim alguma dinâmica, com destaque para as reexportações (essencialmente produtos petrolíferos) e os produtos do mar.

Ao invés do sucedido no ano anterior, o saldo da conta de capital e de operações financeiras registou um acréscimo importante em 2006, sobretudo como reflexo do crescimento do investimento directo estrangeiro, o qual ultrapassou os CVE 10 mil milhões, 44% do qual diz respeito a aplicações de emigrantes, com especial incidência no sector imobiliário. A melhoria na conta de capital e operações financeiras compensou grande parte do aumento do défice corrente, pelo que o excedente global apresentou apenas uma ligeira redução nominal.

As projecções para 2007 apontam para nova degradação do défice corrente, conjugando o aumento dos défices comercial (subida das importações e alguma redução nas exportações) e da balança de rendimentos, para além do abrandamento das transferências correntes (com nova redução do peso no PIB). Ainda assim, o reforço da conta de capital e de operações financeiras (proporcionado pela expansão do IDE) deverá permitir o financiamento do défice corrente, deixando margem para a acumulação de reservas externas.

II.2.4. Finanças Públicas

A execução orçamental de 2006 apresenta um aumento do défice global relativamente ao ano anterior (4.5% do PIB face a 3.7% em 2005), o qual ultrapassou os valores orçamentados. Note-se, no entanto, que o saldo corrente manteve a tendência de melhoria, que se prolonga desde 2001, tendo atingido um excedente de 2.6% do PIB no final de 2006 (1.8% no ano anterior).

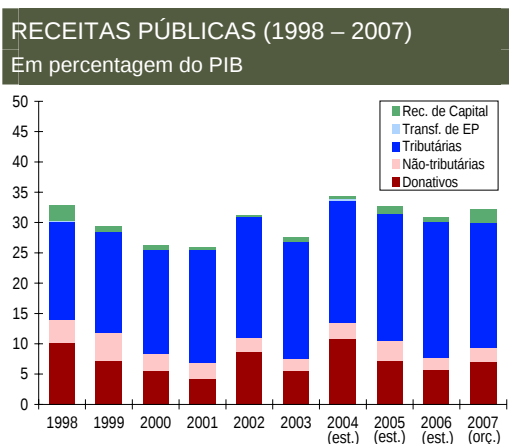
Quadro II.2.3.

EXECUÇÃO ORÇAMENTAL				
Em percentagem do PIB				
	2004 Est.	2005 Est.	2006 Est.	2007 Orç.
Receitas totais	34.2	32.7	31.0	32.3
Receitas correntes	22.7	24.1	24.5	22.9
Receitas de capital	0.4	1.3	0.8	2.3
Donativos	10.9	7.3	5.7	7.1
Transferências de EP	0.2	0.0	0.0	0.0
Despesas totais	36.5	36.3	35.5	34.3
Despesas correntes	21.9	22.4	21.8	20.4
Juros da dívida prog.	1.8	1.6	1.4	1.2
Desp. de capital	13.9	14.0	13.0	14.0
Empréstimos Líquidos	0.0	0.0	0.0	0.0
Saldo corrente	0.8	1.8	2.6	2.5
Saldo global	-2.3	-3.7	-4.5	-2.1

Fontes: FMI e Min. Fin. e Admin. Pública de Cabo Verde.

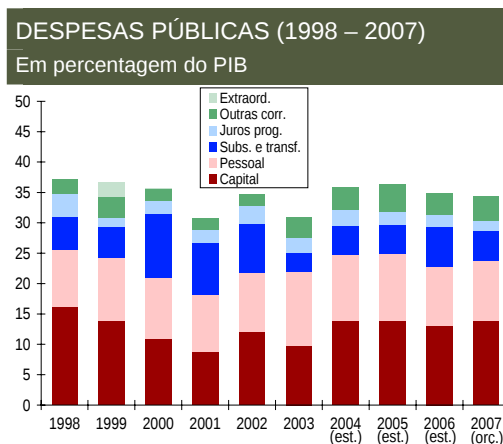
Esta evolução decorreu sobretudo do fraco comportamento dos donativos, que voltaram a evidenciar uma redução nominal face ao ano anterior, o que induziu um efeito negativo sobre as receitas totais, apesar do bom comportamento das receitas fiscais (principalmente impostos sobre o rendimento, direitos de importação e IVA, o qual ultrapassou mesmo o montante orçamentado).

Gráfico II.2.6.



Fonte: Min. Fin. e Admin. Pública de Cabo Verde e FMI

Gráfico II.2.7.

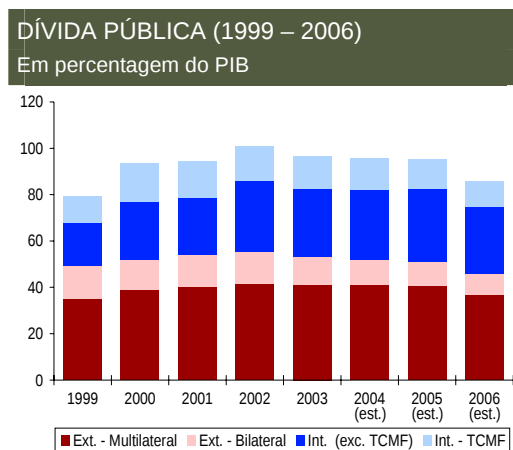


Fonte: Min. Fin. e Admin. Pública de Cabo Verde e FMI

Destaque ainda para a contenção das despesas correntes (que diminuíram o seu peso no PIB em 0.6 p.p.), principalmente nos salários e ordenados, nos juros de dívida e nas outras despesas correntes. Em 2006 registou-se a maior taxa de execução das despesas de investimento dos últimos anos), atingindo 81% do programa de investimento público inscrito no orçamento. No entanto, em termos relativos, estas registaram uma diminuição de 1 p.p. em relação ao seu peso no PIB.

A dívida pública voltou a crescer em 2006, com subidas de 3.8% da componente externa e 2.5% da interna (incluindo os Títulos Consolidados de Mobilização Financeira - TCMF). No entanto, a aceleração do ritmo de crescimento do produto acabou por se reflectir na redução do peso relativo da dívida pública para 85.8% do PIB no final do ano (74.6% descontando os TCMF).

Gráfico II.2.8.

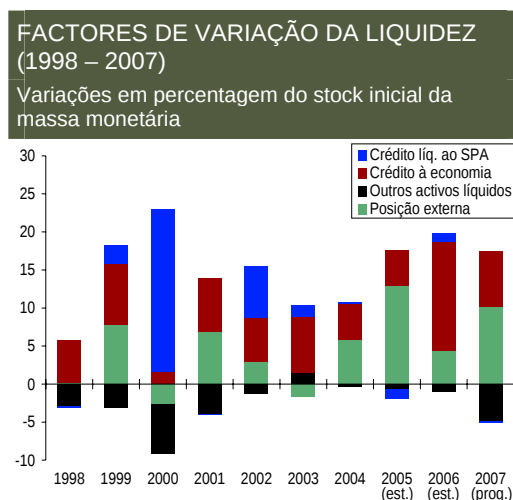


As previsões orçamentais para 2007 apontam para uma redução do défice global em percentagem do produto interno (para 2.1%), com a recuperação dos donativos e a manutenção da contenção das despesas correntes (sobretudo salários e ordenados e juros programados), deixando ainda lugar ao crescimento das despesas de investimento.

II.2.5. Situação Monetária e Cambial

A expansão da massa monetária em 2006 ultrapassou novamente os valores programados (em 1.2 p.p., registando 18.7%), tendo sido marcada pela dinâmica dos activos internos líquidos. Este agregado foi impulsionado pelo crédito ao sector privado (impacto expansionista de 14%), reflectindo a subida dos empréstimos à habitação (46% do total) e a operação de aquisição por parte de um banco cabo-verdiano dos créditos detidos por um banco português. Esta operação acabou por se reflectir nos activos líquidos sobre o exterior dos bancos comerciais face ao valor de 2005.

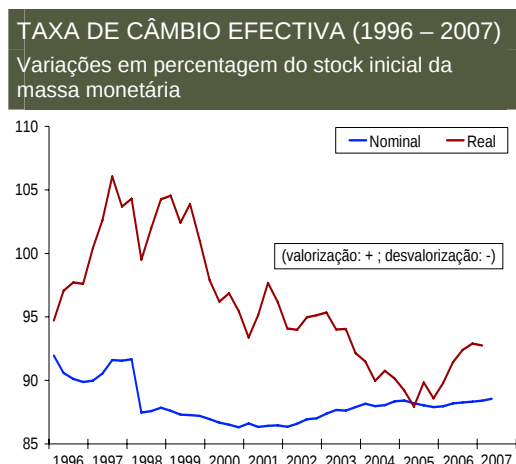
Gráfico II.2.9.



Ainda assim, a posição líquida externa do sistema denotou algum crescimento, reflectindo o esforço de acumulação de reservas externas efectuado pelo banco central, com o intuito de continuar o fortalecimento da credibilidade do regime cambial.

Mantendo como objectivo intermédio a defesa do regime cambial, a política monetária ao longo de 2006 foi condicionada pela subida da inflação (que se traduziu na apreciação da taxa de câmbio efectiva real em 5.2% em 2006), tendo o BCV recorrido à esterilização da liquidez excedentária no sistema financeiro, com a emissão de títulos próprios (TRM a 7 e 14 dias e TIM a 6 e 9 meses, que, no seu total atingiram um montante vivo de CVE 5930 milhões no final de Junho de 2007).

Gráfico II.2.10.



Fonte: Banco de Cabo Verde e cálculos do BP

O crescente acesso aos mercados de capitais internacionais e às instituições financeiras presentes no *off-shore* de Cabo Verde tem vindo a intensificar as pressões sobre as taxas de juro e a salientar as distorções causadas pelo elevado nível das reservas de caixa, pelo que o banco central voltou a reduzir o coeficiente de reservas de caixa no final de Março de 2007 (com efeitos a partir de meados de Abril), em 1 p.p. para 14%, propondo-se esterilizar o eventual aumento de liquidez provocado pela medida.

Para 2007, as projecções efectuadas tendo em conta o programa acordado ao abrigo do PSI, e as metas financeiras que o integram, apontam para uma atenuação do ritmo de expansão da massa monetária (para 12.4%), conjugando a diminuição do crédito líquido ao SPA e o abrandamento da dinâmica de crescimento do crédito ao sector privado.

A evolução da estrutura dos meios de pagamento em 2006 e nos primeiros meses do corrente ano acentuou as tendências registadas em 2005, com o reforço do peso dos depósitos à ordem em moeda nacional (29% do total em Maio de 2007), a redução de importância da circulação (para 8.1% do conjunto dos meios de pagamento em Maio de 2007, reflectindo a expansão e maior utilização das caixas automáticas) e o abrandamento do ritmo de crescimento da quase-moeda (associado sobretudo à diminuição da dinâmica de constituição de depósitos de emigrantes, que se acentuou desde Outubro de 2006).

Quadro A.II.2.1.

PRINCIPAIS INDICADORES ECONÓMICOS, 2002 - 2007

	Unidades	2002	2003	2004	2005	2006		2007	
		Est.	Est.	Est.	Est.	Proj.	Est.	Proj.	Est.
PRODUTO E PREÇOS									
PIB p.m.	milhões de EUR	660	721	745	805	890	921	992	
	t. var. real	5.3	4.7	4.4	5.8	5.5	6.5	6.9	
Inflação (IPC)	t. var. homóloga	3.0	-2.3	-0.3	1.7	5.5	6.2	0.2	3.9 Jun.
	t. var. média	1.9	1.2	-1.9	0.4	6.2	5.4	2.5	4.7 Jun.
FINANÇAS PÚBLICAS									
Receitas totais	% PIB	31.2	27.6	34.2	32.7	36.5	31.0	32.3	
Donativos	% PIB	8.7	5.5	10.9	7.3	8.2	5.7	7.1	
Despesas totais	% PIB	34.6	31.0	36.5	36.3	40.2	35.5	34.3	
Saldo global (base compromissos)	% PIB	-3.4	-3.4	-2.3	-3.7	-3.6	-4.5	-2.1	
Sem donativos	% PIB	-12.1	-9.0	-13.2	-10.9	-11.8	-10.2	-9.2	
Dívida interna	% PIB	45.7	43.5	43.8	44.3		39.7		
dq: TCMF ¹	% PIB	14.8	14.1	13.6	12.8		11.2		
MOEDA E CRÉDITO									
Crédito ao SPA (líq.)	t. var. anual	14.3	3.1	0.5	-3.2	-2.6	3.1	-0.9	-12.5 Mai.
Crédito à economia	t. var. anual	12.0	15.1	9.3	9.3	16.3	29.9	14.1	9.9 Mai.
Massa monetária (M3)	t. var. anual	14.3	8.6	10.5	15.6	17.5	18.7	12.4	4.0 Mai.
TAXAS DE JURO ²									
Depósitos a 1 ano (média das OIM)	taxa anual	7.19	5.69	5.69	4.44		4.25		4.25 Mai.
Redesconto	taxa anual	8.50	8.50	8.50	8.50		8.50		8.50 Mai.
Cedência de liquidez	taxa anual	10.00	8.50	8.50	7.50		7.50		7.50 Mai.
Bilhetes do Tesouro, a 91 dias	taxa anual	6.38	7.60	5.60			3.00		3.58 Mai.
BALANÇA DE PAGAMENTOS									
Exportações (em USD correntes)	t. var. anual	12.7	25.8	9.0	55.1	6.5	7.7	-2.4	
Importações (em USD correntes)	t. var. anual	20.1	29.5	21.3	0.4	12.4	27.7	26.6	
Balança corrente	% PIB	-11.1	-11.1	-14.3	-2.7	-6.6	-5.3	-7.9	
Excluindo transferências oficiais	% PIB	-16.9	-17.2	-20.0	-9.4	-13.9	-11.7	-14.3	
Balança corrente e de capital	% PIB	-8.6	-8.0	-11.8	-0.6	-5.2	-3.1	-5.8	
Reservas cambiais	meses import. ⁴	2.2	2.0	2.4	3.5	4.3	3.6	3.7	3.8 Mai.
DÍVIDA EXTERNA									
Valor total	milhões de EUR	365.2	384.1	386.3	409.1		424.7		
	% PIB	55.3	53.3	51.9	50.8		46.1		
	% exportações ⁴	170.1	169.8	162.1	136.0		105.6		
Serviço da dívida	% exportações ⁴	9.9	8.3	9.1	8.1		5.6		
TAXAS DE CÂMBIO (médias)									
Nominal CVE/EUR	t. média	110.3	110.3	110.3	110.3	110.3	110.3	110.3	110.3 Jun.
Nominal CVE/USD	t. média	117.3	97.8	88.7	88.6	93.4	87.9	83.8	82.2 Jun.
ITCE nominal (base 100: 1992) ³	t. var. anual	0.3	1.1	0.6	0.0		0.1		0.1 Jun. ⁵
ITCE real (base 100: 1992) ³	t. var. anual	-1.1	-0.7	-3.5	-1.9		3.1		-1.2 Mai. ⁵

Fontes: Banco de Cabo Verde, Min. das Finanças e Admin. Pública de Cabo Verde, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal.

¹ Títulos Consolidados de Mobilização Financeira; ² Médias mensais (correspondentes a Dezembro para os valores anuais); ³ Índice da taxa de câmbio efectiva, calculado a partir das taxas de câmbio oficiais praticadas para as moedas dos quatro principais parceiros comerciais cabo-verdianos no período 2000/04 (valorização: +; desvalorização: -); ⁴ Importações e exportações de bens e serviços; ⁵ Variação face a Dezembro anterior.

Quadro A.II.2.2.

PRODUTO INTERNO BRUTO, 2001 - 2007

Preços correntes, em milhões de CVE

	2001	2002	2003	2004 Est.	2005 Est.	2006 Est.	2007 Proj.
Sector primário	7935	7544	8080	7983	8206	9165	10430
Agricultura, pecuária e silvicultura	6751	6604	7075	6990	7247	8100	9222
Pesca	1184	940	1005	993	959	1065	1208
Sector secundário	9426	10806	11620	12486	14894	17147	20193
Indústria e energia	4292	4918	5520	6128	6852	7699	8807
Construção	5134	5888	6100	6358	8042	9448	11385
Sector terciário	46220	48067	53118	53684	56268	63767	73389
Comércio	11706	13554	14892	15515	16582	19083	22254
Hotéis e restaurantes	1663	1583	1716	1644	1830	2242	2720
Transportes e comunicações	15803	14902	17124	17169	17189	19204	21864
Banca e seguros	3051	3298	3258	3370	3391	3763	4243
Habitação	3726	4028	4146	4223	4550	5196	6029
Administração pública	8758	9176	10300	10006	10852	12159	13843
Outros serviços	1513	1526	1682	1755	1873	2119	2436
Serviços bancários ¹	-1907	-2209	-2510	-2788	-2729	-2837	-2981
Impostos sobre importações	7705	8550	9219	10751	12094	14309	15876
PRODUTO INTERNO BRUTO (p. m.)	69380	72758	79527	82116	88733	101551	116906
Consumo	73151	77832	84698	83312	84879	96967	109540
Público	11975	13410	15948	16893	18103	19589	23540
Privado	61176	64422	68751	66419	66776	77379	85999
Investimento	21979	26062	24672	30734	33066	39534	51101
Formação bruta de capital fixo	21985	26151	24735	30734	33066	39534	51101
Variação de existências	-6	-89	-63	0	0	0	0
Procura interna	95130	103894	109370	114046	117945	136501	160640
Exportações de bens e serviços	13128	15209	11607	12225	15151	19641	23500
Procura global	108258	119103	120977	126271	133095	156142	184140
Importações de bens e serviços	38878	46345	41450	-44155	-44363	-54591	-67234
<i>Pro memória:</i>							
Poupança interna bruta	-3771	-5074	-5171	-1196	3854	4584	7366
PIBpm nominal (milhões de EUR)	629.2	659.8	721.2	744.7	804.7	921.0	1060.2
PIBpm nominal (milhões de USD)	563.1	620.5	813.2	925.3	1001.0	1155.0	1395.3
Deflator do PIB (variação anual em %)	1.3	-0.4	4.4	-1.1	2.1	7.5	7.7
PIB nominal (variação anual em %)	7.5	4.9	9.3	3.3	8.1	14.4	15.1
PIB real (variação anual em %)	6.1	5.3	4.7	4.4	5.8	6.5	6.9

Fontes: Banco de Cabo Verde, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal.

¹ Estimativa correspondente ao valor dos serviços bancários intermédios utilizados pelos restantes ramos de actividade.

Quadro A.II.2.3.

ÍNDICE DE PREÇOS NO CONSUMIDOR, 1993 - 2007¹

Em percentagem

		Var. mensal (1)	Var. acumulada (2)	Var. homóloga (3)	Var. média (4)
1993	Dezembro	--	4.37	4.37	5.81
1994	Dezembro	--	4.10	4.10	3.44
1995	Dezembro	--	5.62	5.62	8.37
1996	Dezembro	--	9.06	9.06	5.96
1997	Dezembro	--	6.72	6.72	8.56
1998	Dezembro	--	8.32	8.32	4.39
1999	Dezembro	--	-1.55	-1.55	4.35
2000	Dezembro	--	-1.03	-1.03	-2.47
2001	Dezembro	--	4.14	4.14	3.32
2002	Dezembro	--	2.97	2.97	1.91
2003	Dezembro	--	-2.27	-2.27	1.19
2004	Dezembro	--	-0.30	-0.30	-1.89
2005	Janeiro	-0.97	-0.97	-0.47	-1.72
	Fevereiro	-0.46	-1.42	-0.50	-1.46
	Março	0.01	-1.41	-0.85	-1.29
	Abril	0.03	-1.38	-0.43	-1.10
	Maio	-0.32	-1.69	-1.41	-1.06
	Junho	0.78	-0.93	-0.14	-0.86
	Julho	1.20	0.26	0.57	-0.62
	Agosto	1.96	2.23	1.94	-0.33
	Setembro	0.08	2.32	2.11	-0.02
	Outubro	-1.16	1.13	1.31	0.14
	Novembro	-0.29	0.83	1.17	0.25
	Dezembro	0.85	1.70	1.70	0.42
	<i>Dezembro (proj.)</i>	--	<i>2.00</i>	<i>2.00</i>	<i>0.80</i>
2006	Janeiro	0.43	0.43	3.13	0.72
	Fevereiro	0.28	0.71	3.89	1.08
	Março	0.81	1.53	4.72	1.54
	Abril	1.46	3.01	6.22	2.09
	Maio	0.75	3.78	7.36	2.82
	Junho	0.48	4.28	7.04	3.42
	Julho	0.02	4.30	5.79	3.86
	Agosto	0.87	5.21	4.66	4.09
	Setembro	-0.83	4.34	3.71	4.22
	Outubro	-0.05	4.29	4.87	4.52
	Novembro	1.60	5.96	6.86	4.99
	Dezembro	0.20	6.17	6.17	5.37
	<i>Dezembro (proj. rev.)</i>	--	<i>5.50</i>	<i>5.50</i>	<i>6.20</i>
2007	Janeiro	-0.67	-0.67	5.01	5.52
	Fevereiro	0.05	-0.62	4.77	5.59
	Março	0.22	-0.40	4.15	5.54
	Abril	0.81	0.41	3.49	5.30
	Maio	0.29	0.70	3.02	4.94
	Junho	1.34	2.05	3.90	4.69
	<i>Dezembro (proj.)</i>	--	<i>0.20</i>	<i>0.20</i>	<i>2.50</i>

Fontes: Banco de Cabo Verde e cálculos do Banco de Portugal.

¹ Série revista, a partir de Julho de 2000, para incorporar uma nova ponderação das propinas escolares.⁽¹⁾ mês n / mês n-1; ⁽²⁾ mês n / Dezembro anterior; ⁽³⁾ mês n / mês n do ano anterior; ⁽⁴⁾ últimos 12 meses / 12 meses anteriores.

Quadro A.II.2.4.

BALANÇA DE PAGAMENTOS, 2002 - 2007

Em milhões de CVE

	2002	2003	2004	2005	2006		2007	
			Est.	Est.	Proj.	Est.	Proj.	Trim. I
1. CONTA CORRENTE	-8105	-8866	-11761	-2390	-6725	-5365	-9206	-2032
Balança comercial	-27693	-30065	-33656	-30960	-37178	-40766	-51497	-11678
Exportações (f.o.b.) ¹	4909	5150	5093	7891	8862	8429	7839	1297
Importações (f.o.b.)	-32602	-35215	-38749	-38851	-46040	-49196	-59336	-12975
Balança de serviços (líq.)	1500	1404	2826	6767	5782	13775	19765	4061
Exportações	18770	19793	21178	25288	25513	35899	44079	9512
dos quais: Transportes	8674	8109	8792	9400		11061		2670
Turismo	7096	8358	8578	10771	10327	19247	23097	5780
Importações	-17270	-18389	-18353	-18521	-19731	-22124	-24314	-5450
dos quais: Transportes	-8001	-8787	-8083	-8686		-11468		-2888
Turismo	-4312	-4439	-3913	-3490		-4143		-1067
Balança de rendimentos (líq.)	-1726	-1419	-1616	-2984	-2906	-3949	-4763	-329
Exportações	834	1516	1594	1641	2167	1627		319
dos quais: Juros extraord. das contribuições p/ TF ²	0	0	0	0		0		0
Rendimento do TF ² (ano anterior)	503	508	639	363	344	344	384	0
Importações	-2560	-2935	-3210	-4625	-5073	-5577		-648
dos quais: Juros da dívida pública programados	-719	-514	-549	-551	-713	-522	-560	-133
Transferências correntes ²	19814	21214	20685	24787	27577	25576	27289	5913
Transferências oficiais	4159	4776	4697	4097	7404	4310	5029	910
Transferências privadas	15655	16438	15989	20690	20173	21265	22260	5003
das quais: Remessas de emigrantes	9127	9514	8751	11002	11946	10887	11593	2519
2. CONTA DE CAPITAL E DE OPERAÇÕES FINANCEIRAS	11081	9814	14230	7808	8900	11916	14350	3919
Conta de Capital	1824	2481	2089	1852	1420	2195	2481	559
Transferências de capital	1824	2481	2089	1852	1420	2195	2481	559
das quais: Perdão de dívida	0	0	0	0	0	0		0
Donativos para o TF ²	0	537	0	200	0	0		0
Conta de Operações Financeiras	9256	7333	12141	5956	7480	9721	11870	3361
Investimento directo	4713	3276	6038	6696	2110	10699	13304	1627
do qual: Receitas de privatizações para o TF ²	0	0	0	0	0	0		0
Investimento de carteira	0	0	0	0	0	25	0	-51
Outras operações	4543	4057	6103	-740	5369	-1003	-1434	1784
das quais: Desembolsos de empréstimos ao SPA	2829	2999	2371	4314	5531	4240	5224	523
Desembolsos para o TF ²	0	0	0	0	0	0	0	0
Amortizações programadas	-1632	-1551	-1853	-2124	-2101	-1974	-3434	-346
Alimentação do TF ²	0	-537	0	-200	0	0	0	0
3. ERROS E OMISSÕES	1529	-1121	654	-324	0	-1581	0	-1445
4. BALANÇA GLOBAL: (1) + (2) + (3)	4505	-174	3123	5094	2175	4971	5144	442
5. FINANCIAMENTO	-4505	174	-3123	-5094	-2096	-4971	-4156	-442
Varição das DLX (aumento: -)	-2707	-258	-3134	-4965	-2096	-5043	-4156	-961
Financiamento excepcional	-1798	432	11	-130	0	73	0	519
do qual: Saques sobre a Facilidade do ACC ³	550	550	550	0	0	0	0	0
Reembolso progr. da Facilidade do ACC	-550	-550	-550	-110	0	0	0	0
Varição de atrasados (aumento: +)	-1798	432	18	-10	0	78	0	518
6. DIFERENCIAL DE FINANCIAMENTO ⁴: (4) + (5)	0	0	0	0	80	0	988	0
<i>Pro memoria:</i>								
Conta Corrente (em percentagem do PIB)	-11.1	-11.1	-14.3	-2.7	-6.6	-5.3	-7.9	--
Conta Corrente e de Capital (em percentagem do PIB)	-8.6	-8.0	-11.8	-0.6	-5.2	-3.1	-5.8	--
Reservas oficiais (em meses de importações) ⁵	2.2	2.0	2.4	3.5	4.3	3.6	3.7	3.2

Fontes: Banco de Cabo Verde, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal.

¹ Inclui vendas de combustível a navios e reexportações; ² Fundo estabelecido off-shore para suporte à conversão da dívida interna; ³ Acordo de Cooperação Cambial entre Portugal e Cabo Verde; ⁴ Necessidade (-) ou capacidade (+) de financiamento; ⁵ Activos Externos líquidos do BCV e importações de bens e serviços do ano.

Quadro A.II.2.5.

DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DAS EXPORTAÇÕES, 1998 - 2006

Em percentagem do total

	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	1998 a 2006
Alemanha	0.0	0.0	2.3	0.7	1.6	1.1	0.1	0.1	0.0	0.5
Espanha	7.3	2.9	3.5	0.2	0.8	0.0	0.3	21.3	27.3	10.8
Guiné-Bissau	0.0	0.0	0.0	0.0	2.3	0.7	0.6	0.4	4.2	1.3
Holanda	0.2	0.8	0.3	0.2	0.2	0.4	0.2	0.6	0.6	0.4
Portugal	88.9	89.7	80.1	90.7	88.4	70.8	78.3	51.6	53.2	70.6
E.U.A.	0.0	0.0	11.4	6.3	4.4	22.5	19.4	12.3	1.4	9.2
Outros	3.7	6.6	2.5	2.0	2.3	4.5	1.0	13.7	13.3	7.2
Exportações totais	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0

Fontes: Banco de Cabo Verde, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal.

Quadro A.II.2.6.

DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DAS IMPORTAÇÕES, 1998 - 2006

Em percentagem do total

	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	1998 a 2006
Alemanha	4.6	2.0	1.5	0.6	3.9	1.0	1.0	0.7	1.1	1.6
Brasil	0.0	0.0	0.0	2.3	3.5	2.6	5.1	8.0	6.4	3.9
Espanha	2.4	2.4	2.5	3.6	3.8	2.6	4.3	7.6	5.6	4.3
E.U.A.	5.6	3.4	3.6	2.3	3.3	3.4	2.8	2.7	1.4	2.9
Holanda	6.8	17.8	13.0	14.9	13.7	20.3	17.6	16.0	11.2	14.8
Portugal	46.9	52.7	52.4	52.1	55.3	48.4	47.6	45.6	50.2	49.7
Outros	33.6	21.7	27.0	24.1	16.5	21.5	21.5	19.4	24.1	22.7
Importações totais	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0

Fontes: Banco de Cabo Verde, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal.

Quadro A.II.2.7.

DÍVIDA PÚBLICA, 2000 - 2006

Em milhões de CVE

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
		Est.	Est.	Est.	Est.	Est.	Est.
DÍVIDA EXTERNA TOTAL	33502	37507	40269	42352	42591	45113	46828
Credores Multilaterais	25282	27840	30328	32609	33771	36216	37544
Credores Bilaterais	8221	9668	9941	9743	8820	8897	9284
Governo	4639	5263	5072	4959	4623	5383	6357
Outros	3582	4405	4869	4783	4197	3515	2927
DÍVIDA INTERNA TOTAL	26764	27815	33229	34627	35980	39309	40311
da qual: Bilhetes do Tesouro	3628	4415	5713	5594	6462	7162	7351
Obrigações do Tesouro	5881	10464	15321	15330	17199	19897	20578
Sector Bancário	12973	13139	16546	17097	17488	20044	19543
Sector Não-Bancário	3168	3925	5933	6342	7304	7877	9379
TCMF ¹	10622	10750	10750	11189	11189	11389	11389
<i>(em % do PIB)</i>							
Dívida externa total	51.9	54.1	55.3	53.3	51.9	50.8	46.1
Dívida interna total (exc. TCMF)	25.0	24.6	30.9	29.5	30.2	31.5	28.5
TCMF	16.5	15.5	14.8	14.1	13.6	12.8	11.2
Dívida interna total (inc. TCMF)	41.5	40.1	45.7	43.5	43.8	44.3	39.7
<i>(em % das exportações de bens e serviços)</i>							
Dívida externa total	192.2	181.4	170.1	169.8	162.1	136.0	105.6
Serviço da dívida de médio e longo prazo	10.8	12.0	9.9	8.3	9.1	8.1	5.6

Fontes: Banco de Cabo Verde, Min. Fin. e Admin. Pública de Cabo Verde, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal.

¹ Títulos Consolidados de Mobilização Financeira.

Quadro A.II.2.8.

OPERAÇÕES FINANCEIRAS DO ESTADO, 2003 - 2007

Em milhões de CVE

	2003	2004	2005	2006			2007		
	Est.	Est.	Est.	Orç.	Est.	g.e. ¹	Orç.	Trim. I	g.e. ¹
1. RECEITAS TOTAIS	21930	28108	28995	37101	31472	84.8	37713	8035	21.3
1.1. Receitas orçamentais	17529	18986	22555	28792	25683	89.2	29382	7587	25.8
1.1.1. Receitas correntes	16974	18681	21420	24626	24844	100.9	26731	6958	26.0
Receitas não-tributárias	1514	2045	2880	3374	2017	59.8	2553	751	29.4
Receitas tributárias	15460	16636	18539	21252	22828	107.4	24178	6208	25.7
Impostos sobre o rendimento	5068	5395	5815	6955	6952	100.0	7497	1888	25.2
Impostos sobre a despesa dos quais: IVA	10392	11241	12724	14297	15875	111.0	16682	4319	25.9
...	...	5592	6552	7363	8439	114.6	8610	2340	27.2
1.1.2. Receitas de capital	554	305	1136	4165	838	20.1	2650	629	23.7
1.2. Donativos	4401	8946	6439	8309	5789	69.7	8332	448	5.4
1.3. Transferências de empresas públicas ²	0	177	0	0	0	--	0	0	--
2. DESPESAS TOTAIS ³	24652	30006	32236	40794	36046	88.4	40154	8486	21.1
2.1. Despesas correntes ⁴	16919	18007	19857	24504	22188	90.5	23814	5698	23.9
Salários e ordenados	9803	8868	9690	11260	9905	88.0	11375	2407	21.2
Bens e serviços	1341	1287	1606	1863	1197	64.2	2132	201	9.4
Subsídios e transferências dos quais: Combustíveis ⁵	2396	3982	4258	7772	6763	87.0	5750	1210	21.0
Bolsas de estudo	455	292	282	445	314	--	480	94	--
Juros da dívida	1994	2056	1927	1920	1920	100.0	1883	448	23.8
Interna	1478	1506	1384	1398	1398	100.0	1352	315	23.3
Externa	517	550	543	522	522	100.0	531	133	25.1
Outras despesas	1385	1814	2376	1689	1195	70.8	2675	260	9.7
2.2. Despesas de investimento	7733	11435	12379	16290	13211	81.1	16340	2788	17.1
2.3. Despesas extraordinárias ⁶	0	0	0	0	0	--	0	0	--
3. SALDO CORRENTE: (1.1.1) - (2.1)	56	674	1562	122	2656	--	2917	1260	--
4. SALDO CORRENTE ALARGADO: (1.1) - (2.1)	610	979	2698	4288	3494	--	5567	1889	--
5. SALDO GLOBAL (sem Donativos): (1) - (2) - (1.2)	-7123	-10843	-9681	-12002	-10364	--	-10773	-899	--
6. SALDO GLOBAL (base compromissos): (1) - (2)	-2722	-1897	-3241	-3693	-4575	--	-2441	-451	--
7. VARIAÇÃO DE ATRASADOS	-765	-125	-562	0	308	--	0	0	--
7.1. Externos	-185	0	0	0	0	--	0	0	--
7.2. Internos	-580	-125	-562	0	308	--	0	0	--
8. ALÍVIO DA DÍVIDA	185	0	0	0	0	--	0	0	--
9. SALDO GLOBAL (base caixa): (6) + (7) + (8)	-3303	-2023	-3803	-3693	-4267	--	-2441	-451	--
10. FINANCIAMENTO	3303	2023	3803	5126	4267	--	3285	36	--
10.1. Interno (líq.)	1549	1387	1019	1712	1137	--	-602	-335	--
do qual: Sistema bancário	772	124	13	424	-65	--	-1473	-595	--
Privatizações	0	0	0	0	0	--	0	0	--
10.2. Externo (líq.)	1754	636	2784	3414	3130	--	3887	371	--
Desembolsos	3559	2930	4826	5531	5104	--	6054	717	--
Amortizações	-1805	-2294	-2041	-2117	-1974	--	-2167	-346	--
11. DIF. DE FINANC. / DISCREPÂNCIA ⁷ : (9) + (10)	0	0	0	1432	0	--	844	-416	--

Fontes: Banco de Cabo Verde, Min. Finanças e Admin. Pública de Cabo Verde, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal.

¹ Grau de execução face ao orçamentado (em %); ² Parcela das despesas de investimento que cabe às empresas públicas suportar (trata-se normalmente de financiar infraestruturas ligadas à actividade dessas mesmas empresas); ³ Inclui despesas relativas a atrasados identificados pelo FMI nas suas missões e despesas não discriminadas;⁴ Inclui valores a regularizar em 2006 e 2007; ⁵ Indemnizações compensatórias às empresas importadoras de combustíveis; ⁶ A financiar com receitas das privatizações; ⁷ Necessidade (-) ou capacidade (+) de financiamento.

Quadro A.II.2.9.

SÍNTESE MONETÁRIA, 2003 - 2007

Em milhões de CVE

	2003 est.	2004 est.	2005 est.	2006		2006e/2005 (%)		2007		2007p/2006e (%)		Maio/2006e (%)	
				prog.	rev.	(A)	(B)	prog.	Maio	(A)	(B)	(A)	(B)
POSIÇÃO EXTERNA	10456	13787	21889	30854	25137	14.8	4.5	33870	29952	34.7	10.1	19.2	5.6
Activos externos (líq.)	11266	14616	23104	32026	26283	13.8	4.4	32725	31082	24.5	7.5	18.3	5.6
Banco de Cabo Verde	8818	11526	16523	23531	21536	30.3	6.9	25692	26208	19.3	4.8	21.7	5.4
Disp. líq. sobre o exterior	8173	11296	16260	23268	21304	31.0	6.9	25460	25981	19.5	4.8	22.0	5.4
Outros activos (líq.)	645	231	262	263	232	-11.6	0.0	232	228	0.1	0.0	-1.8	0.0
Bancos comerciais	2448	3089	6581	8495	4747	-27.9	-2.5	7033	4874	48.1	2.7	2.7	0.1
Responsabilidades de m/l prazo	-810	-828	-1215	-1172	-1146	-5.7	0.1	-1146	-1131	0.0	0.0	-1.3	0.0
ACTIVOS INTERNOS (líq.)	46428	49061	50755	54493	61078	20.3	14.2	63032	59709	3.2	2.3	-2.2	-1.6
Crédito interno total	54503	57319	59404	64371	70487	18.7	15.3	76567	71736	8.6	7.1	1.8	1.4
Crédito líquido ao S.P.A.	25561	25684	24863	24209	25632	3.1	1.1	25409	22436	-0.9	-0.3	-12.5	-3.7
dq: Crédito líq. ao Gov. central	14858	15066	15207	13988	15393	1.2	0.3	15169	12314	-1.5	-0.3	-20.0	-3.6
Crédito s/ o <i>Trust Fund</i> ¹	11038	11038	11038	11038	11038	0.0	0.0	11038	11038	0.0	0.0	0.0	0.0
Crédito à economia	28906	31591	34515	40151	44839	29.9	14.2	51141	49289	14.1	7.3	9.9	5.2
Empresas públicas	180	161	476	511	634	33.3	0.2	747	600	17.9	0.1	-5.4	0.0
Sector privado	28726	31430	34040	39640	44205	29.9	14.0	50394	48689	14.0	7.2	10.1	5.2
Crédito às IFNM	37	44	26	11	16	-38.8	0.0	16	11	3.2	0.0	-29.5	0.0
Outras rubricas (líq.)	-8076	-8258	-8648	-9878	-9409	-8.8	-1.0	-13535	-12028	-43.9	-4.8	-27.8	-3.0
TOTAL DO ACTIVO	56883	62848	72644	85347	86216	18.7	--	96902	89660	12.4	--	4.0	--
MASSA MONETÁRIA	56883	62848	72644	85347	86216	18.7	18.7	96902	89660	12.4	12.4	4.0	4.0
<i>pro memoria: Base monetária</i>	17288	18467	21134	22821	25834	22.2	--	--	28109	--	--	--	--
Circulação monetária	6516	6765	7634	8721	7731	1.3	--	9982	7300	29.1	--	--	--
Depósitos à ordem em m/n	16473	17640	21086	25020	28123	33.4	--	30641	28323	9.0	--	--	--
Quase-moeda	33894	38444	43925	51606	50362	14.7	--	56279	54037	11.7	--	--	--
TOTAL DO PASSIVO	56883	62848	72644	85347	86216	18.7	--	96902	89660	12.4	--	--	--

Fontes: Banco de Cabo Verde, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal.

¹ Fundo estabelecido off-shore para apoio à conversão da dívida interna, dando lugar à emissão de Títulos Consolidados de Mobilização Financeira (TCMF).^(A) Variação face ao final do ano anterior; ^(B) Variação relativamente ao valor da massa monetária no final do ano anterior (factores de expansão/contracção da liquidez).

Quadro A.II.2.10.

TAXAS DE JURO, 2003 - 2007

	Dez 03	Dez 04	Dez 05 ¹	Dez 06						
				Mar 06	Jun 06	Set 06		Mar 07	Abr 07	Mai 07
Taxas activas										
Particulares										
Até 90 dias	12.69	12.69	12.63	12.63	12.63	12.63	12.63	12.63	12.63	12.63
De 91 a 180 dias	13.06	13.06	12.88	12.88	12.88	12.88	12.88	12.88	12.88	12.88
De 181 dias a 1 ano	13.44	13.44	13.00	13.00	13.00	13.00	13.00	13.00	13.00	13.00
De 1 a 2 anos	14.19	14.19	13.25	13.25	13.25	13.25	13.25	13.25	13.25	13.25
De 2 a 5 anos	13.56	13.56	13.50	13.50	13.50	13.50	13.50	13.50	13.50	13.50
De 5 a 10 anos	13.63	13.63								
Superior a 10 anos	13.63	13.63								
Habitação Própria			10.94	10.94	10.94	10.94	10.94	10.94	10.94	10.94
Habitação Rendimento			12.06	12.06	12.06	12.06	12.06	12.06	12.06	12.06
Crédito universitário	12.25	12.25	12.00	12.00	12.00	12.00	12.00	12.00	12.00	12.00
Adiantamento de Vencimentos			12.75	12.75	12.75	12.75	12.75	12.75	12.75	12.75
Crédito a emigrantes (poupança-habitação)	12.50	12.50	11.00	11.00	11.00	11.00	11.00	11.00	11.00	11.00
Empresas										
Até 90 dias			11.31	11.31	11.31	11.31	11.31	11.31	11.31	11.31
De 91 a 180 dias			11.51	11.51	11.51	11.51	11.51	11.51	11.51	11.51
De 181 dias a 1 ano			11.88	11.88	11.88	11.88	11.88	11.88	11.88	11.88
De 1 a 2 anos			12.50	12.50	12.50	12.50	12.50	12.50	12.50	12.50
De 2 a 5 anos			11.25	11.25	11.25	11.25	11.25	11.25	11.25	11.25
Contas Correntes Caucionadas (6 meses)			11.50	11.50	11.50	11.50	11.50	11.50	11.50	11.50
Taxas passivas										
Depósitos c/caderneta	0.75	0.75	0.75	0.75	0.75	0.75	0.75	0.75	0.75	0.75
Depósitos a prazo										
De 30 a 60 dias	3.59	3.59								
De 61 a 90 dias	3.59	3.59	2.87	2.87	2.74	2.74	2.74	2.74	2.74	2.74
De 91 a 180 dias	4.44	4.44	4.14	4.14	3.83	3.83	3.83	3.83	3.83	3.83
De 181 dias a 1 ano	5.69	5.69	4.44	4.44	4.25	4.25	4.25	4.25	4.25	4.25
Superior a 1 ano	5.88	5.88	5.00	5.00	4.58	4.58	4.58	4.58	4.58	4.58
Depósito Poupança Jovem			5.50	5.50	4.58	4.58	4.58	4.58	4.58	4.58
Poupança-habitação	7.50	7.50	5.25	5.25	4.00	4.00	4.00	4.00	4.00	4.00
Depósitos de emigrantes										
À ordem										
C/ pré-aviso (30 a 60 dias)										
De 30 a 60 dias	4.83	4.83								
De 61 a 90 dias	4.75	4.75	3.62	3.62	3.28	3.28	3.28	3.28	3.28	3.28
De 91 a 180 dias	5.50	5.50	4.58	4.58	4.14	4.14	4.14	4.14	4.14	4.14
De 181 dias a 1 ano	6.75	6.63	5.13	5.13	4.56	4.56	4.56	4.56	4.56	4.56
Superior a 1 ano	8.00	7.83	5.00	5.00	4.83	4.83	4.83	4.83	4.83	4.83
Poupança-habitação										
De 30 a 180 dias	6.00	6.00								
De 181 dias a 1 ano	6.63	6.50	4.92	4.92	4.58	4.58	4.58	4.58	4.58	4.58
Superior a 1 ano	6.63	6.50	5.13	5.13	4.25	4.25	4.25	4.25	4.25	4.25
Taxas de referência										
Instrumentos do BCV										
Redesconto	8.50	8.50	8.50	8.50	8.50	8.50	8.50	8.50	8.50	8.50
Cedência de liquidez	8.50	8.50	7.50	7.50	7.50	7.50	7.50	7.50	7.50	7.50
Absorção de liquidez	1.00	1.00	1.00	1.00	1.00	1.00	1.00	1.00	1.00	1.00
Bilhetes do Tesouro										
91 dias	7.598	5.600				2.952	3.000	3.414	3.545	3.580
182 dias	7.000			2.061	2.616	3.063	2.998	3.275	3.500	3.545
364 dias	8.347	5.528			2.933	3.063	3.063		3.827	3.813
Para memória:										
Inflação (t.v. homóloga no mês)	-2.27	-0.30	1.70	4.72	7.04	3.71	6.17	4.15	3.49	3.02

Fonte: Banco de Cabo Verde e cálculos do Banco de Portugal.

¹ O BCV reformulou, com referência a Dezembro de 2005, a estrutura de taxas activas e passivas publicada, pelo que há quebra em algumas séries, principalmente nas activas onde passou a apresentar subdivisões entre empresas e particulares.

Quadro A.II.2.11.

TAXAS DE CÂMBIO, 1988 - 2007

Taxas médias

	CVE/USD	CVE/PTE	CVE/EUR	ITCE ¹	
				(base 100: 1992)	
				Nominal	Real
1988	72.07	0.501	--	101.55	--
1989	77.98	0.496	--	101.35	--
1990	70.03	0.491	--	101.60	--
1991	71.41	0.494	--	101.17	--
1992	68.02	0.504	--	100.00	100.00
1993	80.43	0.501	--	97.50	97.82
1994	81.90	0.494	--	97.94	97.18
1995	76.85	0.512	--	94.55	98.10
1996	82.59	0.535	--	90.32	96.47
1997	93.19	0.532	--	90.90	103.17
1998	97.99	0.544	--	88.60	103.60
1999	102.70	--	110.27	87.34	103.86
2000	115.88	--	110.27	86.60	96.58
2001	123.21	--	110.27	86.46	95.59
2002	117.26	--	110.27	86.72	94.54
2003	97.80	--	110.27	87.64	93.89
2004	88.74	--	110.27	88.13	90.59
2005	88.65	--	110.27	88.14	88.90
2006	87.93	--	110.27	88.18	91.63
2005					
Janeiro	83.85	--	110.27	88.41	89.71
Fevereiro	84.87	--	110.27	88.37	89.13
Março	83.52	--	110.27	88.44	88.80
Abril	85.21	--	110.27	88.34	88.18
Maio	86.69	--	110.27	88.24	87.55
Junho	90.49	--	110.27	88.02	88.07
Julho	91.13	--	110.27	87.97	88.82
Agosto	89.73	--	110.27	88.08	90.50
Setembro	89.93	--	110.27	88.06	90.20
Outubro	91.77	--	110.27	87.96	88.72
Novembro	93.55	--	110.27	87.86	88.11
Dezembro	93.02	--	110.27	87.89	88.93
2006					
Janeiro	91.09	--	110.27	88.00	89.72
Fevereiro	92.27	--	110.27	87.93	89.69
Março	91.80	--	110.27	87.96	89.96
Abril	90.14	--	110.27	88.07	90.87
Maio	86.42	--	110.27	88.27	91.45
Junho	87.15	--	110.27	88.22	91.95
Julho	86.96	--	110.27	88.24	92.23
Agosto	86.07	--	110.27	88.29	93.03
Setembro	86.58	--	110.27	88.25	91.94
Outubro	87.45	--	110.27	88.21	91.83
Novembro	85.73	--	110.27	88.32	93.32
Dezembro	83.45	--	110.27	88.45	93.54
2007					
Janeiro	85.00	--	110.27	88.36	93.02
Fevereiro	84.40	--	110.27	88.39	93.00
Março	83.30	--	110.27	88.46	92.21
Abril	81.73	--	110.27	88.57	92.31
Maio	81.55	--	110.27	88.56	92.39
Junho	82.20	--	110.27	88.53	--

Fontes: Banco de Cabo Verde e cálculos do Banco de Portugal.

¹ Índice da taxa de câmbio efectiva, baseado nas taxas de câmbio oficiais praticadas para as moedas dos quatro principais parceiros comerciais cabo-verdianos no período 2000/04 (valorização: +; desvalorização: -).



GUINÉ-BISSAU

Área: 36 125 Km²

Capital: Bissau

População: 1.6 milhões (2005)

Moeda: Franco CFA

II.3.1. Síntese

A normalização da situação socio-política na Guiné-Bissau prosseguiu ao longo de 2006 a um ritmo razoável, o que permitiu assinar e pôr em prática um programa de referência com o FMI (*Staff-Monitored Program*, sem acesso a fundos daquela instituição) que vigorou entre Abril e Dezembro de 2006. O programa teve resultados algo insuficientes em relação aos objectivos definidos, em particular na capacidade de mobilização de receitas fiscais e no ritmo da introdução de reformas no sector energético.

A consolidação da estabilidade política e social em 2007 deverá permitir a retoma da cooperação por parte dos principais parceiros de desenvolvimento, o que poderá suceder através do estabelecimento de um programa de assistência de emergência pós-conflito com o Fundo. Os resultados de uma conferência de doadores realizada em Genebra em Novembro de 2006 forneceram sinais animadores quanto à disponibilidade da comunidade internacional para ajudar a Guiné-Bissau, tendo sido anunciadas intenções de financiamento de USD 45.1 milhões para 2007, as quais tardam no entanto a materializar-se.

Quadro II.3.1.

PRINCIPAIS INDICADORES ECONÓMICOS				
	2004	2005	2006	2007
	Est.	Est.	Est.	Proj.
PIB real (<i>t.v. anual</i>)	2.2	3.5	1.8	3.7
Inflação (<i>t.v. média</i>)	0.9	3.3	2.0	3.0
Massa monetária (<i>t.v.</i>)	43.6	20.7	5.2	21.6
Saldo Bal. Corrente (% <i>PIB</i>)	2.4	-5.9	-10.9	-11.9
Saldo orçamental (% <i>PIB</i>)	-15.0	-11.9	-9.7	-17.7
Dívida externa (% <i>PIB</i>)	378.9	335.1	322.3	294.8

Fontes: FMI e Agência do BCEAO na Guiné-Bissau.

O cenário macroeconómico da Guiné-Bissau no final de 2006 traduz as dificuldades que o país enfrentou ao longo do ano. As muitas contrariedades com que se debateu o sector da castanha de caju, principal produto de exportação, repercutiram-se na actividade do sector do comércio e das exportações, acabando por induzir o abrandamento do crescimento económico (para 1.8% face a 3.5% em 2005).

As contas externas foram igualmente afectadas pelos problemas do sector da castanha de caju, com as exportações de mercadorias a revelarem uma redução face a 2005 e, reflectindo também o aumento das importações, a determinarem a deterioração dos saldos da balança comercial (para -19.3% do PIB) e, como consequência, da balança corrente (para -10.9% do PIB, face a -5.9% em 2005).

Na esfera orçamental, mantiveram-se em 2006 as dificuldades com a arrecadação de receitas fiscais, o que no entanto foi compensado pelo crescimento das receitas não-tributárias. A fraca acessibilidade a recursos externos diminuiu a capacidade de investimento do sector público, o que, a par da contenção evidenciada pelas despesas correntes (decorrente do início da reforma da administração pública), se reflectiu na diminuição do défice global (de 11.9% para 9.7% do PIB).

A integração na União Económica e Monetária Oeste-Africana (UEMOA) e a inexistência de pressões significativas da procura interna têm ajudado a manter a inflação a níveis baixos. Ao longo de

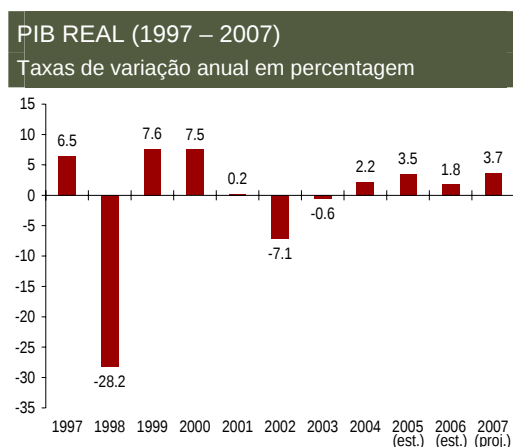
2006 verificou-se uma diminuição do ritmo de crescimento dos preços (para 2.0% em termos médios), como repercussão da descida registada nos preços dos produtos alimentares.

O país continua a apresentar um baixo nível de intermediação financeira, patente no elevado peso da circulação no total da massa monetária (72% no final de 2006). A continuidade do processo de estabilização sócio-económica deverá permitir fomentar o papel do sistema bancário no financiamento da economia, como atesta a presença de novas instituições bancárias no território.

II.3.2. Procura, Produção e Preços

A economia da Guiné-Bissau apresenta baixos ritmos de crescimento real, tendo registado 1.8% em 2006, o que constitui uma redução de 1.7 p.p. em relação ao valor do ano anterior. Em termos acumulados, a economia guineense decresceu 0.6% em termos reais desde 2001, o que traduz as dificuldades com que se tem vindo a debater ao longo dos últimos anos. Os problemas sentidos pelo sector da castanha de caju, decorrentes da conjugação da descida do preço internacional do caju e dos níveis de fiscalidade aplicados às exportações, afectaram a sua competitividade, traduzindo-se numa forte acumulação de stocks, com impactos negativos em vários sectores da economia.

Gráfico II.3.1.



Fonte: Agência do BCEAO em Bissau e FMI

Na óptica da despesa, o principal dinamismo da actividade económica terá decorrido da execução de alguns projectos de investimento, com a reabilitação de estradas e infra-estruturas hoteleiras no âmbito da realização na Guiné-Bissau da 6ª Cimeira da CPLP (que decorreu em Bissau a 16 e 17 de Julho de 2006).

Para 2007 espera-se uma aceleração do crescimento, em termos reais, para 3.7%, como reflexo da retoma do sector primário (impulsionado pela actividade do sector da castanha de caju) e da realização de projectos de reabilitação de estradas ao norte e sul do país.

Os níveis da inflação mantêm-se reduzidos, beneficiando da integração numa união económica e monetária e da limitada pressão da procura interna. Em 2006, o ritmo de crescimento dos preços apresentou algum abrandamento, terminando o ano em 2.0%, em termos médios (face a 3.3% em 2005), decorrente da descida dos preços dos bens alimentares (principalmente cereais e produtos da pesca) como resultado das melhorias introduzidas nos sistemas de aprovisionamento. Note-se que o impacto da subida dos preços petrolíferos internacionais foi mitigado pela redução dos impostos que incidem sobre o gasóleo e o petróleo na Guiné-Bissau.

As projecções para 2007 mantêm as tendências do ano anterior, pelo que se espera que a inflação média se mantenha em torno dos 3% no final de Dezembro.

Gráfico II.3.2.

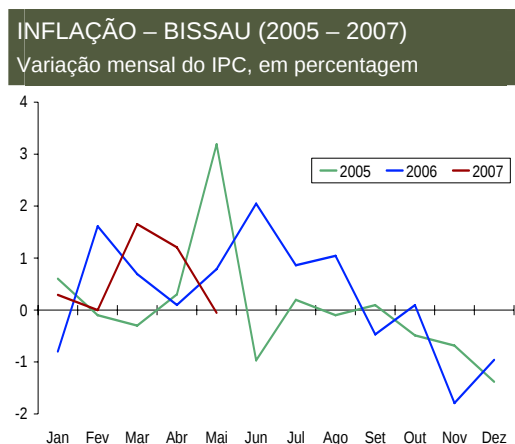
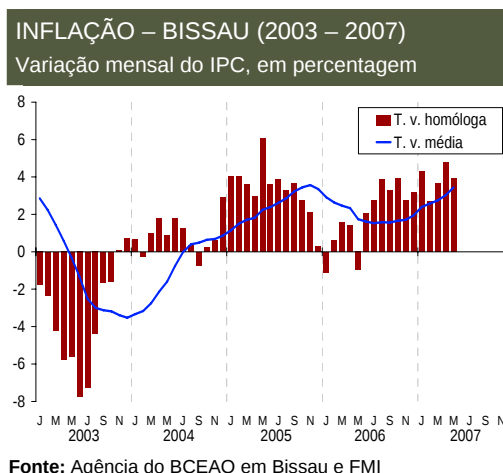


Gráfico II.3.3.



II.3.3. Contas Externas

As dificuldades sentidas na economia guineense estão igualmente patentes nas suas contas externas com um novo agravamento do défice da balança corrente em 2006, atingindo 10.9% do PIB, quase duplicando o défice de 5.9% registado no ano transacto. Esta deterioração decorreu do aumento do défice da balança comercial, uma vez que as restantes componentes evidenciaram um comportamento favorável, com a melhoria do saldo de serviços e rendimentos e o crescimento das transferências unilaterais.

Quadro II.3.2.

BALANÇA DE PAGAMENTOS				
Em percentagem do PIB				
	2004	2005	2006	2007
	Est.	Est.	Est.	Proj.
Balança Corrente	2.4	-5.9	-10.9	-11.9
Balança Comercial	-2.7	-5.5	-19.3	-10.2
Exportações	28.1	29.7	20.0	28.5
Importações	-30.7	-35.2	-39.3	-39.3
Balança Serv. e Rend.	-17.7	-16.1	-14.5	-12.9
Transferências Corr.	22.8	15.7	22.9	11.1
Bal. Capitais e Financ.	-6.3	-1.9	-1.3	-5.5
Endividamento líq.	-3.6	-7.4	-2.9	-0.7
Transf. Cap. e IDE	10.8	14.9	10.9	7.6
Cap. C-P, Erros e Om.	-13.5	-9.3	-9.3	-12.9
Balança Global	-4.0	-7.8	-12.2	-17.4

Fontes: FMI e Agência do BCEAO na Guiné-Bissau.

O aumento do défice da balança corrente em 2006 deveu-se essencialmente à acentuada descida das exportações, traduzida em 9.7 p.p. em relação ao peso no PIB, fruto dos problemas registados no sector da castanha de caju (produto que representa cerca de 90% do total das exportações da Guiné-Bissau). Como resultado do aumento do preço internacional dos produtos petrolíferos e da

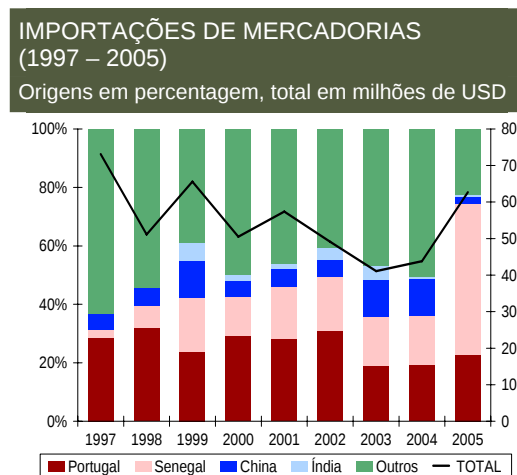
dependência da economia guineense de produtos oriundos do exterior, as importações denotaram um acréscimo similar ao do ano anterior, pelo que o défice comercial se deteriorou em 13.8 p.p., atingindo 19.3% do PIB.

Gráfico II.3.4.



Fonte: Agência do BCEAO em Bissau e FMI

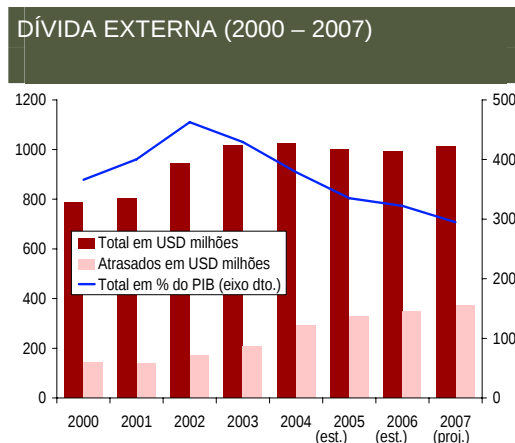
Gráfico II.3.5.



Fonte: Agência do BCEAO em Bissau e FMI

Uma nota positiva prende-se com o aumento evidenciado pelas transferências correntes (em 7.2 p.p.), quer das transferências oficiais relativas à ajuda externa, quer das transferências privadas (sobretudo remessas).

Gráfico II.3.6.



Fonte: Agência do BCEAO em Bissau e FMI

A balança de capitais e financeira apresentou uma ligeira redução do seu défice para 1.3% do PIB (-0.6 p.p. do que em 2005), para o qual contribuiu principalmente a descida evidenciada pelas amortizações. Apesar desta melhoria, a degradação do défice corrente acabou por determinar um novo crescimento do défice global, o qual representava 12.2% do PIB no final de 2006 (face a 7.8% em 2005).

As dificuldades de acesso ao financiamento externo (dados os constrangimentos resultantes da inexistência de um programa económico e financeiro apoiado pelo FMI ou pelo Banco Mundial)

traduziram-se numa nova acumulação de atrasados externos (cerca de 7.4% do PIB em 2006), o que acontece pelo sexto ano consecutivo.

Para 2007, prevê-se a deterioração do saldo da balança corrente (para -11.9% do PIB), reflectindo sobretudo a redução prevista das transferências oficiais, decorrentes do adiamento das entradas de ajuda externa garantidas na reunião de doadores realizada em Novembro de 2006 (em face dos problemas suscitados com a ineficácia da gestão do contrato de fornecimento de energia) e do arrastamento das negociações com a UE relativas aos pagamentos das compensações pela pesca em águas territoriais guineenses. De destacar ainda a esperada redução do défice comercial em face da prevista recuperação das exportações de castanha de caju.

II.3.4. Finanças Públicas

As contas públicas da Guiné-Bissau continuam a demonstrar fragilidades estruturais. A reduzida base tributária traduz-se na dificuldade de arrecadação de receitas próprias, sobretudo tributárias. Estas atingiram 11.5% do PIB em 2006, valor que se mantém em relação ao ano anterior, tendo sido igualmente afectados pelos problemas sentidos no sector da castanha de caju, apesar de se reconhecer algum aumento de eficiência na máquina fiscal.

As receitas totais denotaram um ligeiro crescimento, como resultado da subida das receitas não-tributárias, que aumentaram 2 p.p. em relação ao seu peso no produto interno.

Quadro II.3.3.

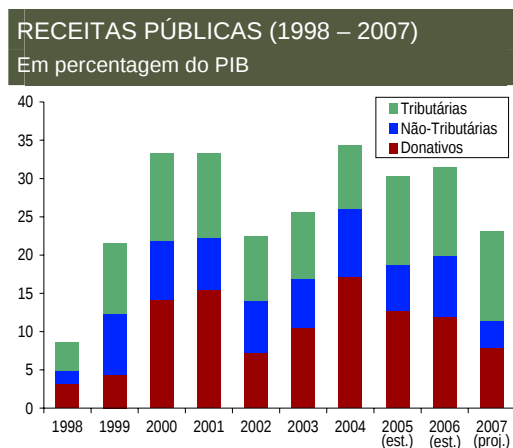
EXECUÇÃO ORÇAMENTAL				
Em percentagem do PIB				
	2004	2005	2006	2007
	Est.	Est.	Est.	Proj.
Receitas totais	34.4	30.3	31.4	23.1
Receitas correntes	17.2	17.6	19.5	15.2
Receitas não-trib.	8.9	6.1	8.1	3.4
Receitas tributárias	8.3	11.5	11.5	11.7
Donativos	17.2	12.7	11.9	7.9
Despesas totais	49.4	42.3	41.2	40.8
Despesas correntes	29.5	27.7	29.0	26.9
Juros da dívida prog.	6.1	4.2	3.1	3.0
Desp. de capital	19.9	14.5	12.2	14.0
Saldo corrente	-12.3	-10.1	-9.4	-11.7
Saldo global	-15.0	-11.9	-9.7	-17.7

Fontes: FMI e Agência do BCEAO na Guiné-Bissau.

Do lado das despesas a situação apresenta também alguns constrangimentos, mantendo-se o elevado peso dos encargos com o pessoal (os quais representavam 44% do total das despesas correntes no fim de 2006), apesar de ter registado alguma descida face a 2005 como resultado do arranque da reforma da administração pública.

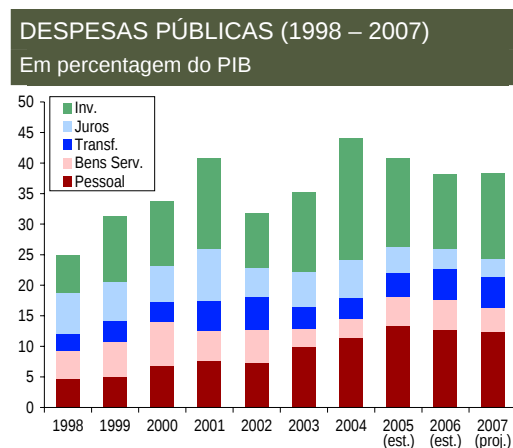
Apesar dos constrangimentos já referidos, a diminuição da massa salarial conduziu à redução das despesas correntes, o que, em conjunto com o decréscimo das despesas de capital (em face da dificuldade de mobilização de recursos externos), teve como consequência a contracção em 1.1 p.p. das despesas totais. Esta evolução acabou por determinar a melhoria dos défices global e corrente, mantendo a tendência do ano anterior.

Gráfico II.3.7.



Fonte: Agência do BCEAO em Bissau e FMI

Gráfico II.3.8.



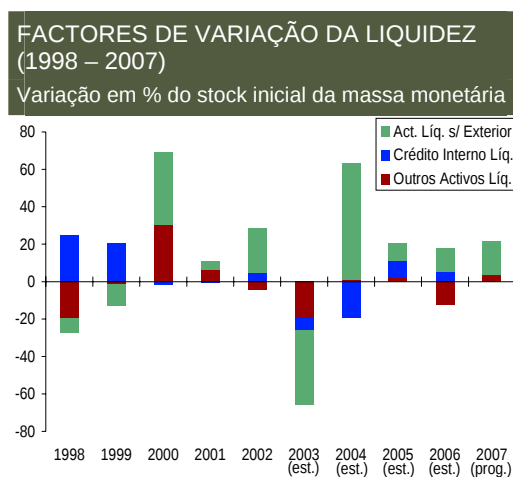
Fonte: Agência do BCEAO em Bissau e FMI

O adiamento da conclusão das negociações com a UE sobre as pescas, em 2007, e das entradas de ajuda externa terão, uma vez mais, repercussões negativas nas receitas totais, contribuindo para a redução das receitas não-tributárias e dos donativos, respectivamente. Estes factores conduzirão ao agravamento substancial do défice global (para 17.7% do PIB), apesar da esperada recuperação das receitas tributárias (com a regularização da situação no sector da castanha de caju), da contenção das despesas com o pessoal e de um melhor controlo das restantes despesas.

II.3.5. Situação Monetária e Cambial

O ritmo de crescimento da massa monetária denotou em 2006 uma redução significativa, situando-se em 5.2% (face a 20.7% no ano anterior), decorrente sobretudo do impacto contraccionista da evolução da rubrica “outros activos líquidos”.

Gráfico II.3.9.



Fonte: Agência do BCEAO em Bissau e FMI

Os restantes factores de variação da liquidez denotaram impactos expansionistas, com destaque para o aumento da posição externa líquida do sistema bancário em 17.6% (com um impacto expansionista de 12.3 p.p. sobre o valor da massa monetária), que repercutiu a subida dos activos líquidos sobre o exterior dos bancos comerciais em actividade no território. O crescimento eviden-

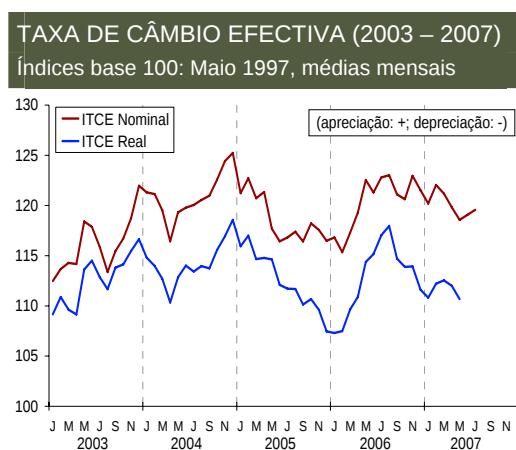
ciado pelo crédito à economia (com um impacto de 5.6 p.p.) acabou por determinar um aumento do crédito interno total, apesar da diminuição patenteada pelo crédito líquido ao SPA.

A instabilidade político-económica que se vive no território continua a reflectir-se no baixo nível de intermediação financeira, com a circulação a representar cerca de 72% do total da massa monetária no final de 2006, embora denotando alguma quebra em relação ao ano transacto.

A abertura de duas instituições bancárias em 2006 e de uma outra em 2007 (elevando para quatro o total de bancos comerciais presentes na Guiné-Bissau) deverá ter estado na base do elevado dinamismo apresentado pelos depósitos à ordem, que aumentaram 41.1% em termos nominais entre Dezembro de 2005 e Abril de 2007, passando a representar 32% dos meios de pagamento.

Para o ano de 2007, a programação existente aponta para uma aceleração da expansão monetária, prevendo-se um crescimento de 21.6%, sobretudo com base em novo aumento dos activos líquidos sobre o exterior do banco central.

Gráfico II.3.10.



A valorização do Euro, e por consequência do franco CFA, face à rupia indiana (moeda do principal destino das exportações guineenses) conduziu à apreciação da taxa de câmbio efectiva do CFA ao longo do primeiro semestre de 2006, tanto em termos nominais como reais. A partir de Setembro a situação inverteu-se em termos reais, principalmente como reflexo do aumento do diferencial do índice de preços no consumidor em relação à Índia, país que se vem debatendo com a aceleração da inflação.

Quadro A.II.3.1.

PRINCIPAIS INDICADORES ECONÓMICOS, 2001 - 2007

	Unidades	2001 Est.	2002 Est.	2003 Est.	2004 Est.	2005 Est.	2006		2007	
							Proj.	Est.	Proj.	Est.
PRODUTO E PREÇOS										
PIB nominal	milhões de EUR	222.4	216.4	209.0	217.4	242.1	261.9	245.3	261.0	
PIB real	t. var. anual	0.2	-7.1	-0.6	2.2	3.5	4.2	1.8	3.7	
Inflação (I.P.Consumidor)	t. var. homóloga	-1.9	2.5	0.7	2.9	0.3	2.5	3.2	2.8	3.9 Mai.
	t. var. média anual	3.3	3.3	-3.5	0.9	3.3	2.2	2.0	3.0	3.4 Mai.
FINANÇAS PÚBLICAS										
Receitas totais	% PIB	33.3	22.6	25.6	34.4	30.3	39.9	31.4	23.1	
Despesas totais	% PIB	43.0	32.7	38.5	49.4	42.2	37.7	41.2	40.8	
Défice global	% PIB	-9.8	-10.1	-12.9	-15.0	-11.9	2.2	-9.7	-17.7	
Défice global sem donativos	% PIB	-25.3	-17.4	-23.3	-32.2	-24.6	-17.4	-21.6	-25.6	
MOEDA E CRÉDITO										
Crédito líquido ao SPA	t. var. anual	-2.7	22.1	-19.4	-35.8	28.2	-48.7	-2.2	-34.4	-22.4 Abr. ⁴
Crédito à economia	t. var. anual	-1.2	-5.3	-36.9	-15.1	49.7	72.1	87.8	70.6	34.8 Abr. ⁴
Massa monetária (M ₂)	t. var. anual	10.1	23.9	-65.4	43.6	20.7	7.3	5.2	21.6	0.2 Abr. ⁴
TAXAS DE JURO										
Passiva, a 1 ano	t. anual	3.5	3.0	3.0	3.0	3.0		3.0		
Activa, a 1 ano	t. anual	16.0	15.0	16.0	16.0	16.0		16.0		
BALANÇA DE PAGAMENTOS										
Exportações f.o.b. (em USD)	t. var. anual	-19.1	6.4	16.6	21.8	17.2	24.8	-30.8	49.7	
Importações f.o.b. (em USD)	t. var. anual	11.0	-10.5	0.6	16.9	26.8	23.2	15.1	-12.1	
Balança corrente	% PIB	-22.1	-10.7	-2.8	2.4	-5.9	-5.1	-10.9	-11.9	
Bal. corrente s/ transf. Oficiais ¹	% PIB	-31.1	-12.8	-6.2	-6.1	-10.5	-8.5	-21.4	-14.0	
DÍVIDA EXTERNA										
Stock total	milhões de EUR	895.2	998.9	898.6	823.6	805.0		791.1	758.4	
	% PIB	400.2	462.8	429.3	378.9	335.1		322.3	294.8	
	% exportações ³	1940.2	1397.9	1281.0	1009.3	1219.0		1026.5	1114.6	
Serviço da dívida	% exportações ³	70.2	38.2	33.2	5.9	29.6		18.9	18.8	
TAXAS DE CÂMBIO										
Nominal XOF/USD (mercado oficial)	t. média	728.2	695.9	579.3	527.5	531.2		521.9		478.2 Jul.
ITCE Nominal (base 100: Maio/97) ²	t. variação	1.6	3.9	9.4	4.1	-2.4		2.0		-1.6 Jul. ⁴
ITCE Real (base 100: Maio/97) ²	t. variação	1.1	4.2	3.3	1.3	-1.9		0.8		-0.8 Mai. ⁴

Fontes: Agência do BCEAO na Guiné - Bissau, Fundo Monetário Internacional e cálculos do BP.

¹ Não inclui as receitas das pescas; ² ITCE Real calculado a partir das taxas de câmbio oficiais praticadas para as moedas dos quatro principais parceiros comerciais no período 2000/04; ³ De bens e serviços; ⁴ Variação face a Dezembro anterior.

Quadro A.II.3.2.

PRODUTO INTERNO BRUTO, 2001 - 2007

Preços correntes, em mil milhões de francos CFA

	2001	2002	2003	2004	2005	2006 Est.	2007 Proj.
Sector primário	86.0	83.8	82.8	84.0	94.2	92.4	
Agropecuária, silvicultura e pesca	86.0	83.8	82.8	84.0	94.2	92.4	
Sector secundário	16.4	17.0	16.2	16.7	18.3	19.9	
Indústria *	12.5	12.8	12.2	12.5	13.6	14.8	
Construção	4.0	4.2	4.0	4.2	4.6	5.1	
Sector terciário	41.0	38.9	36.2	39.6	43.9	46.4	
Comércio, restaurantes e hotéis	21.4	21.8	21.6	23.4	26.3	27.9	
Transportes e comunicações	3.6	3.6	3.7	3.9	4.3	4.6	
Administração pública	15.6	13.0	10.5	11.8	12.8	13.3	
Banca, seguros e outros serviços	0.5	0.5	0.5	0.5	0.6	0.6	
Produto Interno Bruto (custo de factores)	143.5	139.7	135.2	140.3	156.3	158.7	
Impostos indirectos	2.4	2.2	1.9	2.3	2.5	2.2	
Produto Interno Bruto (preços de mercado)	145.9	141.9	137.1	142.6	158.8	160.9	171.2
Consumo	163.5	163.8	148.5	158.3	183.3	190.0	
Público	11.6	6.1	6.0	5.6	3.7	3.7	
Privado	151.9	157.7	142.5	152.7	179.6	186.3	
Investimento	8.2	8.4	7.0	8.4	10.3	10.7	
Público	7.2	7.4	5.0	5.4	6.3	6.2	
Privado	1.0	1.0	2.0	3.0	4.0	4.5	
Procura interna	171.7	172.2	155.5	179.9	193.6	200.7	
Exportações	30.4	42.5	41.2	48.8	45.6	48.2	
Procura global	202.1	214.7	196.7	230.2	239.2	248.9	
Importações	58.7	72.8	60.5	73.0	88.2	88.8	
Pro memoria:							
Poupança interna bruta	-17.6	-21.9	-11.4	-15.7	-24.5	-29.1	
PIBpm nominal (milhões de USD)	200.3	203.9	236.7	270.3	299.0	308.3	343.5
Deflator do PIBpm (var. anual em %)	-5.1	4.8	-2.8	1.7	7.6	-0.5	2.6
PIBpm nominal (variação anual em %)	-4.9	-2.7	-3.4	4.0	11.4	1.3	6.4
PIBpm real (variação anual em %)	0.2	-7.1	-0.6	2.2	3.5	1.8	3.7

Fontes: Agência do BCEAO na Guiné-Bissau e cálculos do BP.

* Inclui electricidade e água.

Quadro A.II.3.3.

ÍNDICE DE PREÇOS NO CONSUMIDOR, 1997 - 2007

Em percentagem

		Var. mensal (1)	Var. acumulada (2)	Var. homóloga (3)	Var. média (4)
1997	Dezembro	-8.6	16.8	16.8	49.1
1998	Dezembro	-11.0	7.9	7.9	8.0
1999	Dezembro	0.3	-7.9	-7.9	-2.1
2000	Dezembro	3.5	16.7	16.7	8.6
2001	Dezembro	-2.2	-1.9	-1.9	3.3
2002	Dezembro	-2.5	2.5	2.5	3.3
2003	Dezembro	-1.8	0.7	0.7	-3.5
2004	Dezembro	0.4	2.9	2.9	0.9
2005	Dezembro	-1.4	0.3	0.3	3.3
2006	Dezembro	-1.0	3.2	3.2	2.0
2005	Janeiro	0.6	0.6	4.0	1.1
	Fevereiro	-0.1	0.5	4.0	1.5
	Março	-0.3	0.2	3.6	1.7
	Abril	0.3	0.5	3.0	1.8
	Maio	3.2	3.7	6.0	2.2
	Junho	-1.0	2.7	3.6	2.4
	Julho	0.2	2.9	3.9	2.6
	Agosto	-0.1	2.8	3.3	2.9
	Setembro	0.1	2.9	3.6	3.2
	Outubro	-0.5	2.4	2.8	3.4
	Novembro	-0.7	1.7	2.1	3.6
	Dezembro	-1.4	0.3	0.3	3.3
2006	Janeiro	-0.8	-0.8	-1.1	2.9
	Fevereiro	1.6	0.8	0.6	2.6
	Março	0.7	1.5	1.6	2.5
	Abril	0.1	1.6	1.4	2.3
	Maio	0.8	2.4	-1.0	1.7
	Junho	2.0	4.5	2.0	1.6
	Julho	0.9	5.4	2.7	1.5
	Agosto	1.0	6.5	3.9	1.6
	Setembro	-0.5	6.0	3.3	1.6
	Outubro	0.1	6.1	3.9	1.7
	Novembro	-1.8	4.2	2.8	1.7
	Dezembro	-1.0	3.2	3.2	2.0
2007	Janeiro	0.3	3.5	4.3	2.4
	Fevereiro	0.0	3.5	2.7	2.6
	Março	1.7	5.2	3.7	2.7
	Abril	1.2	6.5	4.8	3.0
	Maio	-0.1	6.4	3.9	3.4

Fontes: Agência do BCEAO na Guiné-Bissau e cálculos do BP.

(1) mês n / mês n-1; (2) mês n / Dez. anterior; (3) mês n / mês n do ano anterior; (4) últimos 12 meses / 12 meses anteriores.

¹ A partir de Janeiro de 2003, a Guiné-Bissau, no âmbito da UEMOA, passou apenas a divulgar o Índice Harmonizado de Preços.

Quadro A.II.3.4.

BALANÇA DE PAGAMENTOS, 2001 - 2007

Em mil milhões de Francos CFA

	2001 Est.	2002 Est.	2003 Est.	2004 Est.	2005 Est.	2006		2007 Proj.
						Proj.	Est.	
Balança Corrente	-32.3	-15.2	-3.9	3.4	-9.3	-8.7	-17.6	-20.4
<i>Excluindo transferências oficiais¹</i>	<i>-45.3</i>	<i>-18.1</i>	<i>-8.5</i>	<i>-8.6</i>	<i>-16.6</i>	<i>-14.6</i>	<i>-34.4</i>	<i>-23.9</i>
Balança comercial	-20.8	-11.9	-5.0	-3.8	-8.7	-10.0	-31.0	-17.4
Exportações (f.o.b.)	36.6	37.2	36.1	40.0	47.2	59.7	32.1	45.9
das quais: Castanha de caju	34.5	32.9	32.3	38.4	44.7	55.3	29.5	43.3
Importações (f.o.b.)	-57.4	-49.1	-41.1	-43.8	-55.9	-69.7	-63.2	-63.3
Balança de serviços e rendimentos	-40.9	-24.6	-21.7	-25.3	-25.6	-25.1	-23.4	-22.0
dos quais: Juros programados	-11.6	-6.1	-7.3	-6.0	-6.3	-5.1	-4.9	-4.4
Transferências Correntes	29.4	21.3	22.8	32.5	25.0	26.5	36.8	19.0
Públicas	20.6	11.4	9.4	16.8	12.1	15.5	21.6	3.5
das quais: Ajuda à balança de pagamentos	8.3	1.9	4.8	12.0	5.1	5.9	10.2	3.5
das quais: Receitas das pescas	7.6	8.5	4.8	4.8	4.8	9.6	4.8	0.0
Privadas	8.8	9.9	13.4	15.7	12.9	11.0	15.3	15.5
Balança de Capitais e Financeira	4.5	4.3	-66.3	-9.0	-3.0	-17.7	-2.1	-9.4
Endividamento	-12.8	-14.8	-11.0	-5.1	-11.8	-9.5	-4.6	-1.1
Desembolsos	4.6	4.9	8.0	13.8	6.2	4.6	8.8	11.6
Apoio à balança de pagamentos	1.7	0.0	2.3	7.6	0.0	0.0	0.0	0.0
Projectos	2.9	4.9	5.7	6.2	6.2	4.6	8.8	11.6
Amortizações programadas	-17.4	-19.7	-19.0	-18.9	-18.0	-14.1	-13.4	-12.7
Transf. de capital e invest. directo estrangeiro (líq.)	9.1	27.2	9.4	15.4	23.7	16.0	17.6	12.3
Capitais de curto prazo, erros e omissões	8.2	-8.1	-64.8	-19.3	-14.8	-24.2	-15.0	-20.7
Balança Global	-27.8	-10.9	-70.2	-5.7	-12.3	-26.4	-19.7	-29.8
Financiamento	27.8	10.9	70.2	5.7	12.3	12.2	20.3	-2.5
Variação das reservas oficiais ²	-3.7	-14.0	43.5	-18.9	-10.3	-5.9	3.0	-17.0
Variação de atrasados (redução: -)	5.6	17.2	21.6	20.0	17.2	12.5	11.9	10.6
Alívio da dívida	25.9	7.7	5.1	4.5	5.3	5.6	5.4	3.8
Diferencial de Financiamento ³	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	-14.2	0.6	-32.3

Fontes: Agência do BCEAO na Guiné-Bissau, Fundo Monetário Internacional e cálculos do BP.

¹ Não inclui as receitas das pescas; ² Inclui a contrapartida de flutuações cambiais; ³ Necessidade (-) ou capacidade (+) de financiamento.

Quadro A.II.3.5.

DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DAS EXPORTAÇÕES, 1998 - 2005

Em percentagem do total

	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	1998 a 2005
Cabo Verde	0.2	0.0	0.0	0.0	0.3	0.3	0.2	0.5	0.2
China	---	0.0	0.0	0.0	2.6	1.1	0.0	0.0	0.4
Espanha	0.0	1.7	0.0	0.1	0.0	0.1	0.0	0.0	0.3
França	0.0	0.0	0.0	1.7	0.0	2.2	0.0	0.0	0.4
Gâmbia	0.0	0.1	0.0	0.0	0.3	0.4	0.1	0.0	0.1
Holanda	0.0	0.0	2.3	0.0	0.0	0.0	0.6	0.1	0.4
Índia	97.0	85.2	52.3	41.7	65.5	50.4	82.5	69.8	67.7
Portugal	1.5	0.1	3.1	3.8	4.2	2.7	0.6	1.5	2.1
Senegal	0.8	0.1	2.3	2.5	4.0	5.3	2.0	2.3	2.3
Singapura	---	10.5	29.9	43.8	20.6	34.9	12.9	12.5	20.7
Outros	0.5	2.3	10.2	6.4	2.6	2.5	1.1	13.2	5.2
Exportações Totais	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0

Fontes: Agência do BCEAO na Guiné-Bissau, Fundo Monetário Internacional e cálculos do BP.

Quadro A.II.3.6.

DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DAS IMPORTAÇÕES, 1998 - 2005

Em percentagem do total

	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	1998 a 2005
China	6.3	12.9	5.4	6.3	6.2	12.4	13.0	2.5	8.9
Espanha	---	1.0	3.6	4.1	3.9	2.2	2.5	1.2	2.4
França	2.5	2.3	3.4	2.7	3.5	7.4	2.3	4.9	3.3
Gâmbia	---	0.6	2.7	3.3	3.4	2.8	2.6	1.5	2.1
Holanda	14.5	6.7	10.1	9.3	7.6	7.7	7.4	8.6	9.0
Índia	---	5.9	2.1	1.5	4.0	5.0	0.5	0.9	2.8
Japão	---	8.1	7.6	8.7	3.6	4.5	5.0	0.8	5.6
Portugal	32.0	24.0	29.3	28.3	31.0	19.0	19.4	22.7	26.4
Senegal	7.5	18.2	13.4	17.7	18.2	16.8	16.5	51.6	15.5
Outros	37.2	20.3	22.4	18.2	18.5	22.2	30.6	5.4	23.9
Importações Totais	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0

Fontes: Agência do BCEAO na Guiné-Bissau, Fundo Monetário Internacional e cálculos do BP.

Quadro A.II.3.7.

DÍVIDA EXTERNA, 2000 - 2007

Em milhões de USD

	2000	2001	2002	2003	2004 Est.	2005 Est.	2006 Est.	2007 Proj.
Dívida de médio ou longo prazo	788.3	801.2	943.3	1 015.5	1 023.2	1 000.8	992.1	
Credores multilaterais	436.3	441.3	450.3	491.5	517.2	493.7	480.8	
Credores bilaterais	352.0	359.9	493.0	524.0	506.0	507.1	511.3	
Clube de Paris	240.0	246.5	345.4	375.6	366.5	362.0	364.9	
Outros países	112.0	113.4	147.6	148.4	139.5	145.1	146.4	
Dívida de curto prazo	0.6	0.6	0.6	0.7	0.8	1.3	1.3	
Dívida Externa Total	788.9	801.8	943.9	1 016.2	1 024.0	1 002.1	993.4	1 012.7
dq: Atrasados	141.7	137.5	169.1	206.4	294.1	326.7	349.4	371.0
Dívida de médio ou longo prazo	141.3	137.1	168.5	205.7	293.3	325.4	348.1	
Credores multilaterais	29.3	17.5	22.2	28.5	31.8	33.8	35.8	
Credores bilaterais	112.0	119.6	146.3	177.2	261.5	291.6	312.3	
Clube de Paris	58.8	65.2	90.3	113.7	193.3	213.4	224.8	
Outros países	53.2	54.4	56.0	63.5	68.2	78.2	87.5	
Dívida de curto prazo	0.4	0.4	0.6	0.7	0.8	1.3	1.3	
Serviço de dívida de m/l prazo programado	21.3	29.0	25.8	26.3	6.0	24.3	18.3	17.1
Capital	12.5	17.4	19.7	19.0	0.0	18.0	13.4	12.7
Juros	8.8	11.6	6.1	7.3	6.0	6.3	4.9	4.4
<i>(em % das exportações de bens e serviços)</i>								
Dívida externa total	1 187.2	1 940.2	1 397.9	1 281.0	1 009.3	1 219.0	1 026.5	1 114.6
Serviço de dívida de m/l prazo programado								
Capital	18.8	42.1	29.2	24.0	0.0	21.9	13.8	14.0
Juros	13.3	28.1	9.0	9.2	5.9	7.7	5.1	4.8
<i>(em % do PIB)</i>								
Dívida externa total	366.0	400.2	462.8	429.3	378.9	335.1	322.3	294.8

Fontes: Agência do BCEAO na Guiné-Bissau, Fundo Monetário Internacional e cálculos do BP.

Quadro A.II.3.8.

OPERAÇÕES FINANCEIRAS DO ESTADO, 2001 - 2007

Em mil milhões de francos CFA

	2001	2002	2003	2004	2005	2006		2007
	Est.	Est.	Est.	Est.	Est.	Proj.	Est.	Proj.
							<i>g.e.</i> ¹	
1. Receitas Totais	48.5	32.0	35.1	49.0	48.2	68.6	50.6	73.7
1.1. Receitas correntes	25.9	21.7	20.8	24.5	28.0	34.9	31.5	90.1
Receitas não-tributárias	9.7	9.7	8.9	12.7	9.6	14.3	13.0	90.7
dq: Sector das pescas	7.6	8.5	8.0	9.0	7.5	---	7.2	---
Receitas tributárias	16.2	11.9	11.9	11.8	18.3	20.5	18.5	90.1
dq: Imp. s/ comércio intern.	8.9	3.8	3.8	4.0	6.4	---	6.8	---
dq: Imp. s/ consumo	5.9	5.9	5.0	4.6	7.8	---	6.6	---
1.2. Donativos	22.6	10.3	14.3	24.5	20.2	33.7	19.1	56.7
dq: Projectos	14.6	7.1	9.5	12.5	15.2	13.8	8.9	64.5
dq: Ajuda orçamental	8.0	3.2	4.8	12.0	5.1	19.9	10.2	51.3
2. Despesas Totais	62.8	46.4	52.8	70.4	67.1	64.8	66.2	102.2
2.1. Despesas correntes	41.1	33.7	34.9	42.1	44.0	42.3	46.6	110.2
Despesas c/ pessoal	11.0	10.5	13.6	16.2	21.3	19.2	20.5	106.8
Bens e serviços	7.4	7.7	3.9	4.5	7.6	5.6	7.9	141.1
Transferências	7.2	7.4	5.1	5.0	6.1	9.4	8.3	88.3
Juros da dívida programados	12.2	6.9	7.7	8.7	6.7	5.1	5.0	98.3
Outras despesas	3.3	1.2	4.5	7.7	2.4	3.0	4.9	162.7
2.2. Despesas de capital	21.6	12.7	17.9	28.3	23.1	22.5	19.7	87.6
Financiamento Interno	2.5	0.7	0.1	2.0	1.7	4.8	2.7	56.3
Financiamento Externo	19.2	12.0	17.9	26.3	21.4	17.7	17.0	96.0
3. Saldo Corrente: (1.1.) - (2.1.)	-15.2	-12.0	-14.1	-17.5	-16.1	-7.4	-15.2	---
4. Saldo Global s/ Donativos: (1.) - (2.) - (1.2.)	-36.8	-24.7	-32.0	-45.9	-39.1	-29.9	-34.7	---
5. Saldo Global: (1.) - (2.)	-14.2	-14.4	-17.7	-21.4	-18.9	3.8	-15.6	---
(base compromissos)								
6. Variação de Atrasados	4.7	4.2	20.6	6.0	3.7	2.5	8.7	---
6.1. Internos	1.9	1.4	14.8	1.5	-0.1	-0.5	5.5	---
6.2. Externos	2.8	2.8	5.8	4.5	3.8	3.0	3.2	---
7. Valores em trânsito, Erros e Omissões	-5.7	-0.2	-6.9	2.0	-1.0	0.0	0.0	---
8. Saldo Global: (5.) + (6.) + (7.)	-15.3	-10.3	-4.0	-13.3	-16.2	6.3	-6.9	---
(base caixa)								
9. Financiamento	15.3	10.3	4.0	13.3	16.2	-3.4	7.5	-220.6
9.1. Interno (líq.)	-0.7	3.6	-5.4	-1.6	-0.7	1.0	-0.8	-80.0
dq : Sistema bancário	-3.9	3.2	-4.5	-1.2	-0.8	0.5	0.5	100.0
9.2. Externo (líq.)	16.0	6.7	9.4	14.9	16.9	-4.4	8.3	-188.6
dq: Desembolsos	4.6	4.9	8.0	13.8	6.2	4.6	8.8	191.3
dq: Amortizações	-17.4	-19.7	-19.0	-18.9	-18.0	-14.1	-13.4	95.0
dq: Alívio de Dívida	26.0	7.1	4.7	4.5	5.3	5.6	5.4	96.4
10. Diferencial de Financiamento ²	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	2.9	0.6	---

Fontes: Ministério das Finanças da Guiné-Bissau, Fundo Monetário Internacional e cálculos do BP.

¹ Grau de execução face ao orçamentado (em %); ² Necessidade (-) ou capacidade (+) de financiamento.

Quadro A.II.3.9.

SÍNTESE MONETÁRIA, 2003 - 2007

Em mil milhões de francos CFA

	2003	2004	2005	2006		2006/2005 (em %)		2007		2007p/2006e (em %)	
			Est.	Prog.	Est.	(1)	(2)	Prog.	Abril	(1)	(2)
Activos Líquidos s/ Exterior	13.7	32.5	36.7	45.1	43.2	17.6	12.3	53.2	45.6	23.2	18.2
Banco Central	7.7	26.6	36.9	42.8	33.9	-8.2	-5.8	50.9	36.9	50.1	30.8
Activos	17.1	34.5	44.6	--	40.6	-9.0	-7.7	--	42.7	--	--
Passivos	-9.4	-7.9	-7.7	--	-6.7	-13.1	1.9	--	-5.8	--	--
Bancos Comerciais	6.0	5.9	-0.2	2.3	9.3	-4 252.5	18.1	2.3	8.7	-75.2	-12.6
Crédito Interno Total	17.8	12.0	15.7	12.2	18.5	17.7	5.3	18.8	18.0	1.5	0.5
Crédito líquido ao SPA	15.2	9.7	12.5	6.4	12.2	-2.2	-0.5	8.0	9.5	-34.4	-7.6
Crédito concedido	18.3	16.1	16.9	10.4	16.6	-1.7	-0.5	12.4	14.5	-25.3	-7.6
Depósitos da Admin. Central	-3.2	-6.4	-4.4	-4.1	-4.3	-2.5	0.2	-4.4	-5.0	2.3	-0.2
Crédito à economia	2.7	2.3	3.4	5.8	6.3	87.8	5.6	10.8	8.5	70.6	8.1
Outros Activos (líq.)	-1.4	-1.1	-0.2	-1.0	-6.6	3 936.7	-12.3	-4.9	-8.3	-25.8	3.1
Total do Activo	30.2	43.4	52.4	56.3	55.2	--	--	67.1	55.3	--	--
Massa Monetária (M2)	30.2	43.4	52.4	56.3	55.2	5.2	5.2	67.1	55.3	21.6	21.6
<i>pro memoria: Base monetária</i>	23.0	36.9	49.9	--	44.4	-11.2	-10.6	--	47.0	--	--
Circulação monetária	21.3	32.6	40.5	42.3	39.7	-2.1	-1.6	42.6	35.2	7.4	5.3
Depósitos à ordem	8.3	10.3	11.0	13.2	12.7	15.5	3.2	13.9	17.9	9.4	2.3
Quase - moeda	0.6	0.6	0.8	0.7	2.8	250.0	3.8	10.5	2.2	275.0	14.7
Total do Passivo	30.2	43.4	52.4	56.3	55.2	--	--	67.1	55.3	--	--

Fontes: Agência do BCEAO na Guiné-Bissau, Fundo Monetário Internacional e cálculos do BP.

(1) Variação face ao período anterior; (2) Variação relativamente ao valor da massa monetária no final do período anterior (factores de expansão/contracção da liquidez).

Quadro A.II.3.10.

TAXAS DE JURO, 1998 - 2006

Taxas anuais

	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
	Dez.	Dez.	Dez.	Dez.	Dez.	Dez.	Dez.	Dez.	Dez.
Depósitos									
Depósitos à ordem	...	...	1.0	1.0	1.0	...	...	...	...
Depósitos a prazo:									
Até 90 dias	...	3.0	3.0	3.0	1.8	1.5	1.5	1.5	1.5
91-180 dias	...	3.3	3.3	3.3	2.3	1.8	1.8	1.8	1.8
181-365 dias	3.5	3.5	3.5	3.5	3.0	3.0	3.0	3.0	3.0
Crédito									
Até 90 dias	...	10.0	14.0	14.0	13.0	14.0	14.0	12.0	14.0
90-180 dias	...	11.0	15.0	15.0	14.0	15.0	15.0	15.0	15.0
181-365 dias	...	12.0	16.0	16.0	15.0	16.0	16.0	16.0	16.0
Mais de 1 ano	...	...	...	...	...	...	...	...	...
Descoberto DO		18.0	18.0	18.0	18.0	18.0	18.0	18.0	18.0
Operações do Banco Central									
Tesouro									
Depósitos	5.8	5.3	6.0	6.0	6.0	4.5	4.0	4.0	4.3
Sistema bancário									
Taxa de desconto	6.3	5.8	6.5	6.5	6.5	5.0	4.5	4.5	4.8
Taxa do mercado monetário	5.0								
<i>Pro memoria:</i>									
Inflação (t.v.h. no mês)	7.9	-7.9	16.7	-1.9	2.5	0.7	2.9	0.3	3.2

Fontes: Agência do BCEAO na Guiné-Bissau e Fundo Monetário Internacional.

Quadro A.II.3.11.

TAXAS DE CâMBIO, 1997 - 2007

Taxas médias

	XOF/USD (GWP/USD até Abril de 1997)			ITCE ¹	
	Mercado oficial	Mercado livre	Diferencial (%)	(base 100: Maio de 1997)	
	M.O.	M.L.	M.L./M.O.	Nominal	Real
1997	583.67	---	---	100.61	86.41
1998	589.95	---	---	108.23	111.87
1999	615.63	---	---	107.62	105.84
2000	711.58	---	---	100.55	103.64
2001	728.18	731.58	0.47	102.21	104.76
2002	695.86	714.09	2.62	106.19	109.11
2003	579.28	599.75	3.53	116.19	112.74
2004	527.53	546.79	3.65	120.96	114.25
2005	531.17	549.54	3.46	118.09	112.04
2006	521.92	529.50	1.45	120.46	112.89
2005					
Janeiro	507.08	515.00	1.56	121.23	115.94
Fevereiro	502.46	513.00	2.10	122.71	116.99
Março	506.80	510.50	0.73	120.72	114.65
Abril	506.26	569.50	12.49	121.34	114.77
Maio	525.94	562.50	6.95	117.68	114.63
Junho	542.47	559.50	3.14	116.43	112.09
Julho	542.11	561.00	3.48	116.80	111.72
Agosto	538.51	557.50	3.53	117.38	111.68
Setembro	544.72	553.50	1.61	116.41	110.13
Outubro	545.59	548.00	0.44	118.22	110.67
Novembro	557.36	588.00	5.50	117.57	109.60
Dezembro	554.72	556.50	0.32	116.47	107.45
2006					
Janeiro	541.33	540.50	-0.15	116.80	107.29
Fevereiro	553.46	554.00	0.10	115.35	107.48
Março	541.93	553.50	2.13	117.28	109.63
Abril	534.50	533.50	-0.19	119.27	110.87
Maio	514.50	527.50	2.53	122.54	114.37
Junho	521.84	528.50	1.28	121.29	115.16
Julho	513.79	538.50	4.81	122.79	117.04
Agosto	510.43	525.00	2.85	123.01	117.96
Setembro	517.15	523.50	1.23	121.09	114.71
Outubro	515.81	521.50	1.10	120.63	113.88
Novembro	500.20	498.00	-0.44	122.95	113.94
Dezembro	498.07	510.00	2.40	121.52	111.59
2007					
Janeiro	506.37	503.00	-0.67	120.19	110.82
Fevereiro	495.81	515.00	3.87	122.05	112.20
Março	492.53	502.50	2.02	121.18	112.54
Abril	485.32	---	---	119.82	112.00
Maio	485.50	---	---	118.56	110.67
Junho	488.83	---	---	119.06	---
Julho	478.24	---	---	119.56	---

Fontes: Agência do BCEAO na Guiné-Bissau, Fundo Monetário Internacional e cálculos do BP.

¹ ITCE calculado a partir das taxas de câmbio oficiais praticadas para as moedas dos quatro principais parceiros comerciais no período 2000/04.



MOÇAMBIQUE

Área: 799 380 Km²

Capital: Maputo

População: 20.4 milhões (2007)

Moeda: Metical

II.4.1. Síntese

A economia de Moçambique tem vindo a dar sinais de fortalecimento, patentes na manutenção de elevados níveis de crescimento económico, apesar das dificuldades impostas por condicionantes externas, como a subida do preço do petróleo ou as repercussões das condições climáticas extremas que têm assolado o território.

As autoridades moçambicanas continuam a contar com o envolvimento regular do FMI, tendo terminado em Junho de 2007 um programa acordado ao abrigo da *Poverty Reduction and Growth Facility* (PRGF) com avaliação positiva. Nessa data foi celebrado outro acordo com aquela instituição, através do *Policy Support Instrument* (sem acesso a fundos do FMI), para os próximos três anos, com os objectivos de manutenção da estabilidade macroeconómica num contexto de maior afluxo de ajuda externa, e de apoio às reformas estruturais e à implementação da estratégia de redução da pobreza (Plano de Acção para Redução da Pobreza Absoluta – PARPA II).

Quadro II.4.1.

PRINCIPAIS INDICADORES ECONÓMICOS				
	2004	2005	2006	2007
	Est.	Est.	Est.	Proj.
PIB real (<i>t.v. anual</i>)	7.5	7.7	8.5	7.0
Inflação (<i>t.v. homóloga</i>)	9.1	11.2	9.4	6.0
Massa monetária (<i>t.v.</i>)	5.9	27.1	23.3	16.2
Saldo Bal. Corrente (% <i>PIB</i>)	-5.1	-9.0	19.6	-6.5
Saldo orçamental (% <i>PIB</i>)	-4.5	-2.2	-1.5	-4.4
Dívida externa (% <i>PIB</i>)	73.5	67.8	43.0	--

Fontes: FMI e Banco de Moçambique

A actividade económica voltou a acelerar em 2006, atingindo 8.5% (o maior valor dos últimos anos), tendo sido principalmente dinamizada pelos sectores agrícola e da construção, para além de continuar a contar com a contribuição dos megaprojectos. Esta evolução teve lugar num contexto de subida dos preços dos produtos petrolíferos e na sequência da desvalorização do metical em 2005, os quais conduziram a inflação homóloga a um máximo de 17.1% em Abril de 2006. No entanto, a prossecução de uma política monetária prudente aliada à descida dos preços dos bens alimentares fizeram retrain a inflação homóloga aos 9.4% no final do ano.

Em termos globais, a evolução das contas externas ao longo de 2006 mostrou-se bastante positiva, reflectindo, sobretudo, o facto do país ter beneficiado do acesso à Iniciativa de Redução da Dívida Multilateral (MDRI, na terminologia inglesa). No entanto, mesmo retirando esse efeito, a balança corrente reflectiria um comportamento favorável decorrente sobretudo da expansão das exportações.

Também ao nível das contas públicas o ano de 2006 apresentou uma melhoria dos seus indicadores, com a diminuição do défice global para 1.5% do PIB, revelando boas execuções das receitas correntes e dos donativos, para além da contenção das despesas correntes, permitindo ainda o crescimento das despesas de capital. O acesso a fundos externos determinou a redução das necessidades de financiamento do sector público junto do sistema bancário, deixando espaço para acomodar o forte crescimento do crédito à economia, o qual, conjuntamente com a subida dos

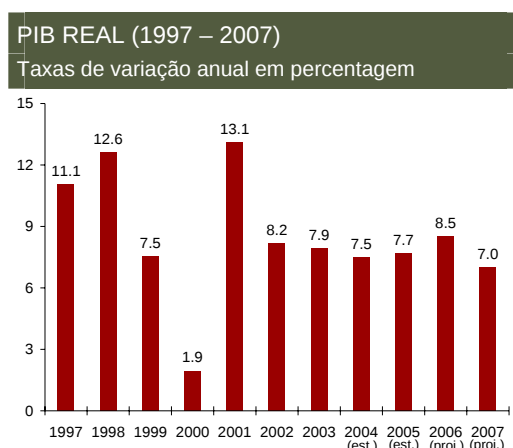
activos líquidos sobre o exterior, acabou por impulsionar o incremento da massa monetária (23.3%) para valores acima do programado (13.2%), ainda que a um ritmo inferior ao registado em 2005 (27.1%). Ao longo de 2006 foi efectuada, com bastante sucesso, uma reforma monetária, tendo sido introduzida a nova família do metical com uma taxa de conversão de 1 para 1000.

As estimativas para 2007 apontam para a continuação do crescimento económico a um ritmo elevado (7.0%), para o prolongamento da trajectória descendente da inflação (para 6.0% em termos homólogos) e para o agravamento dos saldos globais das contas externas e das contas públicas (respectivamente, para 6.5% e 4.4%).

II.4.2. Procura, Produção e Preços

O ritmo de crescimento da actividade económica moçambicana registou uma nova aceleração em 2006 (8.5% face a 7.7% no ano anterior). Note-se que, em termos médios, a economia de Moçambique terá crescido cerca de 8%, em termos reais, ao longo dos últimos 5 anos, o que indicia uma boa capacidade de resistência a choques externos. No ano que findou, o incremento real do produto interno terá sido impulsionado pela dinâmica do sector da construção (relacionada com megaprojectos e com projectos financiados por doadores) e pela recuperação do sector agrícola, após os episódios de seca registados em 2005.

Gráfico II.4.1.

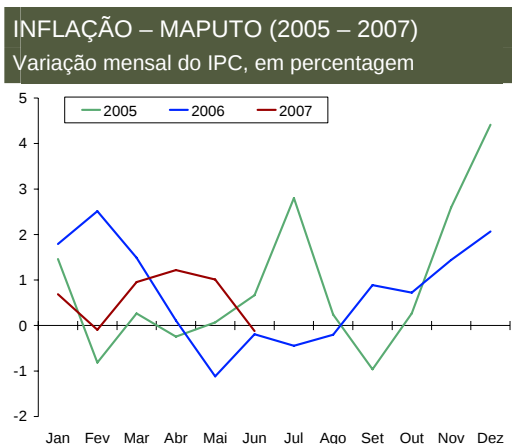


Fonte: Banco de Moçambique, INE de Moçambique e FMI

Para 2007 perspectiva-se a manutenção das tendências do ano transacto, apesar de se projectar uma desaceleração do crescimento económico real, para 7.0% (-1.5 p.p. que em 2006), antecipando algum abrandamento na dinâmica do consumo e das exportações de bens e serviços.

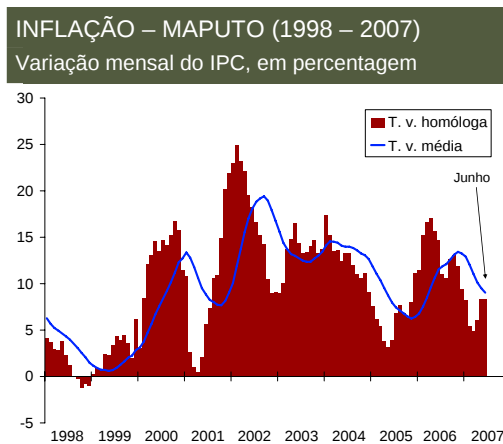
Ao longo dos primeiros meses de 2006, assistiu-se à continuação da tendência de subida do nível de preços iniciada em 2005, repercutindo os impactos dos aumentos dos preços dos produtos petrolíferos e da desvalorização do metical face ao USD, tendo a inflação homóloga atingido um máximo de 17.1% em Abril. No entanto, a condução de uma política monetária prudente ajudou a inverter essa tendência, tendo o ano terminado com a inflação homóloga abaixo dos dois dígitos (9.4%), aquém do valor registado em Dezembro de 2005.

Gráfico II.4.2.



Fonte: Banco de Moçambique e INE de Moçambique

Gráfico II.4.3.



Fonte: Banco de Moçambique e INE de Moçambique

O comportamento favorável dos preços dos bens alimentares, para além da prossecução de políticas moderadas aos níveis orçamental e monetário deverá permitir continuar a trajectória de descida em 2007, prevendo-se que a inflação homologa fique em 6.0% em Dezembro (6.4% em termos médios).

II.4.3. Contas Externas

A inclusão de Moçambique como beneficiário da MDRI teve um impacto significativo ao nível das contas externas em 2006. O saldo da balança corrente apresenta em 2006 um excedente de 19.6% do PIB, uma vez que os fluxos provenientes da MDRI (do FMI, do Banco Mundial e do Banco Africano para o Desenvolvimento) estão contabilizados nas transferências unilaterais¹. Ainda assim, mesmo descontando esse efeito, o défice corrente registaria uma redução de 4 p.p. face a 2005, passando a representar 5.0% do PIB.

Quadro II.4.2.

BALANÇA DE PAGAMENTOS

Em percentagem do PIB

	2004	2005	2006	2007
		Est.	Est.	Proj.
Balança Corrente	-5.1	-9.0	19.6	-6.5
Balança Comercial	-8.8	-10.5	-6.3	-6.9
Exportações	25.0	25.4	30.9	33.0
Importações	-33.8	-36.0	-37.2	-39.9
Balança Serv. e Rend.	-5.0	-5.2	-7.3	-11.7
Transferências Unilat.	8.7	6.7	33.2	12.1
Bal. Capitais e Financ.	8.6	8.2	-17.8	7.4
Endividamento	2.9	3.1	-20.0	3.4
Invest. Dir. Est. (líq.)	4.1	1.5	2.0	3.8
Cap. Curto Prazo, err.	1.7	3.6	0.2	0.2
Balança Global	3.5	-0.8	1.8	0.9

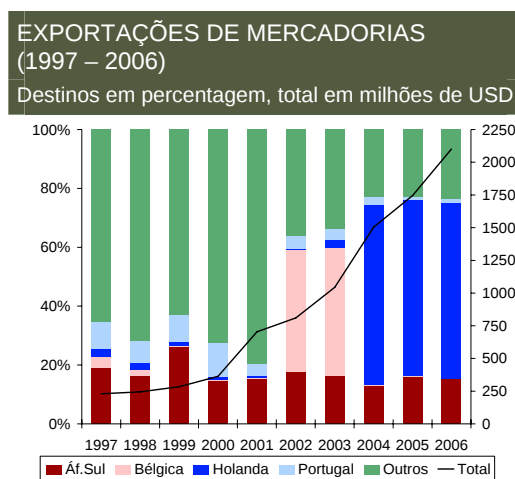
Fontes: FMI e Banco de Moçambique

¹ Este impacto resulta da apresentação da balança de pagamentos de Moçambique seguir ainda o IV Manual da Balança de Pagamentos, influenciando assim o saldo da balança corrente.

Tal como esperado, o saldo da balança de serviços e rendimentos registou uma deterioração, como consequência directa do crescimento das saídas de rendimentos de investimentos estrangeiros no país.

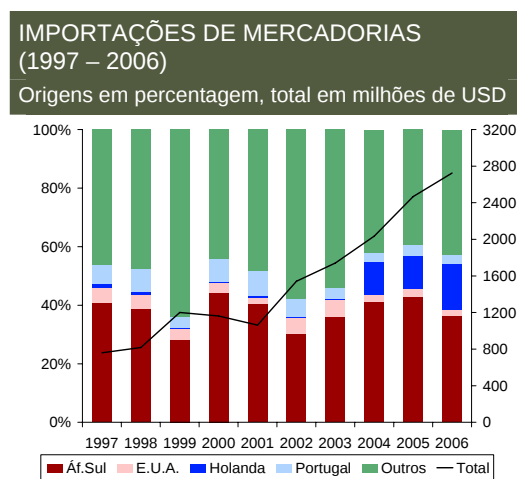
O saldo da balança comercial evidenciou alguma melhoria (redução de 4.2 p.p. do seu peso no PIB em relação aos valores de 2005), a qual resultou do forte crescimento das exportações (cerca de 37% face ao ano anterior), conjugando o significativo incremento dos produtos oriundos dos mega-projectos (em especial do alumínio, que contou com a subida do preço internacional) com o bom comportamento dos produtos tradicionais (principalmente caju, açúcar e produtos do mar).

Gráfico II.4.4.



Fonte: Banco de Moçambique

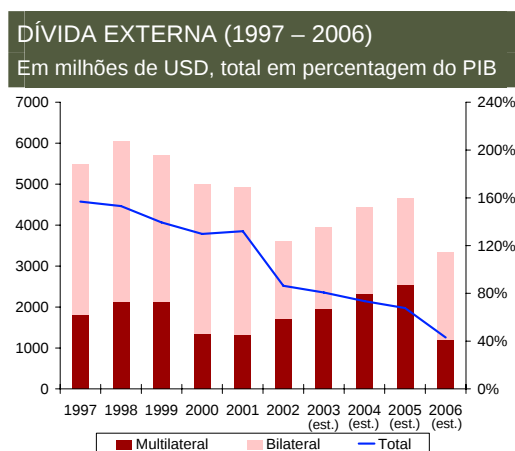
Gráfico II.4.5.



Fonte: Banco de Moçambique

As importações de mercadorias denotaram um incremento menos exuberante que as exportações, crescendo 17% em relação a 2005, repercutindo o impacto da subida do preço do petróleo no consumo interno e o baixo grau de execução das importações destinadas a projectos financiados por doadores, o grau de cobertura das importações pelas exportações elevou-se, assim, a 83% no final de 2006 (face a 71% no ano anterior).

Gráfico II.4.6.



Fonte: Banco de Moçambique e FMI

Retirando a amortização de dívida resultante do acesso à MDRI, o saldo da conta de capital e financeira registaria um excedente de 6.8% do PIB, valor inferior ao do ano transacto. O saldo da balança global registou um excedente de 1.8% do PIB, traduzindo-se numa acumulação de reservas externas. No entanto, fruto do ritmo mais intenso de crescimento das importações de bens e serviços, o grau de cobertura daquelas importações pelas reservas externas reduziu-se a 4.4 meses (face a 4.6 no final de 2005).

Para 2007, projecta-se um défice da balança corrente de 6.5% do PIB, conjugando a recuperação do ritmo de crescimento das importações (algumas delas adiadas de 2006) e a contínua degradação do saldo da balança de serviços e rendimentos. As contas externas deverão beneficiar de comportamentos favoráveis das transferências unilaterais (em relação aos valores líquidos dos fluxos da MDRI de 2006), dos desembolsos de endividamento externo e do investimento directo estrangeiro.

II.4.4. Finanças Públicas

As estimativas para a execução orçamental de 2006 apontam para uma melhoria nas contas públicas. O défice global terá registado uma redução de 0.7 p.p., para 1.5% do PIB, aquém dos 2.2% orçamentados.

Quadro II.4.3.

EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

Em percentagem do PIB

	2004	2005	2006	2007
		Est.	Est.	Orç.
Receitas totais	20.2	20.0	23.9	25.6
Receitas correntes	12.6	13.6	14.0	14.2
Donativos	7.5	6.3	9.9	11.4
Despesas totais	24.7	22.2	25.4	30.0
Despesas correntes	14.3	13.4	13.2	14.4
Juros da dívida prog.	1.0	0.8	0.7	0.9
Desp. de capital	9.4	8.1	11.0	14.0
Empréstimos Líquidos	0.8	0.4	0.9	1.6
Saldo corrente	-1.6	0.2	0.8	-0.2
Saldo global	-4.5	-2.2	-1.5	-4.4

Fontes: FMI e Banco de Moçambique

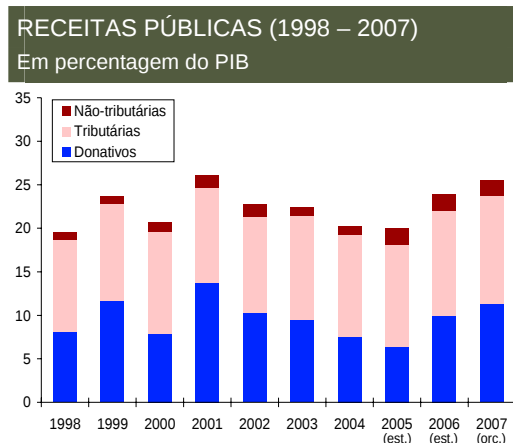
Para esta evolução concorreu o bom comportamento das receitas totais, que cresceram 3.9 p.p. em relação ao seu peso no PIB, repercutindo o desempenho satisfatório tanto das receitas fiscais, sobretudo impostos sobre o rendimento das empresas, como das não-fiscais, com destaque para os dividendos dos megaprojectos, e ainda dos donativos (onde estão incluídos os resultantes da MDRI).

As despesas correntes, por seu turno, revelaram alguma contenção, evidenciando uma redução de 0.2 p.p. do peso no produto interno (movimento que se verificou na generalidade das suas componentes). Deste modo, o défice corrente registou uma melhoria pelo segundo ano consecutivo, atingindo em 2006 um valor positivo de 0.8% do PIB, deixando ainda espaço para o crescimento das despesas de capital que atingiram 11.0% do produto interno (mais 2.9 p.p. do que no ano anterior).

À semelhança do sucedido no ano anterior, o financiamento do défice global em 2006 foi totalmente feito com recurso à componente externa (a qual inclui rendimentos de uma concessão de exploração mineira de carvão), tendo inclusivamente possibilitado a diminuição do crédito interno líquido

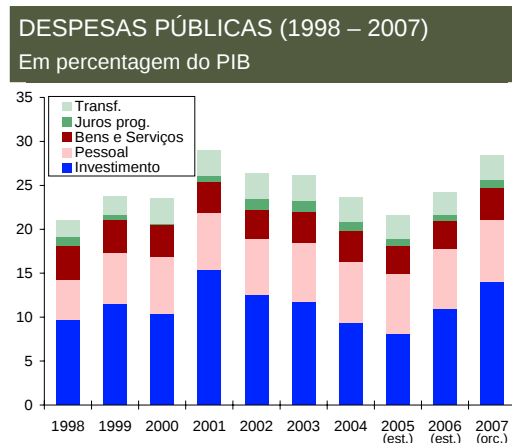
ao sector público (efeito que repercute também o aumento dos depósitos do sector público junto do sistema bancário).

Gráfico II.4.7.



Fonte: Banco de Moçambique e FMI

Gráfico II.4.8.



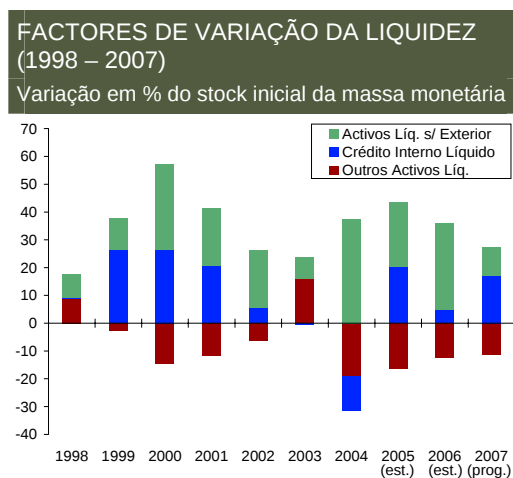
Fonte: Banco de Moçambique e FMI

O orçamento para 2007 apresenta uma deterioração do saldo orçamental (para 4.4% do PIB), como resultado do aumento previsto das despesas de capital financiadas externamente e das despesas correntes (sobretudo encargos com o pessoal), parcialmente compensado com a subida dos donativos (essencialmente ajuda externa). As autoridades moçambicanas contam ainda prosseguir com o esforço de reestruturação da máquina fiscal, tendo em vista melhorar os níveis de arrecadação de receitas e de recuperação dos impostos em atraso.

II.4.5. Situação Monetária e Cambial

À semelhança do que aconteceu no ano anterior, a expansão da massa monetária em 2006 ficou acima do programado, tendo atingido 23.3% (face aos previstos 13.2%), o que, no entanto, constitui uma desaceleração em relação a 2005.

Gráfico II.4.9.



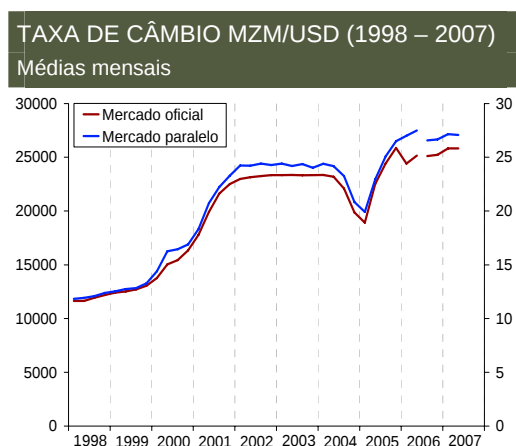
Fonte: Banco de Moçambique e FMI

Os principais factores de expansão da liquidez foram os activos líquidos sobre o exterior (com um impacto de 31.3% sobre o valor da massa monetária no início do ano) e o significativo incremento do crédito à economia (impacto expansionista de 14.3%), na sequência da introdução, em 2005, de uma provisão de 50% nos créditos denominados em moeda estrangeira para não-exportadores.

O bom comportamento das contas públicas e o acesso do Estado a fundos do exterior conduziu, à semelhança do sucedido nos anos anteriores, à diminuição do crédito líquido ao Sector Público Administrativo (impacto contraccionista de 9.7% sobre o M3), decorrente sobretudo do forte crescimento dos depósitos (subida nominal de 23.9%).

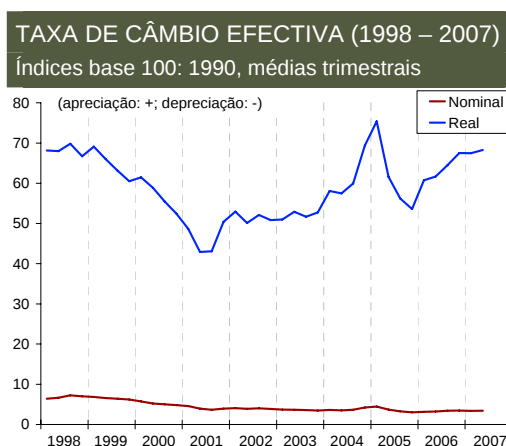
Ao longo de 2006 o Banco de Moçambique procedeu a uma reforma monetária, introduzindo uma nova família do metical no segundo semestre do ano, com uma taxa de conversão de 1 para 1000. A condução prudente da política monetária e o atempado planeamento da operação permitiram que a substituição se fizesse com um elevado sucesso (estima-se que no final do ano tenha ultrapassado os 90%) e sem pressões significativas sobre a procura de liquidez.

Gráfico II.4.10.



Fonte: Banco de Moçambique e FMI

Gráfico II.4.11.



Fonte: Banco de Moçambique e FMI

As diversas reformas introduzidas no mercado cambial interbancário ao longo de 2005 e as melhorias registadas na balança de mercadorias permitiram que se assistisse em 2006 a uma maior estabilização da taxa de câmbio do metical, apresentando uma desvalorização acumulada de 5.7% face ao USD no final do ano (em comparação com 28% no ano anterior). Destaca-se ainda a apreciação efectiva evidenciada pelo metical como repercussão da valorização nominal face à moeda sul-africana.

O Banco de Moçambique aprovou, em Outubro de 2006, uma estratégia de médio e longo prazo para a política monetária, na qual reitera a estabilidade de preços como objectivo principal, define o agregado monetário M3 como objectivo intermédio e a base monetária como meta operacional.

Quadro A.II.4.1.

PRINCIPAIS INDICADORES ECONÓMICOS, 2002 - 2007

	Unidades	2002 Est.	2003 Est.	2004 Est.	2005 Est.	2006 Proj. Est.		2007 Proj. Est.			
PRODUTO E PREÇOS											
PIB nominal	milhões de EUR	4425	4321	4856	5553	5518	6008	5945			
PIB real	t. var. anual	8.2	7.9	7.5	7.7	7.9	8.5	7.0			
Inflação (I.P.Consumidor - Maputo)	t. var. homóloga	9.1	13.8	9.1	11.2	7.0	9.4	6.0	8.4	Jun.	
	t. var. média	16.8	13.4	12.7	6.4	9.5	13.2	6.4	9.0	Jun.	
FINANÇAS PÚBLICAS											
Receitas totais	% PIB	23.0	22.4	20.2	20.0	23.8	23.9	25.6			
Despesas totais	% PIB	30.0	26.9	24.7	22.2	26.0	25.4	30.0			
Défice global	% PIB	-7.0	-4.5	-4.5	-2.2	-2.2	-1.5	-4.4			
Défice global sem donativos	% PIB	-17.3	-14.0	-12.1	-8.6	-12.6	-11.4	-15.8			
MOEDA E CRÉDITO											
Crédito líquido ao SPA	t. var. anual	14.8	2.1	-88.7	-11.0	-34.8	-56.5	4.6	-12.0	Mai.	
Crédito à economia	t. var. anual	4.2	-1.4	-5.6	57.0	35.0	29.2	31.1	3.0	Mai.	
Massa monetária (M3)	t. var. anual	20.1	23.4	5.9	27.1	13.2	23.3	16.2	4.2	Mai.	
TAXAS DE JURO											
Passiva, a 1 ano	t. anual	17.3	12.3	9.9	8.5		12.4		12.3	Jun.	
Activa, a 1 ano	t. anual	37.1	28.1	23.7	19.2		23.2		23.8	Jun.	
BALANÇA DE PAGAMENTOS											
Export. de mercadorias (em USD)	t. var. anual	15.2	28.9	44.0	16.1	20.4	37.0	7.9			
Import. de mercadorias (em USD)	t. var. anual	45.2	12.8	16.9	21.2	10.5	16.7	8.4			
Balança corrente	% PIB	-12.3	-9.0	-5.1	-9.0	-5.1	19.6	-6.5			
Balança corrente s/ transf. oficiais	% PIB	-21.9	-19.5	-13.8	-15.8	-15.4	-13.6	-18.6			
Reservas cambiais	meses de import. ²	5.1	5.4	5.8	4.6	4.1	4.4	4.2			
DÍVIDA EXTERNA											
Stock total	milhões de EUR	3606	3939	4427	4649		3330				
	% PIB	86.3	80.7	73.5	67.8		43.0				
	% exportações ²	360.7	317.8	246.6	210.4		125.7				
Serviço da dívida	% exportações ²	4.3	4.0	3.2	3.0	2.0	2.3	0.7			
TAXAS DE CâMBIO ⁴											
Nominal MZM/EUR (mercado oficial)	t. média	21896	26360	27457	28337	29.76	32.18	37.03	35.19	Jun.	
Nominal MZM/USD (mercado oficial)	t. média	23180	23341	22131	22936	26.43	24.98	28.14	25.75	Jun.	
Nominal MZM/USD (mercado paralelo)	t. média	24281	24249	23166	23614		26.93				
ITCE nominal (base 100: 1990) ¹	t. variação ³	-9.7	-7.2	25.7	-27.4		8.1		0.1	Jun.	
ITCE real (base 100: 1990) ¹	t. variação ³	-7.7	7.1	35.5	-20.3		15.9		1.1	Jun.	

Fontes: Banco de Moçambique, Fundo Monetário Internacional e cálculos do BP.

¹ Índice da taxa de câmbio efectiva real calculado a partir das taxas de câmbio oficiais praticadas para as moedas dos quatro principais parceiros comerciais moçambicanos no período 2000/04 (apreciação: +; depreciação: -); ² De bens e serviços; ³ Variação face a Dezembro do ano anterior; ⁴ Em Julho de 2006 foi efectuada uma reforma monetária, com a introdução do Metical Nova Família, com uma taxa de conversão de 1 para 1000.

Quadro A.II.4.2.

PRODUTO INTERNO BRUTO, 2001 - 2007

Preços correntes, em milhões de MZM

	2001	2002	2003	2004 Est.	2005 Est.	2006 Proj.	2007 Proj.
Sector primário	16 912	21 606	25 225	28 305	31 064		
Agricultura e pecuária	15 463	20 120	23 517	26 728	29 218		
Pesca	1 449	1 487	1 707	1 577	1 847		
Sector secundário	19 402	23 297	29 033	35 530	40 975		
Indústria extractiva	216	282	380	1 142	1 416		
Indústria transformadora	10 438	11 667	14 392	17 992	20 118		
Electricidade e água	2 478	3 646	5 054	7 031	9 350		
Construção	6 270	7 702	9 207	9 365	10 090		
Sector terciário	38 832	50 169	57 551	67 064	82 490		
Comércio e Reparações	17 521	24 090	25 683	29 330	34 512		
Restaurantes e Hotéis	1 074	1 219	1 413	1 691	1 824		
Transportes e Comunicações	8 302	10 993	14 202	18 502	25 835		
Serviços Financeiros	2 841	3 703	4 211	4 327	5 206		
Aluguer de Imóveis	1 164	1 186	1 307	1 400	1 465		
Serviços Públicos	5 613	6 838	7 689	8 858	10 447		
Outros	2 317	2 139	3 047	2 956	3 200		
Produto Interno Bruto (custo de factores)	75 146	95 072	111 809	130 898	154 529		
Impostos indirectos	1 399	1 812	2 094	2 421	2 816		
Produto Interno Bruto (preços de mercado)	76 545	96 883	113 903	133 319	157 345	193 322	220 150
Consumo	65 741	71 146	91 574	111 563	128 994		
Público	10 326	10 847	14 236	16 738	20 298		
Privado	55 415	60 299	77 338	94 825	108 696		
Investimento	19 818	28 904	31 250	35 794	47 097	48 137	63 403
Formação Bruta de Capital Fixo	15 287	20 398	29 904	33 224	44 291		
Variação de Existências	4 531	8 506	1 346	2 570	2 806		
Procura interna	85 559	100 050	122 824	147 357	176 091		
Exportações de bens e serviços	16 203	23 175	28 928	39 729	48 679		
Procura global	101 762	123 225	151 752	187 086	224 771		
Importações de bens e serviços	25 217	26 341	37 849	53 767	67 425		
Pro memoria:							
Poupança interna bruta	10 804	25 738	22 328	21 756	28 351		
PIBpm nominal (milhões de USD)	3 742	4 180	4 880	6 024	6 860	7 738	7 824
Deflator do PIBpm (variação anual em %)	16.0	17.0	8.9	8.9	9.6	13.2	6.4
PIBpm nominal (variação anual em %)	31.2	26.6	17.6	17.0	18.0	22.9	13.9
PIBpm real (variação anual em %)	13.1	8.2	7.9	7.5	7.7	8.5	7.0

Fontes: Banco de Moçambique, Fundo Monetário Internacional e cálculos do BP.

Quadro A.II.4.3.

ÍNDICE DE PREÇOS NO CONSUMIDOR, 1990 - 2007

Em percentagem

		Var. mensal (1)	Var. acumulada (2)	Var. homóloga (3)	Var. média (4)
1990	Dezembro	3.5	68.2	68.2	--
1991	Dezembro	1.5	36.6	36.6	31.6
1992	Dezembro	8.1	59.0	59.0	51.9
1993	Dezembro	3.5	39.2	39.2	43.4
1994	Dezembro	3.1	67.8	67.8	61.2
1995	Dezembro	8.3	56.7	56.7	44.7
1996	Dezembro	-0.1	19.3	19.3	48.5
1997	Dezembro	1.3	6.2	6.2	7.4
1998	Dezembro	1.1	-1.0	-1.0	1.5
1999	Dezembro	5.3	6.2	6.2	2.9
2000	Dezembro	1.4	11.5	11.5	12.7
2001	Dezembro	2.8	21.9	21.9	9.0
2002	Dezembro	2.9	9.1	9.1	16.8
2003	Dezembro	3.4	13.8	13.8	13.4
2004	Dezembro	1.5	9.1	9.1	12.7
2005	Janeiro	1.5	1.5	7.6	11.8
	Fevereiro	-0.8	0.6	6.2	11.1
	Março	0.3	0.9	5.4	10.4
	Abril	-0.2	0.7	3.8	9.5
	Maio	0.1	0.7	3.2	8.7
	Junho	0.7	1.4	4.0	8.0
	Julho	2.8	4.2	6.9	7.5
	Agosto	0.2	4.5	7.7	7.1
	Setembro	-1.0	3.5	6.8	6.8
	Outubro	0.3	3.8	6.5	6.5
	Novembro	2.6	6.5	8.0	6.2
	Dezembro	4.4	11.2	11.2	6.4
2006	Janeiro	1.8	1.8	11.5	6.8
	Fevereiro	2.5	4.3	15.2	7.6
	Março	1.5	5.9	16.7	8.5
	Abril	0.1	6.0	17.1	9.6
	Maio	-1.1	4.8	15.7	10.7
	Junho	-0.2	4.6	14.7	11.5
	Julho	-0.4	4.2	11.1	11.9
	Agosto	-0.2	4.0	10.6	12.1
	Setembro	0.9	4.9	12.7	12.6
	Outubro	0.7	5.6	13.1	13.1
	Novembro	1.4	7.2	11.9	13.4
	Dezembro	2.1	9.4	9.4	13.2
2007	Janeiro	0.7	0.7	8.2	12.9
	Fevereiro	-0.1	0.6	5.4	12.1
	Março	1.0	1.6	4.9	11.0
	Abril	1.2	2.8	6.0	10.1
	Maio	1.0	3.8	8.3	9.5
	Junho	-0.1	3.7	8.4	9.0

Fontes: Banco de Moçambique e cálculos do BP.

Nota: a partir de 1997, o Banco de Moçambique passou a divulgar o IPC oficial, compilado pelo Instituto Nacional de Estatística moçambicano. Em 2000 e 2004, foram alteradas as bases de cálculo do IPC (para 1998 e Dezembro de 2004, respectivamente) e a sua estrutura (novos produtos e ponderadores).

(1) mês n / mês n-1; (2) mês n / Dez. anterior; (3) mês n / mês n do ano anterior; (4) últimos 12 meses / 12 meses anteriores.

Quadro A.II.4.4.

BALANÇA DE PAGAMENTOS, 2001 - 2007

Em milhões de USD

	2001	2002	2003	2004 Est.	2005 Est.	2006		2007 Proj.
						Proj.	Est.	
Balança Corrente	-497	-514	-440	-305	-620	-395	1 515	-506
<i>Excluindo transferências oficiais</i>	<i>-966</i>	<i>-914</i>	<i>-954</i>	<i>-832</i>	<i>-1 081</i>	<i>-1 188</i>	<i>-1 055</i>	<i>-1 456</i>
Balança comercial	-360	-733	-697	-531	-721	-623	-487	-539
Exportações (f.o.b.)	703	810	1 044	1 504	1 745	2 101	2 391	2 580
das quais: Megaprojectos	441	468	681	1 049	1 263	1 570	1 689	1 719
Importações (c.i.f.)	-1 063	-1 543	-1 741	-2 035	-2 467	-2 725	-2 878	-3 119
das quais: Programas especiais ¹	-231	-402	-337	-322	-423	-478	-683	-630
Balança de serviços e rendimentos	-606	-181	-257	-301	-360	-565	-569	-917
Créditos	311	415	358	370	464	547	559	597
Débitos	-917	-596	-614	-671	-824	-1 111	-1 128	-1 514
dos quais: Juros programados	-147	-27	-26	-18	-24	-21	-19	-20
Transferências unilaterais ²	469	400	514	527	461	793	2 570	950
Transferências oficiais	469	400	514	527	461	793	2 570	950
das quais: Programas especiais ³	2	20	22	24	15	34	34	0
Transferências privadas	0	0	0	0	0	0	0	0
Balança de Capitais e Financeira	76	612	562	518	562	364	-1 376	580
Endividamento	-220	620	185	172	212	121	-1 544	265
Desembolsos	156	802	395	463	463	585	603	572
dos quais: Empréstimos privados ⁴	52	543	160	148	242	228	233	218
Amortizações programadas	-376	-182	-210	-291	-251	-464	-2 147	-307
Investimento directo estrangeiro (líq.)	255	380	342	245	105	207	154	299
Cap. de Curto Prazo, erros e omissões	41	-388	35	101	245	36	14	16
Balança Global	-421	98	122	213	-57	-31	139	74
Financiamento	421	-98	-122	-213	57	31	-139	-74
Variação das reservas oficiais	-5	-98	-122	-213	57	31	-139	-74
Variação de atrasados (redução: -)	0	0	0	0	0	0	0	0
Alívio da dívida ⁵	426	--	--	--	--	--	--	--
Diferencial de Financiamento ⁶	0	0	0	0	0	0	0	0

Fontes: Banco de Moçambique, Fundo Monetário Internacional e cálculos do BP.

¹ Ajuda à reconstrução das cheias em 2000 e 2001; Megaprojectos a partir de 2002; ² Não está ainda consolidada a separação entre transferências correntes e de capital (em conformidade com a 5ª edição do manual da balança de pagamentos do FMI), pelo que poderá haver lugar a acertos nos próximos tempos; ³ Donativos dos credores multilaterais ao abrigo da assistência HIPC; ⁴ Sem garantia do Estado; ⁵ A partir de 2002 o alívio de dívida passou a estar incluído acima da linha de financiamento de modo a que o serviço de dívida reflecta o que é devido após alívio; ⁶ Necessidade (-) ou capacidade (+) de financiamento.

Quadro A.II.4.5.

DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DAS EXPORTAÇÕES, 1998 - 2006

Em percentagem do total

	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	1998 a 2006
África do Sul	16.4	26.2	14.6	15.3	17.7	16.2	12.9	16.2	15.2	15.7
Bélgica	1.9	0.2	0.3	0.1	41.4	43.5	0.6	0.1	0.1	9.2
Espanha	15.5	12.7	10.7	3.8	2.8	6.7	2.5	1.9	1.8	3.9
E.U.A.	5.5	4.7	4.7	0.9	1.6	1.5	0.6	2.2	0.1	1.5
Holanda	2.3	1.6	1.0	1.0	0.3	2.8	60.9	59.7	59.7	37.1
Índia	7.9	11.8	4.9	0.5	2.1	0.3	2.2	1.5	1.3	2.0
Japão	6.0	4.3	4.3	4.2	0.7	0.9	0.9	0.5	0.3	1.3
Malawi	4.3	1.8	3.0	1.5	1.5	3.1	3.3	2.8	1.0	2.3
Portugal	7.4	9.0	11.6	4.0	4.4	3.7	2.8	1.2	1.2	3.2
Zimbábwe	17.6	14.9	17.7	5.3	5.8	2.8	2.3	2.9	3.2	4.7
Outros ¹	15.1	12.9	27.0	63.4	21.8	18.2	11.0	11.0	15.9	19.0
Exportações totais	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0

Fontes: Banco de Moçambique, Fundo Monetário Internacional e cálculos do BP.

¹ Em 2001, esta rubrica inclui exportações da fundição de alumínio Mozal para a União Europeia (cerca de 55% do total das exportações), não discriminadas por países.

Quadro A.II.4.6.

DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DAS IMPORTAÇÕES, 1998 - 2006

Em percentagem do total

	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	1998 a 2006
África do Sul	38.8	28.1	44.2	40.7	30.4	36.1	41.4	42.9	36.3	37.9
Austrália	0.4	0.4	0.5	0.9	4.1	11.7	0.1	0.7	0.1	2.1
China	1.6	1.2	1.9	2.0	1.3	2.2	2.0	2.5	2.6	2.1
E.U.A.	4.9	3.6	3.5	1.8	5.2	5.8	2.4	2.6	2.2	3.4
França	2.1	0.9	2.2	1.1	1.7	1.9	1.7	0.9	0.8	1.4
Holanda	0.8	0.5	0.5	0.9	0.5	0.5	11.0	11.5	15.6	6.6
Índia	4.3	1.7	1.8	2.4	4.2	4.0	3.1	3.6	3.2	3.2
Japão	3.7	2.5	4.6	0.7	3.4	1.6	0.8	0.8	0.6	1.7
Portugal	7.8	3.5	7.6	8.5	6.2	3.4	3.3	3.6	3.3	4.6
Outros	35.6	57.6	33.2	41.0	43.1	32.7	34.3	30.9	35.3	37.0
Importações totais	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0

Fontes: Banco de Moçambique, Fundo Monetário Internacional e cálculos do BP.

Quadro A.II.4.7.

DÍVIDA EXTERNA, 2001 - 2006

Em milhões de USD

	2001	2002 Est.	2003 Est.	2004 Est.	2005 Est.	2006 Est.
Dívida de médio ou longo prazo *	4 940.5	3 605.9	3 938.8	4 426.8	4 648.8	3 329.6
Credores multilaterais	1 331.8	1 706.4	1 953.3	2 321.2	2 534.9	1 191.6
Credores bilaterais	3 608.7	1 899.5	1 985.5	2 105.6	2 113.9	2 138.0
Países da OCDE	1 842.4	571.1	563.5	646.7	648.1	644.1
Países da OPEP	613.3	632.4	623.3	788.8	783.5	804.7
Países da Europa de Leste	187.5	197.1	189.6	298.6	299.9	301.7
Outros países	965.5	498.9	609.1	371.5	382.4	387.5
Dívida de curto prazo	--	--	--	--	--	--
Dívida Externa Total	4 940.5	3 605.9	3 938.8	4 426.8	4 648.8	3 329.6
Serviço da dívida de m/l prazo programado	24.1	42.8	49.6	57.9	67.2	61.6
Capital	16.0	27.7	34.9	39.4	46.3	43.4
Juros	8.1	15.1	14.7	18.4	20.9	18.2
<i>(em % das exportações de bens e serviços)</i>						
Dívida externa total	623.7	360.7	317.8	246.6	210.4	125.7
Serviço de dívida	3.0	4.3	4.0	3.2	3.0	2.3
<i>(em % do PIB)</i>						
Dívida externa total	132.0	86.3	80.7	73.5	67.8	43.0

Fontes: Banco de Moçambique, Fundo Monetário Internacional e cálculos do BP.

* Excluindo a dívida militar para com a Rússia.

Quadro A.II.4.8.

OPERAÇÕES FINANCEIRAS DO ESTADO, 2004 - 2007

Em milhões de MZM

	2004	2005	2006			2007		
	Est.	Est.	Orç.	Est.	g.e. ¹	Orç.	Trim. I	g.e. ¹
1. Receitas Totais ²	26 891	31 393	46 044	46 121	100.2	56 334	9 455	16.8
1.1. Receitas correntes	16 838	21 418	26 052	26 997	103.6	31 342	6 370	20.3
Receitas não-tributárias	1 241	2 884	3 010	3 683	122.4	3 975	324	8.2
Receitas tributárias	15 598	18 534	23 042	23 314	101.2	27 367	6 046	22.1
Impostos sobre o rendimento	3 548	4 469	5 488	6 367	116.0	7 105	1 473	20.7
Impostos sobre o consumo	9 416	10 873	13 283	13 031	98.1	15 717	2 913	18.5
dq: Produtos petrolíferos	1 663	1 806	2 321	1 830	78.8	2 744	--	--
Impostos s/ comércio internacional	2 284	2 816	3 680	3 284	89.2	3 856	831	21.6
Outros impostos	350	376	591	632	106.9	687	829	120.7
1.2. Donativos	10 053	9 975	19 992	19 124	95.7	24 992	3 085	12.3
2. Despesas Totais ³	32 917	34 875	50 354	49 053	97.4	66 106	11 292	17.1
2.1. Despesas correntes ⁴	19 006	21 092	26 831	25 518	95.1	31 681	8 002	25.3
Despesas com o pessoal	9 195	10 691	13 345	12 994	97.4	15 683	3 991	25.4
Bens e serviços	4 727	5 012	6 907	6 274	90.8	7 812	2 165	27.7
Transferências	3 763	4 141	5 003	4 869	97.3	6 109	1 686	27.6
Juros da dívida programados	1 321	1 248	1 576	1 380	87.6	2 078	160	7.7
2.2. Despesas de Capital	12 543	12 819	21 592	21 292	98.6	30 881	3 696	12.0
Financiamento Interno	4 697	5 052	6 598	6 552	99.3	8 864	1 804	20.4
Financiamento Externo	9 707	7 767	14 994	14 740	98.3	22 017	1 892	8.6
2.3. Empréstimos Líquidos	1 058	671	1 931	1 736	--	3 544	387	--
3. Saldo Corrente: (1.1.) - (2.1.)	-2 168	326	-779	1 479	--	-339	-1 632	--
4. Saldo Global s/ Donativos: (1.) - (2.) - (1.2.)	-16 079	-13 457	-24 302	-22 056	--	-34 764	-4 922	--
5. Saldo Global: (1.) - (2.)	-6 026	-3 482	-4 310	-2 932	--	-9 772	-1 837	--
6. Financiamento	6 026	3 482	4 310	2 932	--	9 772	1 145	--
6.1. Interno (líq.) ^{5, 6}	1 754	-1 941	-4 414	-5 835	132.2	-1 193	-1 760	147.5
dq: Sistema bancário	--	--	--	--	--	--	--	--
6.2. Externo (líq.)	4 272	5 423	8 725	8 767	100.5	10 966	2 905	26.5
Desembolsos ⁵	4 456	5 769	9 673	9 851	101.8	11 696	3 044	26.0
Transf. do FMI por conta HIPC	484	388	0	0	--	0	0	--
Amortizações efectivas	-668	-734	-948	-1 084	114.3	-730	-139	19.0
7. Diferencial de Financiamento ⁷	0	0	0	0	--	0	-692	--

Fontes: Banco de Moçambique, Fundo Monetário Internacional e cálculos do BP.

¹ Grau de execução face ao orçamentado (em %); ² Inclui receitas não discriminadas; ³ Inclui despesas não discriminadas; ⁴ Inclui outras despesas correntes;⁵ Os valores a partir de 2004 incluem movimentos contabilísticos relacionados com o estabelecimento de uma conta do Tesouro no exterior com os rendimentos da concessão da exploração das minas de carvão Moatize; ⁶ Para o ano de 2007 inclui MZM 104 milhões de receitas de privatizações; ⁷ Necessidade (-) ou capacidade (+) de financiamento.

Quadro A.II.4.9.

SÍNTESE MONETÁRIA, 2003 - 2007

Em milhões de MZM

	2003	2004	2005	2006		2006e/2005e		2007		2007p/2006e	
		Est.	Est.	Prog.	Est.	(1)	(2)	Prog.	Mai.	(1)	(2)
Activos Líquidos s/ Exterior	14 412	26 499	34 383	43 187	47 966	39.5	31.3	53 556	52 603	11.7	10.4
Banco Central	6 574	21 504	26 113	33 485	34 348	31.5	19.0	38 808	37 247	13.0	8.3
Bancos Comerciais	7 838	4 994	8 270	9 702	13 618	64.7	12.3	14 748	15 356	8.3	2.1
Crédito Interno Total	10 779	6 828	13 795	18 640	15 801	14.5	4.6	24 868	15 230	57.4	16.9
Crédito líquido ao S.P.A.	-3 541	-6 684	-7 420	-10 001	-11 613	-56.5	-9.7	-11 078	-13 006	4.6	1.0
Crédito concedido	4 881	8 749	14 603	--	15 300	4.8	1.6	--	17 581	--	--
Depósitos	-6 707	-12 348	-19 135	--	-23 699	23.9	-10.5	--	-27 047	--	--
Em moeda nacional	-6 277	-11 550	-18 282	--	-22 955	25.6	-10.8	--	-26 446	--	--
Em moeda estrangeira	-430	-798	-853	--	-744	-12.7	0.3	--	-600	--	--
Fundos consignados	-1 715	-3 085	-2 888	--	-3 214	11.3	-0.7	--	-3 540	--	--
Crédito à economia	14 320	13 513	21 215	28 640	27 414	29.2	14.3	35 946	28 236	31.1	15.9
Em moeda nacional	6 316	5 621	10 559	--	18 657	76.7	18.6	--	19 318	--	--
Em moeda estrangeira	8 004	7 892	10 656	--	8 757	-17.8	-4.4	--	8 918	--	--
Total do Activo	25 191	33 327	48 178	61 827	63 767	32.4	--	78 424	67 833	23.0	--
Massa Monetária (M3)	32 257	34 174	43 441	49 164	53 583	23.3	23.3	62 252	55 850	16.2	16.2
Base monetária	8 682	10 433	12 185	13 988	14 736	20.9	5.9	16 020	13 912	8.7	2.4
Circulação monetária	4 259	5 225	6 110	6 784	7 152	17.1	--	7 272	6 928	1.7	--
Depósitos à ordem	18 901	19 255	26 177	25 979	31 238	19.3	--	36 615	33 456	17.2	--
Quase-moeda	9 097	9 695	11 154	16 401	15 194	36.2	--	18 365	15 466	20.9	--
Outras Rubricas (líq.)	-7 066	-847	4 737	12 663	10 183	115.0	-12.5	16 172	11 983	58.8	-11.2
dq; Contrap. de flut. cambiais	-10 071	1 323	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Total do Passivo	25 191	33 327	48 178	61 827	63 767	32.4	--	78 424	67 833	23.0	--

Fontes: Banco de Moçambique, Fundo Monetário Internacional e cálculos do BP.

(1) Variação percentual face ao período anterior; (2) Variação percentual relativamente ao valor da massa monetária no final do período anterior (factores de expansão/contracção da liquidez).

Quadro A.II.4.10.

TAXAS DE JURO, 2000 - 2007

Taxas anuais

	2000 Dez.	2001 Dez.	2002 Dez.	2003 Dez.	2004 Dez.	2005 Dez.	2006 Dez.	2007 Jun.
Depósitos								
Depósitos a prazo								
91-180 dias	10.8	18.6	16.1	10.9	9.0	7.6	11.2	12.0
181-365 dias	11.7	19.4	17.3	12.3	9.9	8.5	12.4	12.3
1-2 anos	11.8	18.9	16.5	13.7	9.5	7.7	12.4	12.3
Crédito ¹								
Até 180 dias		33.2	38.3	31.7	25.1	21.5	24.5	24.2
181-365 dias	21.8-28.1	35.3	37.1	28.1	23.7	19.2	23.2	23.8
1-2 anos		33.2	34.2	25.0	22.2	20.2	22.6	22.3
Taxas de Referência								
Facilidade Perm. de Cedência		35.0	26.5	18.5	13.5	13.8	17.5	15.5
Bilhetes do Tesouro (91 dias)		31.7		12.6	10.5	10.0	16.0	14.8
MMI sem garantia (Até 7 dias)			18.6	11.5	9.0	9.8	16.0	15.3
<i>Pro memoria:</i>								
Inflação (t.v. homóloga no mês)	11.5	21.9	9.1	13.8	9.1	11.2	9.4	8.4

Fonte: Banco de Moçambique.

¹ O rápido desenvolvimento do sistema financeiro moçambicano dificultou uma adequada apreensão das taxas activas praticadas para diferentes prazos, pelo que o Banco de Moçambique optou, entre 1997 e 2000, por divulgar apenas as taxas observadas para o prazo em causa (das quais acima se apresentam os respectivos níveis mínimo e máximo).

Quadro A.II.4.11.

TAXAS DE CÂMBIO, 1990 - 2007

Taxas médias

	MZM/EUR			MZM/USD				ITCE ¹	
	Merc. oficial	Merc. livre	Dif. (%)	Merc. oficial	Merc. paralelo	Merc. livre	Diferenciais (%)	(base 100: 1990)	
	(MO)	(ML)	ML/MO	(MO)	(MP)	(ML)	MP/MO ML/MO	Nominal	Real
1990	--	--	--	929.0	2 154.5	--	131.92 --	100.00	100.00
1991	--	--	--	1 434.5	2 167.3	1 943.5	51.08 35.49	60.11	74.89
1992	--	--	--	2 432.8	2 940.5	2 544.7	20.87 4.60	33.33	62.31
1993	--	--	--	3 722.7	4 500.0	3 866.1	20.88 3.85	21.27	57.14
1994	--	--	--	5 918.1	6 678.5	6 038.6	12.85 2.04	12.93	57.85
1995	--	--	--	8 889.8	9 611.3	9 022.7	8.12 1.50	8.61	56.74
1996	--	--	--	11 139.7	11 909.4	11 293.8	6.91 1.38	6.96	70.20
1997	--	--	--	11 394.6	11 708.3	11 545.6	2.75 1.33	6.48	67.13
1998	13 320.1	13 312.3	-0.06	11 853.4	12 055.7	11 850.3	1.71 -0.03	6.77	67.87
1999	13 481.1	13 531.2	0.37	12 673.3	12 844.4	12 689.4	1.35 0.13	6.49	64.57
2000	13 979.9	14 044.8	0.46	15 140.9	15 995.9	15 254.1	5.65 0.75	5.17	56.82
2001	18 293.7	18 515.4	1.21	20 455.5	21 145.4	20 706.5	3.37 1.23	3.97	45.80
2002	21 896.4	22 370.7	2.17	23 180.4	24 281.3	23 665.4	4.75 2.09	3.96	51.46
2003	26 360.4	26 874.1	1.95	23 340.9	24 248.7	23 782.3	3.89 1.89	3.60	52.05
2004	27 457.0	27 782.7	1.19	22 130.9	23 165.5	22 581.3	4.67 2.04	3.71	60.82
2005	28 337.5	28 576.1	0.84	22 936.3	23 614.4	23 068.4	2.96 0.58	3.53	60.43
2006	32.18	31.38	-2.47	24.98	26.93	26.03	7.82 4.18	3.18	54.46
2005									
Janeiro	24 581.1	24 691.3	0.45	18 777.7	19 879.7	18 730.1	5.87 -0.25	4.48	76.67
Fevereiro	23 890.2	23 891.7	0.01	18 379.4	19 762.5	18 385.5	7.53 0.03	4.59	77.62
Março	25 863.9	25 801.9	-0.24	19 599.5	20 100.0	19 596.6	2.55 -0.01	4.29	71.93
Abril	25 735.0	25 839.2	0.41	19 763.1	20 485.0	19 972.7	3.65 1.06	4.25	70.66
Maio	29 813.6	29 879.7	0.22	23 375.1	23 415.6	23 514.0	0.17 0.59	3.48	57.97
Junho	29 750.1	29 774.5	0.08	24 433.7	24 970.0	24 464.0	2.20 0.12	3.34	56.14
Julho	29 461.4	29 554.4	0.32	24 410.8	25 097.5	24 550.2	2.81 0.57	3.31	57.18
Agosto	29 753.9	30 120.8	1.23	24 407.5	25 073.4	24 514.7	2.73 0.44	3.28	56.61
Setembro	29 596.4	30 159.7	1.90	24 484.8	25 089.9	24 602.5	2.47 0.48	3.23	54.80
Outubro	32 291.5	30 700.5	-4.93	25 361.1	25 628.1	25 639.5	1.05 1.10	3.12	53.13
Novembro	31 288.3	33 147.5	5.94	27 738.0	28 440.6	28 093.9	2.53 1.28	2.79	48.92
Dezembro	28 024.4	29 351.9	4.74	24 505.6	25 430.0	24 757.2	3.77 1.03	3.17	58.68
2006									
Janeiro	29 113.6	28 934.0	-0.62	23 884.6	26 264.1	24 658.6	9.96 3.24	3.23	60.90
Fevereiro	29 291.1	29 144.2	-0.50	24 366.8	27 262.5	25 675.9	11.88 5.37	3.13	60.75
Março	30 420.5	30 049.2	-1.22	24 999.0	27 497.5	26 599.6	9.99 6.40	3.09	60.49
Abril	31 149.9	30 705.5	-1.43	25 084.8	27 593.8	26 936.6	10.00 7.38	3.06	59.85
Maio	32 473.7	32 249.2	-0.69	25 267.3	27 609.4	26 564.0	9.27 5.13	3.18	60.89
Junho	32 876.2	31 827.6	-3.19	25 142.7	27 280.0	25 901.1	8.50 3.02	3.36	64.26
Julho ²	32.06	31.84	-0.69	25.10	26.54	25.78	5.75 2.69	3.40	64.23
Agosto	33.40	32.19	-3.62	25.12	26.58	25.83	5.80 2.82	3.38	63.31
Setembro	33.07	31.98	-3.30	25.13	26.61	26.00	5.89 3.48	3.50	65.94
Outubro	33.21	31.68	-4.61	25.13	26.69	26.04	6.20 3.63	3.54	67.40
Novembro	34.60	32.44	-6.24	25.18	26.74	26.18	6.21 3.98	3.47	67.15
Dezembro	34.47	33.55	-2.67	25.38	26.55	26.16	4.61 3.07	3.43	68.01
2007									
Janeiro	34.04	33.60	-1.29	25.85	26.84	26.11	3.83 1.01	3.36	66.88
Fevereiro	34.85	33.78	-3.07	25.84	27.22	26.23	5.34 1.50	3.37	66.89
Março	35.27	34.12	-3.26	25.78	27.38	26.24	6.20 1.80	3.45	68.62
Abril	35.92	34.95	-2.70	25.87	27.17	26.31	5.01 1.69	3.41	68.03
Maio	35.42	35.00	-1.19	25.89	26.99	26.29	4.25 1.54	3.38	68.05
Junho	35.19	34.55	-1.82	25.75	--	--	-- --	3.43	68.73

Fontes: Banco de Moçambique, Fundo Monetário Internacional e cálculos do BP.

¹ ITCE baseado nas taxas de câmbio oficiais praticadas para as moedas dos quatro principais parceiros comerciais moçambicanos no período 2000/04 (apreciação: +; depreciação: -); ² Em Julho de 2006 foi efectuada uma reforma monetária, com a introdução do Metical Nova Família, com uma taxa de conversão de 1 para 1000.



SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

Área: 997 Km²

Capital: São Tomé

População: 164 milhares (2005)

Moeda: Dobra

II.5.1. Síntese

A economia santomense celebrou recentemente um acontecimento de crucial importância, não só por se tratar da concretização de um dos principais objectivos de política económica assumidos pelas autoridades desde há pelo menos uma década como também por lhe permitir encarar de forma mais sustentada os desafios da actual fase de transição para a esperada “idade do petróleo” — cuja extracção se admite ter início em 2014. Foi, de facto, anunciada em Março último a decisão dos Conselhos de Administração do FMI e do Banco Mundial (onde estão representados todos os respectivos países membros) segundo a qual São Tomé e Príncipe cumpriu os requisitos necessários para atingir o chamado Ponto de Conclusão da Iniciativa HIPC (*Heavily Indebted Poor Countries*) e passou assim a beneficiar em pleno do alívio da dívida externa ao abrigo daquela Iniciativa e da *Multilateral Debt Relief Initiative* (MDRI) — obtendo, por conseguinte, uma redução da referida dívida estimada em cerca de 80% do respectivo valor nominal (cf. Quadro II.5.1).

Quadro II.5.1.

PRINCIPAIS INDICADORES ECONÓMICOS (2004 – 2007)					
	2004	2005	2006 Proj.	2006 Est.	2007 Proj.
PIB real (t.v. anual)	3.8	5.4	5.5	7.0	6.0
Inflação (t.v.a. média)	13.9	17.8	19.8	23.1	18.6
Massa monetária (t.v.a.)	7.3	45.9	19.7	39.3	16.4
Balança corrente (% PIB)	-13.6	-18.7	-38.3	-46.2	-41.1
Saldo orçamental (% PIB)	-15.6	35.9	16.6	-14.0	127.1
Dívida externa (% PIB)	311.6	289.2	...	293.2	74.6

Fontes: BCSTP e FMI

Tal resultado ficou genericamente a dever-se aos progressos alcançados pelo país ao longo dos últimos anos na aplicação da sua estratégia de combate à pobreza e na execução do programa de ajustamento macroeconómico apoiado pelo FMI (ao abrigo da *Poverty Reduction and Growth Facility*, PRGF). Numa perspectiva de curto prazo, importa contudo sublinhar que o alívio da dívida só foi possível — para além desse progresso genérico — devido ao aperto das políticas orçamental e monetária posto em prática a partir de meados do ano passado.

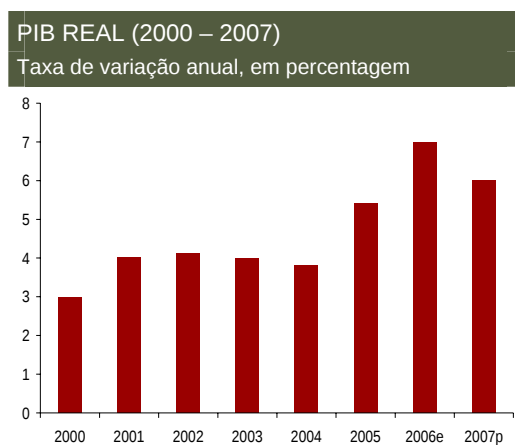
O referido aperto, expresso em diversas medidas correctivas, permitiu que as metas estipuladas no programa de ajustamento para Dezembro de 2006 acabassem por ser globalmente observadas, rectificando assim o incumprimento registado no mês de Junho precedente. De facto, a evolução da conjuntura macroeconómica ao longo do primeiro semestre do ano passado tinha-se caracterizado pelo expansionismo orçamental e monetário — fenómeno que, apesar de contrariado no semestre seguinte, deixaria ainda marcas bem evidentes em domínios como a execução orçamental, a expansão da liquidez e a evolução dos preços (cf. Quadro II.5.1).

II.5.2. Procura, Produção e Preços

O ritmo de crescimento económico que São Tomé e Príncipe evidenciou, de forma sustentada, ao longo da década em curso não tem paralelo com as duas décadas anteriores, genericamente marcadas por um declínio gradual do rendimento *per capita*. Cifrada em torno de 4% ao ano entre 2001 e 2004 (já de si um desempenho bastante apreciável, à luz do referido historial), a taxa de crescimento real do PIB aumentou mais ainda nos dois anos seguintes, estimando-se que tenha

atingido os 7.0% em 2006 — e admitindo-se que, não obstante alguma moderação, permaneça ainda a uns historicamente elevados 6.0% no ano em curso (cf. Gráfico II.5.1).

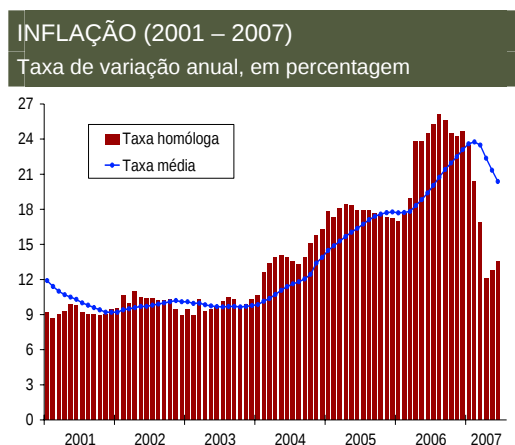
Gráfico II.5.1.



Fontes: BCSTP e FMI.

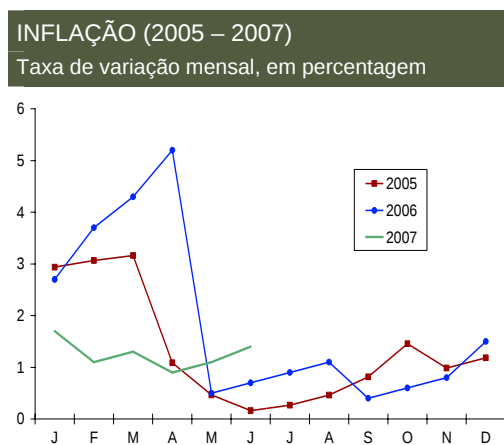
Refira-se, a propósito, que foi recentemente efectuada pelas autoridades santomenses uma revisão significativa da série de Contas Nacionais (com base em informação estatística actualizada sobre os padrões de consumo e a estrutura produtiva), daí tendo resultado uma rectificação em alta substancial dos valores anuais disponíveis para o PIB (mais 56% a 68% no período posterior a 2001). Sem ter alterado de forma assinalável o perfil de crescimento anual acima traçado, esta revisão determinou, porém, uma redução transversal — e bastante pronunciada — de todos os indicadores macroeconómicos aferidos em percentagem do PIB.

Gráfico II.5.2.



Fontes: BCSTP e FMI.

Gráfico II.5.3.



Apesar de não estarem disponíveis dados desagregados para todo o período, há indicações de que a aceleração do crescimento patente desde o início da década terá assentado largamente no dinamismo de sectores como a construção e diversas actividades de serviços (com destaque para o turismo) — em contraste com o declínio continuado de outros, mais tradicionais, como a produção de cacau, em tempos predominante. Já o mais recente fôlego de expansão da actividade económica, observado nos dois últimos anos, terá estado particularmente associado a dois factores determinantes: a entrada do primeiro bónus petrolífero, em 2005, e o forte reforço do investimento pri-

vado, em 2006 — este último estimado em cerca de metade do PIB e composto a 2/5 por fluxos destinados ao sector petrolífero (cujo valor era negligenciável ainda em 2004).

A intensificação do ritmo de crescimento económico é seguramente um elemento crucial para possibilitar a melhoria das condições sociais em São Tomé e Príncipe, sendo todavia necessário que esse crescimento se desenvolva de forma sustentável — para cujo efeito se afigura especialmente relevante a preservação da estabilidade macroeconómica. Daí decorre, em particular, a importância de se contrariar a intensificação da cadência inflacionária associada ao expansionismo orçamental e monetário que esteve patente nos primeiros meses de 2006 — conforme claramente assumido também pelas autoridades.

Variações mensais consecutivas de dimensão elevada por parte do IPC ao longo desse período (cf. Gráfico II.5.3) acabariam, de facto, por resultar numa subida significativa da taxa de inflação homóloga anual, que chegou a atingir os 26.1% em Agosto de 2006 e terminaria o ano cifrada em 24.7% — contra 17.2% no final de 2005 (cf. Gráfico II.5.2). As medidas correctivas introduzidas pelas autoridades têm, porém, surtido o esperado efeito moderador, como ficou patente na queda da inflação homóloga para 13.6% em Junho último (e se reflecte já também na tendência de baixa da inflação média anual). Tal evolução confere certamente credibilidade adicional à meta de 13.5% estabelecida para a inflação homóloga no final do ano em curso, mas não será demais recordar a importância de se manter o rigor na condução da política económica, tanto com vista à prossecução da referida meta como ao seu desejável aprofundamento posterior.

II.5.3. Contas Externas

Apesar de haver ainda um período relativamente alargado de transição até ao início efectivo da esperada “idade do petróleo” (as estimativas mais recentes apontam o começo da extracção para 2014, caso se confirme a viabilidade comercial das áreas em prospecção), o impacto da actividade petrolífera faz-se já sentir de forma significativa em São Tomé e Príncipe. É o que se constata, de forma particularmente evidente, ao nível da balança de pagamentos, que desde 2005 se vem ressentindo do forte afluxo de capitais ligados à referida actividade (cf. Quadro II.5.2).

Quadro II.5.2.

BALANÇA DE PAGAMENTOS (2004 – 2007)

Em percentagem do PIB

	2004	2005	2006 Proj.	2006 Est.	2007 Proj.
Balança corrente	-13.6	-18.7	-38.3	-46.2	-41.1
Balança comercial	-29.9	-32.4	-46.7	-54.4	-46.9
Exportações	3.3	2.9	2.7	3.1	3.2
Importações	-33.2	-35.3	-49.3	-57.5	-50.1
Serviços e rendimentos	-6.9	-6.8	-11.7	-12.3	-10.0
dq: Receitas do turismo	11.8	11.5	12.0	11.3	10.4
Juros da Dívida	-2.9	-2.7	-2.7	-3.1	-1.5
Transferências Unilaterais	23.1	20.5	20.0	20.6	15.8
Bal. de capital e financeira	4.3	22.6	43.2	18.6	20.3
dq: IDE	3.2	4.4	22.1	24.0	20.0
Bónus petrolíferos	0.0	41.8	23.8	0.0	20.1
Transf. (Alívio da dívida)	0.0	0.0	1.9	0.0	114.6
Balança global	-10.1	27.7	9.4	-9.1	1.1

Fontes: BCSTP e FMI

Tal afluxo, em 2006, correspondeu essencialmente a capitais privados, que contribuíram decisivamente para que o IDE total atingisse um patamar equivalente a 24.0% do PIB (contra 4.4% no ano anterior). De facto, no que respeita a capitais públicos associados ao sector petrolífero, acabou por não se verificar qualquer entrada naquele ano, diferentemente quer do sucedido em 2005 (quando se contabilizou o primeiro bónus devido pela assinatura de contratos de exploração, correspondente a 41.8% do PIB), quer do que estava previsto — com o atraso dos bónus relativos aos blocos 2 a 4 da zona de exploração conjunta com a Nigéria, aguardados agora para 2007.

Gráfico II.5.4.

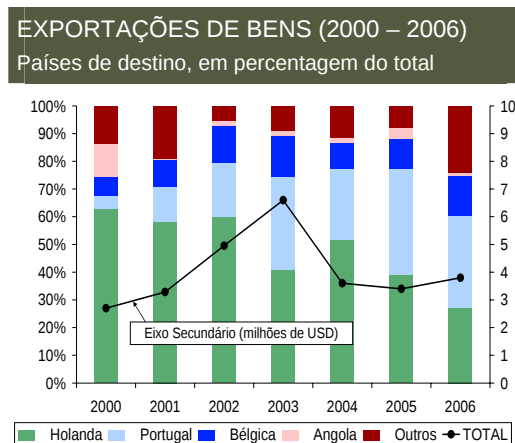
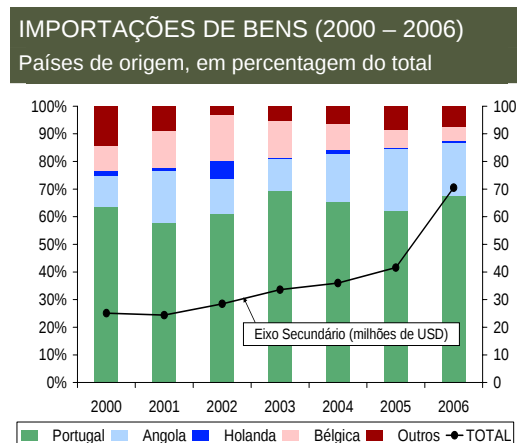


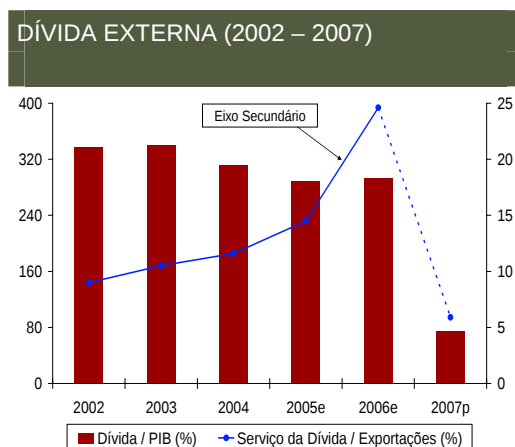
Gráfico II.5.5.



Fontes: BCSTP e FMI.

Concomitantemente ao referido afluxo de capitais, e em grande parte devido a este, tem-se assistido à deterioração da balança corrente, impulsionada sobretudo pelo aumento das importações de mercadorias. Este fenómeno foi especialmente acentuado em 2006, devido quer à procura directa da actividade petrolífera quer ao impacto indirecto do expansionismo orçamental patente até meados do ano. Em termos geográficos, o recente aumento traduziu-se por um reforço da posição de Portugal como principal fornecedor (cf. Gráfico II.5.5), ao contrário do sucedido com as exportações de mercadorias (cf. Gráfico II.5.4) — as quais terão, aliás, evoluído positivamente em 2006, embora continuem longe do valor arrecadado com os serviços (sobretudo turismo).

Gráfico II.5.6.



Fontes: BCSTP e FMI.

Não obstante estar previsto para 2007 um prolongamento dos efeitos que caracterizaram a evolução da balança de pagamentos santomense nos anos precedentes — nomeadamente a contabilização de bónus petrolíferos e investimento directo estrangeiro com um valor esperado equivalente a cerca de 40% do PIB (repartido em partes quase iguais por essas duas componentes) — são antes os desenvolvimentos relacionados com a dívida externa que mais sobressaem agora.

Foi, de facto, muito relevante para São Tomé e Príncipe a confirmação, anunciada em Março último, de que o país cumpriu todos os requisitos (*triggers*) necessários para atingir o Ponto de Conclusão da Iniciativa HIPC, podendo assim beneficiar plenamente do alívio da dívida ao abrigo desta última e da MDRI. Assumido como um objectivo crucial de política económica pelas sucessivas autoridades santomenses desde há pelo menos uma década, este alívio deverá permitir uma normalização das relações com os credores, libertando recursos até agora comprometidos com o ónus da dívida. Esta chegou a ser das mais elevadas a nível mundial (acima de 700% do PIB no final dos anos noventa), conhecendo agora uma redução drástica, com um corte correspondente a 83% do valor líquido actualizado da dívida em Dezembro de 1999 (cf. Gráfico II.5.6).

II.5.4. Finanças Públicas

Depois de um começo excessivamente expansionista, a execução orçamental de 2006 acabaria por se revelar compatível com a observância das metas estipuladas para Dezembro desse ano no programa de ajustamento apoiado pelo FMI — graças à introdução de medidas correctivas que permitiriam a recuperação do incumprimento registado em Junho do mesmo ano. Veio, ainda assim, a verificar-se uma deterioração global das contas públicas, quer face ao executado em 2005 quer ao orçamentado para 2006 (cf. Quadro II.5.3), fenómeno em larga medida justificado pelo atraso dos bónus petrolíferos (adiados para o ano em curso) e que resultaria num défice financiado essencialmente com recurso à Conta Nacional do Petróleo (cujo saldo se terá reduzido, em consequência, para cerca de USD 8.5 milhões, ou seja menos 63% que em 2005).

Quadro II.5.3.

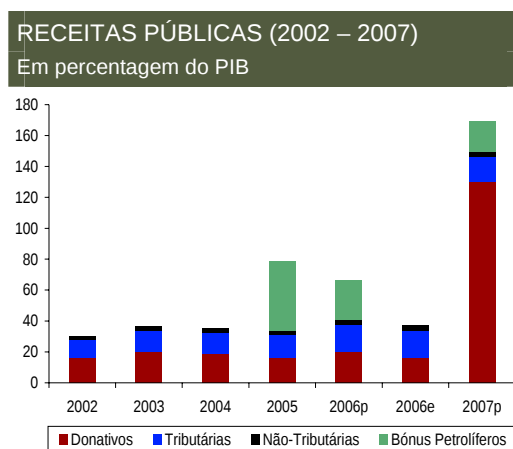
FINANÇAS PÚBLICAS (2004 – 2007)					
Em percentagem do PIB					
	2004	2005	2006	2006	2007
			Orç.	Est.	Orç.
Receitas totais	35.5	78.6	66.1	37.4	169.3
Receitas correntes	16.6	16.7	20.4	21.2	19.4
Donativos	18.8	16.5	20.2	16.1	129.9
Bónus petrolíferos	0.0	45.3	25.5	0.0	19.9
Despesas totais	51.0	42.7	49.5	51.3	42.2
dq: Despesas c/ pessoal	7.0	8.3	8.7	8.7	8.2
Juros da dívida externa	2.8	2.6	2.8	3.4	1.7
Investimento	21.9	15.0	17.9	20.1	14.3
Saldo Orç. (base comprom.)	-15.6	35.9	16.6	-14.0	127.1

Fontes: BCSTP e FMI

Já o saldo primário interno (que exclui todas as rubricas relacionadas com capitais externos e tem relevo especial no contexto do programa de ajustamento) acabaria por evoluir favoravelmente, passando de -10.3% do PIB em 2005 para -8.6% no ano passado. Terá, assim, reflectido mais claramente o esforço de contenção introduzido a partir de meados de 2006, com medidas correctivas que abrangeram desde a actualização dos preços dos combustíveis (reduzindo a despesa com

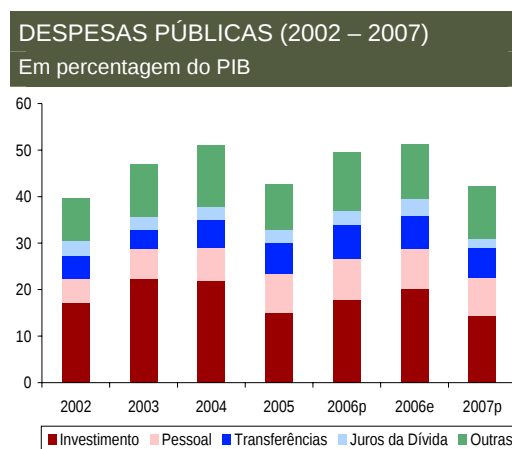
os respectivos subsídios) até à reforma dos mecanismos de gestão financeira ou ao lançamento de um plano para recuperação de dívidas ao fisco.

Gráfico II.5.7.



Fontes: BCSTP e FMI.

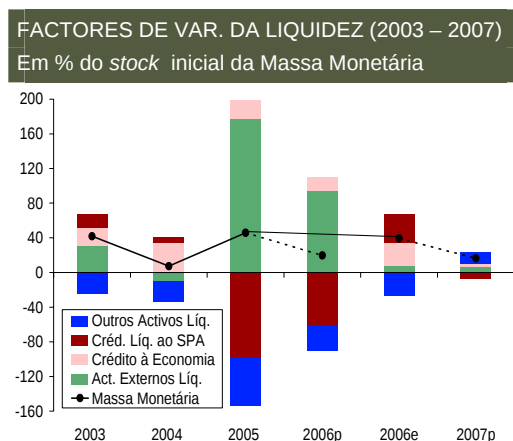
Gráfico II.5.8.



A melhoria na arrecadação de receitas tributárias, favorecida por várias das medidas correctivas, num contexto de crescimento económico acentuado (e, em particular, de forte aumento das importações), permitiu compensar o desempenho deficiente dos donativos – com recuperação prevista para 2007, sobretudo por via do alívio da dívida (cf. Gráfico II.5.7). Em contrapartida, a execução global das despesas ter-se-á ressentido ainda de factores como os encargos superiores ao esperado com a organização das eleições no primeiro semestre de 2006, embora o esforço de contenção ficasse já patente no segundo semestre – com a respectiva continuidade assumida pelas autoridades e reflectida no ambicioso orçamento para o ano em curso (cf. Gráfico II.5.8).

II.5.5. Situação Monetária e Cambial

Gráfico II.5.9.



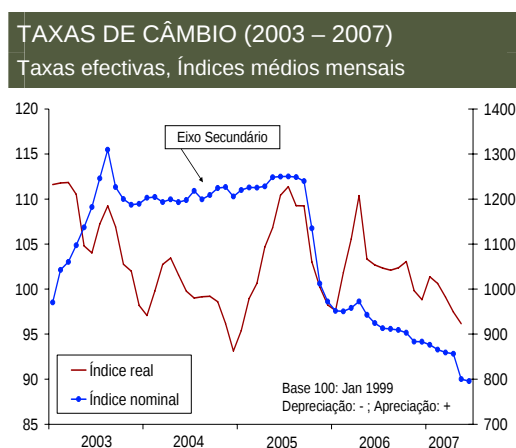
Fontes: BCSTP e FMI.

A condução da política monetária em São Tomé e Príncipe tem sido afectada, desde 2005, pela dificuldade em gerir o impacto, directo e indirecto, dos volumosos afluxos de capitais externos, associados sobretudo à actividade petrolífera. Insuficientemente esterilizadas, essas entradas de

capitais, públicos e privados, tenderam a repercutir-se sobre a liquidez, nomeadamente em fases de relativo laxismo orçamental — impulsionando assim pressões sobre os preços que resultariam na intensificação da cadência inflacionária observada até ao segundo semestre de 2006.

A evolução registada ao longo deste último ano foi particularmente elucidativa, em especial por ilustrar a necessidade de se conjugar a eficácia no recurso aos instrumentos de política monetária com um adequado suporte do lado das finanças públicas. Constatase, de facto, que o expansionismo orçamental genericamente predominante até meados de 2006 se traduziu por uma variação do Crédito Líquido ao SPA, entre Janeiro e Junho desse ano, equivalente a 25.9% do valor assumido pela massa monetária no final de 2005 — impulso determinante para que esta última registasse uma expansão total de 37.8% no mesmo período.

Gráfico II.5.10.



Fontes: BCSTP e FMI.

A intensificação da instabilidade nominal — e, em particular, o subsequente incumprimento das metas semestrais estipuladas no programa de ajustamento — levaria as autoridades a procederem ao necessário aperto das políticas orçamental e monetária. No caso desta última, tal significou, numa primeira fase, o aumento do coeficiente de reservas obrigatórias sobre os depósitos e da taxa de referência do BCSTP. Mais relevante terá sido, porém, o início da colocação de Certificados de Depósito emitidos pela própria autoridade monetária (já perto do final do ano) e, sobretudo, o recomeço dos leilões de divisas.

A eficácia dessas medidas ficaria patente no posterior abrandamento da cadência inflacionária, reflectindo a tendência (observada no segundo semestre de 2006 e genericamente prolongada nos primeiros meses do ano em curso) para um ritmo de expansão da liquidez mais moderado. De facto, o acréscimo da massa monetária no segundo semestre desse ano não terá ido além de 1,5% do valor assumido pela mesma no final de 2005, com os factores de variação da liquidez a evidenciarem uma desaceleração significativa (cf. Gráfico II.5.9).

Embora com oscilações relativamente pronunciadas ao longo do ano, os activos externos líquidos acabariam por acusar em Dezembro de 2006 um reforço estimado em 4.3% face ao valor apurado no mês homólogo do ano anterior. Com a retoma dos leilões de divisas a possibilitar que a taxa de câmbio da Dobra se defina em condições de mercado, a mesma registaria, em termos efectivos nominais, uma depreciação média de 18.3% em 2006 (e mais 6.3% até Junho de 2007) — muito embora em termos reais a correspondente depreciação não fosse já além de 1.5%, ainda assim preservando a competitividade-preço (cf. Gráfico II.5.10).

Quadro A.II.5.1.

PRINCIPAIS INDICADORES ECONÓMICOS, 2002 - 2007

	UNIDADES	2002	2003	2004	2005 Est.	2006 Proj.	2006 Est.	2007 Proj.
PRODUTO E PREÇOS								
PIB nominal	mil milhões de Dobras	820.0	882.0	1 074.7	1 238.9	1 458.4	1 526.0	1 954.0
	milhões de USD	90.2	94.4	108.5	117.8	120.0	122.6	142.0
PIB real	taxa var. anual	4.1	4.0	3.8	5.4	5.5	7.0	6.0
Inflação (Índice de Preços no Consumidor)	t. v. homóloga anual	8.9	10.3	16.3	17.2	22.0	24.7	13.5
	t. v. média anual	10.1	9.8	13.9	17.8	19.8	23.1	18.6
FINANÇAS PÚBLICAS								
Receitas totais	percentagem do PIB	30.0	36.4	35.5	78.6	66.1	37.4	169.3
Receitas correntes	percentagem do PIB	13.8	16.1	16.6	16.7	20.4	21.2	19.4
Donativos	percentagem do PIB	16.1	20.4	18.8	16.5	20.2	16.1	129.9
dos quais: Alívio da Dívida	percentagem do PIB	2.7	4.0	3.4	2.8	6.4	3.1	117.6
Bónus petrolíferos	percentagem do PIB	0.0	0.0	0.0	45.3	25.5	0.0	19.9
Despesas totais	percentagem do PIB	39.7	47.1	51.0	42.7	49.5	51.3	42.2
Despesas correntes	percentagem do PIB	19.1	20.8	27.2	25.4	27.9	28.9	23.8
Despesas de investimento	percentagem do PIB	17.1	22.4	21.9	15.0	17.9	20.1	14.3
Despesas sociais associadas à Iniciativa HIPC	percentagem do PIB	2.7	3.8	2.8	2.3	3.8	2.3	4.1
Saldo primário interno ¹	percentagem do PIB	...	...	...	-10.3	-9.8	-8.6	-7.0
Saldo global (base compromissos)	percentagem do PIB	-9.8	-10.7	-15.6	35.9	16.6	-14.0	127.1
Saldo global (base compromissos) sem donativos	percentagem do PIB	-25.9	-31.0	-34.4	19.4	-3.6	-30.1	-2.9
Saldo global (base caixa)	percentagem do PIB	-3.8	-7.4	-11.8	25.0	14.0	-12.6	127.1
MOEDA E CRÉDITO								
Crédito líquido ao SPA ²	taxa var. anual	-4.5	282.9	85.9	-812.6	-104.6	54.7	-37.2
Crédito ao sector privado	taxa var. anual	74.8	96.6	116.1	35.5	28.1	47.6	5.8
Massa monetária	taxa var. anual	27.0	41.9	7.3	45.9	19.7	39.3	16.4
Taxa de juro de referência do BCSTP	taxa anual	15.5	14.5	14.5	18.2	...	28.0	...
BALANÇA DE PAGAMENTOS								
Balança comercial	percentagem do PIB	-26.1	-28.6	-29.9	-32.4	-46.7	-54.4	-46.9
Exportações f.o.b.	taxa var. anual	50.9	33.2	-45.5	-5.6	-5.9	11.8	18.4
Importações f.o.b.	taxa var. anual	16.8	17.9	7.1	15.6	42.3	69.5	0.9
Serviços e rendimentos (líquidos)	percentagem do PIB	-6.9	-8.9	-6.9	-6.8	-11.7	-12.3	-10.0
Transferências correntes (líquidas)	percentagem do PIB	18.3	23.2	23.1	20.5	20.0	20.6	15.8
Balança corrente (excl. transferências oficiais)	percentagem do PIB	-32.1	-35.6	-34.8	-38.0	-57.0	-65.4	-55.7
Balança corrente (incl. transferências oficiais)	percentagem do PIB	-14.7	-14.3	-13.6	-18.7	-38.3	-46.2	-41.1
Balança de capital e financeira (médio/longo prazo)	percentagem do PIB	-1.1	0.8	4.3	22.6	43.2	18.6	20.3
Balança global	percentagem do PIB	-2.9	2.0	-10.1	27.7	9.4	-9.1	1.1
DÍVIDA EXTERNA								
Dívida externa total ³	milhões de USD	304.0	321.0	338.2	340.6	...	359.5	105.9
	percentagem do PIB	336.9	340.2	311.6	289.2	...	293.2	74.6
Serviço da dívida externa ³								
Antes do alívio da dívida	perc. das exportações	47.8	50.2	52.5	57.3	...	47.5	728.6
Depois do alívio da dívida	perc. das exportações	9.0	10.5	11.6	14.5	...	24.6	5.9
TAXAS DE CÂMBIO								
Taxa nominal STD/Euro (mercado oficial)	taxa média anual	8 586	10 568	12 306	13 070	...	15 630	...
Taxa nominal STD/USD (mercado oficial)	taxa média anual	9 088	9 348	9 902	10 519	...	12 445	...
ITCE nominal [apreciação: +]	taxa média anual	735.5	1 154.1	1 206.2	1 188.0	...	925.4	...
ITCE real [apreciação: +]	taxa média anual	122.0	106.7	99.1	104.0	...	102.5	...

Fontes: Banco Central de São Tomé e Príncipe, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal.

¹ Exclui receitas petrolíferas, donativos, juros recebidos, juros a pagar e despesas de investimento com financiamento externo.² O valor de 2005 inclui a Conta Nacional do Petróleo.³ Inclui impacto do alívio da dívida ao abrigo da Iniciativa HIPC e da MDRI (Completion Point em Março de 2007).

Quadro A.II.5.2.

PRODUTO INTERNO BRUTO, 2002 - 2007 ¹

Em percentagem do PIB

	2002	2003	2004	2005 Est.	2006 Est.	2007 Proj.
Sector Primário	...	20.3	23.1	18.1	...	...
Agricultura	...	13.7	16.5	11.3	...	...
Pesca	...	6.6	6.6	6.8	...	...
Sector Secundário	...	18.0	22.2	22.9	...	...
Indústria e energia	...	8.2	8.8	8.5	...	...
Construção	...	9.8	13.4	14.4	...	...
Sector Terciário	...	54.4	48.1	53.1	...	...
Comércio e transporte	...	35.4	31.3	35.1	...	...
Administração pública	...	6.1	4.9	4.9	...	...
Instituições financeiras	...	2.3	2.2	2.1	...	...
Outros serviços	...	10.6	9.7	11.0	...	...
Impostos Indirectos	...	7.3	6.5	5.9	...	...
PIB	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0
Consumo	117.8	119.0	122.1	126.2	125.6	122.2
Consumo privado	80.6	75.2	68.9	...	...	...
Consumo público	37.2	43.8	53.2	...	...	...
Investimento bruto	32.7	36.1	35.2	34.1	63.8	64.0
Investimento privado	18.0	16.0	15.1	20.7	49.4	50.3
do qual: Sector petrolífero	0.0	0.0	0.0	5.6	23.8	20.8
Investimento público	14.7	20.1	20.1	13.4	14.4	13.7
Procura interna	150.5	155.1	157.3	160.3	189.4	186.2
Exportações de bens e serviços	21.6	21.9	18.6	17.9	19.2	17.3
Procura global	172.1	177.0	175.9	178.2	208.6	203.5
Importações de bens e serviços	51.5	56.6	52.6	54.7	83.5	72.9
<i>Por memória:</i>						
Produto Interno Bruto (tx. de variação real anual)	4.1	4.0	3.8	5.4	7.0	6.0
PIB nominal (mil milhões de Dobras; preços correntes)	820	882	1 075	1 239	1 526	1 954
PIB nominal (milhões de USD; preços correntes)	90.2	94.4	108.5	117.8	122.6	142.0

Fontes: Banco Central de São Tomé e Príncipe, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal.

¹ Nova série das Contas Nacionais, em fase de conclusão, com base no censo de 2001 (valores anuais do PIB pós-2001 superiores às anteriores estimativas em 56-68%).

Quadro A.II.5.3.

ÍNDICE DE PREÇOS NO CONSUMIDOR, 1998 - 2007

Taxas de variação em percentagem

		Var. mensal [1]	Var. acumulada [2]	Var. homóloga [3]	Var. média [4]
1998	Dezembro	...	20.9	20.9	50.5
1999	Dezembro	...	12.6	12.6	12.7
2000	Dezembro	...	9.6	9.6	12.2
2001	Dezembro	...	9.4	9.4	9.2
2002	Dezembro	...	8.9	8.9	10.1
2003	Dezembro	...	10.3	10.3	9.8
2004	Dezembro	...	16.3	16.3	13.9
2005	Dezembro	...	17.2	17.2	17.8
2006	Dezembro	...	24.7	24.7	23.1
2004	Janeiro	1.6	1.6	10.7	9.9
	Fevereiro	3.5	5.2	12.6	10.1
	Março	2.5	7.8	13.4	10.4
	Abril	0.8	8.6	13.9	10.7
	Maio	0.5	9.2	14.1	11.1
	Junho	0.5	9.7	13.9	11.4
	Julho	0.3	10.1	13.5	11.6
	Agosto	0.5	10.6	13.3	11.8
	Setembro	1.0	11.7	13.9	12.1
	Outubro	1.5	13.4	15.1	12.4
	Novembro	1.2	14.8	15.8	13.4
	Dezembro	1.3	16.3	16.3	13.9
2005	Janeiro	2.9	2.9	17.8	14.5
	Fevereiro	3.1	6.1	17.3	14.9
	Março	3.2	9.4	18.0	15.3
	Abril	1.1	10.6	18.4	15.7
	Maio	0.5	11.2	18.3	16.0
	Junho	0.2	11.3	17.9	16.4
	Julho	0.3	11.6	17.9	16.7
	Agosto	0.5	12.1	17.9	17.1
	Setembro	0.8	13.1	17.6	17.4
	Outubro	1.5	14.7	17.6	17.6
	Novembro	1.0	15.8	17.3	17.7
	Dezembro	1.2	17.2	17.2	17.8
2006	Janeiro	2.7	2.7	16.9	17.7
	Fevereiro	3.7	6.5	17.7	17.7
	Março	4.3	11.1	19.0	17.8
	Abril	5.2	16.9	23.8	18.3
	Maio	0.5	17.4	23.8	18.8
	Junho	0.7	18.3	24.5	19.4
	Julho	0.9	19.3	25.3	20.0
	Agosto	1.1	20.6	26.1	20.7
	Setembro	0.4	21.1	25.6	21.4
	Outubro	0.6	21.8	24.5	22.0
	Novembro	0.8	22.8	24.3	22.5
	Dezembro	1.5	24.7	24.7	23.1
2007	Janeiro	1.7	1.7	23.5	23.6
	Fevereiro	1.1	2.8	20.4	23.8
	Março	1.3	4.2	16.9	23.5
	Abril	0.9	5.1	12.1	22.4
	Maio	1.1	6.2	12.8	21.3
	Junho	1.4	7.7	13.6	20.4

Fontes: Banco Central de São Tomé e Príncipe, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal.

[1] mês n / mês n-1; [2] mês n / Dez. anterior; [3] mês n / mês n do ano anterior; [4] últimos 12 meses / 12 meses anteriores.

Quadro A.II.5.4.

BALANÇA DE PAGAMENTOS, 2002 - 2007

Em milhões de USD

	2002	2003	2004	2005	2006	2006	2007
				Est.	Proj.	Est.	Proj.
1. Balança Corrente	-13.2	-13.5	-14.8	-22.0	-46.0	-56.6	-58.4
<i>Idem, excluindo transferências oficiais</i>	<i>-28.9</i>	<i>-33.6</i>	<i>-37.8</i>	<i>-44.7</i>	<i>-68.4</i>	<i>-80.2</i>	<i>-79.1</i>
Balança comercial	-23.5	-27.0	-32.4	-38.2	-56.0	-66.7	-66.6
Exportações (f.o.b.)	5.0	6.6	3.6	3.4	3.2	3.8	4.5
das quais: Cacau	4.6	6.1	3.2	3.0	3.0	2.5	2.9
Importações (f.o.b.)	-28.5	-33.6	-36.0	-41.6	-59.2	-70.5	-71.1
das quais: Bens alimentares	-9.2	-12.0	-12.2	-14.8	-16.4	-17.0	-19.6
Bens de investimento	-13.6	-13.4	-11.6	-12.7	-16.1	...	...
Combustíveis	-4.3	-4.7	-7.8	-9.8	-11.9	-15.0	-15.0
Sector petrolífero	0.0	0.0	0.0	0.0	-10.4	...	...
Balança de serviços e rendimentos	-6.2	-8.4	-7.5	-8.0	-14.0	-15.1	-14.2
Balança de serviços	-3.4	-5.6	-4.4	-5.0	-11.5	-12.0	-12.3
Exportações de serviços	14.5	14.1	16.6	17.7	19.3	19.8	20.0
das quais: Turismo	10.4	10.6	12.8	13.6	14.4	13.8	14.7
Importações de serviços	-17.9	-19.7	-21.0	-22.7	-30.8	-31.8	-32.3
das quais: Fretes e seguros	-6.1	-8.4	-9.0	-10.4	-12.2	...	...
Assistência técnica	-7.5	-6.0	-6.7	-6.6	-5.6	...	...
Sector petrolífero	0.0	0.0	0.0	0.0	-4.4	...	...
Balança de rendimentos (líquida)	-2.8	-2.8	-3.1	-3.0	-2.5	-3.1	-1.9
dos quais: Juros da dívida	-2.8	-2.8	-3.1	-3.2	-3.3	-3.8	-2.1
Conta Nacional do Petróleo	0.0	0.0	0.0	0.2	0.8	0.8	0.1
Transferências unilaterais	16.5	21.9	25.1	24.2	24.0	25.2	22.4
Transferências privadas (líq.)	0.8	1.8	2.1	1.5	1.6	1.6	1.7
Transferências oficiais (líq.)	15.7	20.1	23.0	22.7	22.4	23.6	20.7
das quais: Projectos de invest. público	12.1	15.2	14.9	15.5	14.2	15.9	16.1
2. Balança de Capital e Operações Financeiras	10.6	15.4	3.8	54.6	57.3	45.4	59.9
Capitais de médio / longo prazo (líq.)	-1.0	0.8	4.7	26.6	51.9	22.8	28.8
dos quais: Transferências de capital ¹	0.0	0.0	0.0	0.0	2.3	0.0	162.7
Investim. directo estrang. (líq.)	3.6	3.4	3.5	5.2	26.5	29.4	28.4
Bónus assinat. contr. petrolíferos	0.0	0.0	0.0	49.2	28.6	0.0	28.6
Amortizações da dívida ¹	-6.5	-7.6	-7.5	-8.9	-9.6	-7.4	-176.4
Capitais de curto prazo (inclui erros e omissões)	11.6	14.6	-0.9	28.0	5.4	22.6	31.1
3. Balança Global (1+2)	-2.6	1.9	-11.0	32.6	11.3	-11.2	1.5
4. Financiamento	2.5	-1.9	11.0	-32.6	-11.3	11.2	-1.5
Variação de reservas internac. líquidas [aumento: -]	-2.4	-5.9	6.0	-8.7	-0.6	-6.6	2.7
Uso de recursos do FMI - incl. PRGF (líq.)	0.0	0.0	0.0	0.5	-1.0	1.2	-0.2
Conta Nacional do Petróleo [aumento: -]	0.0	0.0	0.0	-23.3	-13.8	14.9	-5.7
Atrasados méd./longo prazo (líq.) [redução: -]	4.9	4.0	5.0	-14.6	-6.5	1.7	-10.2
Alívio de dívida (HIPC bilateral)	...	0.0	0.0	0.2	4.6	0.0	1.7
Financiamento excepcional	...	0.0	0.0	0.0	0.3	0.0	0.0
Reescalamento de atrasados	...	0.0	0.0	13.3	5.7	0.0	10.2
<i>Por memória:</i>							
Saldo da Balança Corrente em % do PIB	-14.7	-14.3	-13.6	-18.7	-38.3	-46.2	-41.1

Fontes: Banco Central de São Tomé e Príncipe e Fundo Monetário Internacional

¹ Inclui alívio da dívida, ao abrigo da Iniciativa HIPC e da MDRI, em 2007.

Quadro A.II.5.5.

DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DAS EXPORTAÇÕES, 1998 - 2006

Em percentagem do total

	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	1998 a 2006
								Est.	Est.	Est.
Angola	2.1	1.8	11.8	0.5	2.1	1.7	1.8	4.1	1.1	2.6
Bélgica	6.3	1.0	7.0	9.7	13.1	15.1	9.5	11.0	14.3	10.2
Holanda	61.1	87.6	62.9	58.1	60.0	40.7	51.7	39.1	27.1	53.5
Portugal	27.4	8.7	4.6	12.7	19.6	33.5	25.5	38.0	33.3	23.9
Outros	3.1	0.9	13.7	19.0	5.2	9.0	11.5	7.7	24.2	9.8
Exportações totais	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0

Fonte: Banco Central de São Tomé e Príncipe, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal.

Quadro A.II.5.6.

DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DAS IMPORTAÇÕES, 1998 - 2006

Em percentagem do total

	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	1998 a 2006
								Est.	Est.	Est.
Angola	13.3	7.6	9.0	15.6	11.2	10.3	16.0	20.3	18.3	14.7
Bélgica	8.6	7.2	7.2	11.0	14.8	11.9	8.8	6.1	4.6	8.4
China ¹	...	...	...	0.1	0.0	0.7	0.1	0.2	0.3	0.2
França	0.0	3.4	7.9	6.2	0.8	3.1	0.5	0.3	1.1	2.2
Gabão	2.9	1.9	3.2	4.2	3.0	3.1	1.4	0.6	3.5	2.6
Holanda	4.8	0.4	1.4	0.9	5.7	0.5	1.0	0.3	0.8	1.4
Japão	10.5	48.5	10.1	6.8	7.0	3.4	6.0	7.4	0.7	8.3
Portugal	48.1	26.1	50.0	47.8	54.6	62.3	60.4	57.1	63.6	55.4
Outros	11.9	4.9	11.2	7.5	2.9	4.7	5.8	7.7	7.1	6.8
Importações totais	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0

Fonte: Banco Central de São Tomé e Príncipe, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal.

¹ Última coluna (média) relativa ao período 2001 a 2006.

Quadro A.II.5.7.

DÍVIDA EXTERNA, 2002 - 2007

Em milhões de USD

	2002	2003	2004	2005 Est.	2006 Est.	2007 Proj.
Dívida Externa de médio e longo prazo ¹	299.0	311.0	322.2	324.6	...	...
da qual: em atraso	49.2	53.1	58.1	43.5	...	...
Dívida para com credores multilaterais	178.2	189.5	201.6	200.2	...	...
da qual: em atraso	0.0	0.0	0.0	0.0	...	...
Banco Mundial	66.9	70.8	76.3	72.1	...	...
Grupo Banco Africano de Desenvolv. ²	90.3	94.6	100.5	99.8	...	...
BADEA	8.6	11.8	11.2	10.6	...	...
Outros	12.4	12.3	13.6	17.7	...	...
Dívida para com credores bilaterais oficiais	120.8	121.5	120.6	124.4	...	...
da qual: em atraso	49.2	53.1	58.1	43.5	...	...
Alemanha	13.3	13.3	13.3	5.1	...	...
Angola	21.4	21.4	21.4	22.3	...	...
França	5.4	6.0	6.1	7.1	...	...
Portugal	26.8	24.9	23.0	34.0	...	...
Rússia	10.9	10.9	10.9	3.4	...	...
Outros	43.0	45.0	45.9	52.5	...	...
Dívida Externa de curto prazo ³	5.0	10.0	16.0	16.0	...	...
para com: Nigéria	5.0	10.0	15.0	15.0	...	...
Angola	0.0	0.0	1.0	1.0	...	...
Dívida Externa total	304.0	321.0	338.2	340.6	359.5	105.9
da qual: atrasados	49.2	53.1	58.1	43.5	...	0.0
Serviço da dívida de médio e longo prazo	9.3	10.4	10.6	12.1	11.2	178.5
Juros	2.8	2.8	3.1	3.2	3.8	2.1
Amortização	6.5	7.6	7.5	8.9	7.4	176.4
"Cash settlements" ⁵	0.0	0.0	0.0	14.6	0.0	0.0
<i>(em percentagem da exportação de bens e serviços não-factoriais)</i>						
Serviço da dívida externa						
Antes do alívio da dívida	47.8	50.2	52.5	57.3	47.5	728.6
Depois do alívio da dívida	9.0	10.5	11.6	14.5	24.6	5.9
<i>(em percentagem do PIB)</i>						
Dívida Externa total (valor nominal)	336.9	340.2	311.6	289.2	293.2	74.6
Dívida Externa total (VLA)				167.2	171.2	16.7

Fontes: Banco Central de São Tomé e Príncipe, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal.

¹ Dívida com maturidade superior a 1 ano.² Inclui o Fundo para o Desenvolvimento Africano.³ Dívida com maturidade inferior a 1 ano.⁴ Reescalamento de dívida corrente e de atrasados, refinanciamento e perdão de dívida (incluindo alívio intercalar no quadro da Iniciativa HIPC).⁵ Incluindo redução de atrasados.

Quadro A.II.5.8.

OPERAÇÕES FINANCEIRAS DO ESTADO, 2002 - 2007

Em percentagem do PIB

	2002	2003	2004	2005	2006 Orç.	2006 Est.	2007 Orç.
1. Receitas Totais (incluindo donativos)	30.0	36.4	35.5	78.6	66.1	37.4	169.3
Receitas correntes	13.8	16.1	16.6	16.7	20.4	21.2	19.4
Receitas tributárias	11.6	12.9	13.7	14.5	17.2	17.5	16.2
Receitas não - tributárias	2.2	3.1	2.9	2.2	3.2	3.7	3.3
Donativos	16.1	20.4	18.8	16.5	20.2	16.1	129.9
Donativos para projectos	13.4	16.1	13.6	12.3	12.4	12.9	11.2
Donativos não afectos a projectos	0.1	0.3	1.9	1.4	1.5	0.1	1.1
Donativos associados a iniciativas de alívio da dívida	2.7	4.0	3.4	2.8	6.4	3.1	117.6
dos quais: Iniciativa HIPC	2.7	4.0	3.4	2.8	3.5	3.1	0.0
MDRI	0.0	0.0	0.0	...	2.2	0.0	117.6
Bonus de assinatura de contratos petrolíferos	0.0	0.0	0.0	45.3	25.5	0.0	19.9
2. Despesas Totais	39.7	47.1	51.0	42.7	49.5	51.3	42.2
Despesas correntes	19.1	20.8	27.2	25.4	27.9	28.9	23.8
Despesas com o pessoal	5.3	6.2	7.0	8.3	8.7	8.7	8.2
Bens e serviços	3.3	5.0	8.9	5.3	5.6	6.0	5.1
Transferências	5.0	4.1	6.1	6.7	7.3	7.1	6.5
Juros da dívida pública							
Externa	3.2	3.0	2.8	2.6	2.8	3.4	1.7
Interna	...	...	0.0	0.1	0.2	0.3	0.1
Outras despesas	2.4	2.5	2.3	2.3	3.2	3.4	2.1
Despesas de investimento	17.1	22.4	21.9	15.0	17.9	20.1	14.3
Com financiamento interno	1.5	4.3	4.7	1.7	1.7	3.3	1.7
Com financiamento externo	15.6	18.1	17.2	13.4	16.2	16.8	12.6
Despesas sociais relacionadas com a Iniciativa HIPC	2.7	3.8	2.8	2.3	3.8	2.3	4.1
Despesas c/ reestruturação da administração pública	0.8	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
Empréstimos Líquidos	0.0	0.0	-0.8	0.0	0.0	0.0	0.0
3. Saldo Global (base de compromissos) [1-2]	-9.8	-10.7	-15.6	35.9	16.6	-14.0	127.1
4. Variação de Atrasados [redução: -]	6.0	3.2	3.8	-10.8	-2.7	1.4	0.0
Variação de atrasados externos (juros)	1.8	1.1	1.3	-4.2	-1.9	1.4	0.0
Variação de atrasados internos	4.1	2.1	2.5	-6.6	-0.8	0.0	0.0
5. Erros e Omissões	0.0	0.0	0.0	-0.1	0.0	0.0	0.0
6. Saldo Global (base de caixa) [3+4+5]	-3.8	-7.4	-11.8	25.0	14.0	-12.6	127.1
7. Financiamento	3.8	7.4	11.8	-25.0	-14.0	12.6	-127.1
Financiamento interno	-0.2	1.8	2.5	-22.1	-15.0	10.6	-3.9
Crédito bancário (líquido)	0.0	3.4	1.5	-1.1	-3.0	-1.5	0.2
Financiamento não bancário	-0.2	-1.6	1.0	0.2	0.0	0.0	0.0
Conta Nacional do Petróleo	0.0	0.0	0.0	-21.2	-11.9	12.1	-4.1
Financiamento externo	0.4	2.8	6.0	-6.5	-3.7	2.0	-124.4
Desembolsos (projectos)	2.2	2.0	3.6	1.0	3.8	6.5	1.4
Financiamento de programas (empréstimos)	0.0	3.5	4.7	0.0	0.9	1.6	1.1
Empréstimos de curto prazo	5.5	5.3	4.6	0.0	0.0	0.0	-10.3
Amortização da dívida (médio e longo prazo)	-7.2	-8.0	-6.8	-7.5	-8.4	-6.0	-116.6
Variação de atrasados (capital)	3.6	2.8	3.2	-8.2	-4.1	0.0	-7.2
Rescalonamento bilateral	0.0	0.0	0.0	11.9	8.7	0.0	8.5
<i>Por memória:</i>							
Saldo global sem Donativos	-25.9	-31.0	-34.4	19.4	-3.6	-30.1	-2.9
Saldo primário interno	...	...	...	-10.3	-9.8	-8.6	-7.0

Fontes: Banco Central de São Tomé e Príncipe, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal.

¹ Exclui receitas petrolíferas, donativos, juros recebidos, juros a pagar e despesas de investimento com financiamento externo.

Quadro A.II.5.9.

SÍNTESE MONETÁRIA, 2002 - 2007

Em milhares de milhões de Dobras

	2002	2003	2004	2005	2006 Proj.	2006 Est.	2007 Proj.
Activos Líquidos sobre o Exterior	264.8	324.7	297.8	825.0	1234.0	860.0	899.2
Banco Central	194.3	235.1	189.3	597.9	947.7	619.6	683.0
Reservas Internacionais líquidas	159.5	215.0	169.2	577.0	849.1	528.7	631.5
Reservas brutas	159.5	240.6	197.1	595.2	862.5	557.2	663.5
das quais: Conta Nacional do Petróleo	0.0	0.0	0.0	276.1	498.5	111.1	210.1
Responsabilidades de curto prazo	0.0	-25.6	-27.9	-18.2	-13.4	-28.5	-32.0
Outros activos externos (líquidos)	34.8	20.1	20.1	20.9	98.6	90.9	51.5
Bancos Comerciais	70.5	89.6	108.5	227.1	286.3	240.4	216.2
Activos Internos (líquidos)	-70.1	-48.5	-1.3	-392.5	-716.5	-257.5	-198.1
Crédito Interno (líquido)	31.1	101.0	212.5	-14.9	-213.8	238.2	215.9
Crédito líquido ao SPA	-10.5	19.2	35.7	-254.4	-520.6	-115.3	-158.2
Crédito concedido (bruto)	59.2	63.1	83.6	87.8	88.6	105.6	108.9
Depósitos do SPA	-69.7	-43.9	-47.9	-342.2	-609.2	-220.9	-267.1
Depósitos orçamentais	-8.1	-18.5	-19.2	-22.0	-58.9	-40.9	-16.4
Fundos de contrapartida	-14.5	-13.6	-18.4	-22.6	-22.6	-22.6	-22.6
Outros depósitos públicos	-47.1	-11.8	-10.3	-297.6	-527.7	-157.4	-228.1
dos quais: Conta Nac. do Petróleo	0.0	0.0	0.0	-276.1	-498.5	-111.1	-210.1
Crédito à economia	41.6	81.8	176.8	239.5	306.8	353.5	374.1
Outros Activos Internos (líquidos)	-101.2	-149.5	-213.8	-377.6	-502.7	-495.7	-414.0
Massa Monetária (M3)	194.7	276.2	296.5	432.5	517.5	602.5	701.1
Massa Monetária em moeda nacional	116.2	158.3	175.8	198.5	223.2	253.3	296.4
Moeda (M1)	104.0	147.1	159.3	180.3	203.0	225.5	267.7
Circulação monetária	39.4	56.4	60.0	72.5	83.7	92.3	110.0
Depósitos à ordem em moeda nacional	64.6	90.7	99.3	107.8	119.3	133.2	157.7
Depósitos a prazo em moeda nacional	12.2	11.2	16.5	18.2	20.2	27.8	28.7
Depósitos em moeda estrangeira	78.5	117.9	120.7	234.0	294.3	349.2	404.7

Fontes: Banco Central de São Tomé e Príncipe, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal.

Quadro A.II.5.10.

TAXAS DE JURO, 2002 - 2007

Taxas anuais

	2002 Dez	2003 Dez	2004 Dez	2005 Dez	2006 Dez	2007 Jun
Taxa dos depósitos a 1 ano (em %, no final do período)	15.0	10.3	10.3	12.8	11.3	13.2
Taxa do crédito a 1 ano (em %, no final do período)	36.0	30.5	30.5	32.5	28.7	32.1
Taxa de referência do BCSTP (em %, no final do período)	15.5	14.5	14.5	18.2	28.0	28.0
Por memória:						
Inflação (t. v. homóloga anual)	8.9	10.3	16.3	17.2	24.7	13.6

Fontes: Banco Central de São Tomé e Príncipe e Fundo Monetário Internacional.

Quadro A.II.5.11.

TAXAS DE CÂMBIO, 1994 - 2007

Taxas médias do período

		Dobra / Euro		Dobra / USD		ITCE ^{1,2}	
		Tx. Câmbio	Var. anual	Tx. Câmbio	Var. anual	Nominal	Real
1994		...	...	733	70.4	...	...
1995		...	...	1 420	93.9	...	...
1996		...	...	2 203	55.1	...	...
1997		...	...	4 553	106.6	...	...
1998		...	...	6 886	51.3	...	...
1999		7 650	...	7 125	3.5	143.7	117.9
2000		7 367	-3.7	7 978	12.0	262.3	129.0
2001		7 901	7.2	8 842	10.8	426.3	123.4
2002		8 586	8.7	9 088	2.8	735.5	122.0
2003		10 568	23.1	9 348	2.9	1 154.1	106.7
2004		12 306	16.5	9 902	5.9	1 206.2	99.1
2005		13 070	6.2	10 519	6.2	1 188.0	104.0
2006		15 630	19.6	12 445	18.3	925.4	102.5
2004	Janeiro	11 974	22.9	9 483	3.2	1 202.8	97.1
	Fevereiro	12 027	21.2	9 508	3.2	1 204.5	99.8
	Março	11 806	17.9	9 637	3.9	1 193.4	102.7
	Abril	11 692	15.9	9 734	4.6	1 199.5	103.5
	Maio	11 852	10.3	9 876	6.1	1 193.1	101.6
	Junho	12 102	11.1	9 966	7.0	1 197.8	99.8
	Julho	12 304	15.6	10 032	7.5	1 218.3	99.0
	Agosto	12 292	17.4	10 102	7.6	1 199.5	99.2
	Setembro	12 382	17.3	10 145	7.4	1 208.8	99.2
	Outubro	12 623	14.6	10 144	7.6	1 224.4	98.6
	Novembro	13 076	17.8	10 090	6.2	1 226.6	96.2
	Dezembro	13 543	16.7	10 112	6.8	1 205.6	93.1
2005	Janeiro	13 268	10.8	10 117	6.7	1 219.9	95.4
	Fevereiro	13 177	9.6	10 123	6.5	1 225.6	99.0
	Março	13 344	13.0	10 118	5.0	1 225.2	100.6
	Abril	13 108	12.1	10 132	4.1	1 228.1	104.7
	Maio	12 866	8.6	10 137	2.6	1 248.5	106.8
	Junho	12 380	2.3	10 177	2.1	1 249.7	110.4
	Julho	12 260	-0.4	10 186	1.5	1 250.1	111.4
	Agosto	12 523	1.9	10 188	0.9	1 248.6	109.3
	Setembro	12 579	1.6	10 265	1.2	1 239.6	109.3
	Outubro	13 446	6.5	11 192	10.3	1 135.3	103.0
	Novembro	13 752	5.2	11 670	15.7	1 012.3	100.2
	Dezembro	14 136	4.4	11 924	17.9	972.5	98.3
2006	Janeiro	14 688	10.7	12 137	20.0	951.7	97.6
	Fevereiro	14 488	9.9	12 133	19.9	950.7	101.8
	Março	14 454	8.3	12 033	18.9	958.2	105.6
	Abril	14 488	10.5	11 844	16.9	972.8	110.4
	Maio	15 554	20.9	12 195	20.3	942.9	103.4
	Junho	15 743	27.2	12 441	22.2	924.6	102.7
	Julho	15 969	30.2	12 595	23.6	913.2	102.3
	Agosto	16 149	28.9	12 609	23.8	911.8	102.1
	Setembro	16 103	28.0	12 646	23.2	909.4	102.4
	Outubro	16 063	19.5	12 739	13.8	903.1	103.1
	Novembro	16 721	21.6	13 008	11.5	883.5	99.8
	Dezembro	17 139	21.2	12 969	8.8	883.2	98.8
2007	Janeiro	17 022	15.9	13 094	7.9	876.4	101.4
	Fevereiro	17 258	19.1	13 217	8.9	865.8	100.6
	Março	17 595	21.7	13 292	10.5	859.4	99.1
	Abril	17 947	23.9	13 305	12.3	856.6	97.5
	Maio	18 234	17.2	13 489	10.6	800.1	96.2
	Junho	18 110	15.0	13 489	8.4	795.8	...

Fontes: Banco Central de São Tomé e Príncipe, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal.

¹ Índice da taxa de câmbio efectiva, com base nas taxas oficiais praticadas para as moedas dos quatro principais parceiros comerciais santomenses.² Um aumento/diminuição do ITCE (nominal ou real) corresponde a uma apreciação/depreciação da Dobra. Base 100: Janeiro de 1999.



TIMOR-LESTE

Área: 14 600 Km²

Capital: Dili

População: 1063 milhares (2005)

Moeda: USD

II.6.1. Síntese

A normalização gradual das condições socio-políticas, permitindo uma ultrapassagem definitiva da fase de violência armada, é seguramente uma condição indispensável para que Timor-Leste possa tirar pleno partido da excepcional oportunidade de desenvolvimento proporcionada pela conjuntura actual do sector petrolífero. Ficou, de facto, bem evidente em 2006 a importância das condições de enquadramento, como se pode constatar pelo impacto decorrente da instabilidade — intermitente mas, ainda assim, fortemente penalizadora — que se seguiu aos distúrbios armados desencadeados em Abril desse ano.

Além do sofrimento directamente causado às populações, a instabilidade socio-política terá também provocado perturbações, mais ou menos profundas e generalizadas, ao normal exercício das actividades produtivas e ao regular funcionamento da administração pública, em especial na região da capital. Tais factores repercutiram-se, por seu turno, em fenómenos como a intensificação da cadência inflacionária, associada a constrangimentos esporádicos do lado da oferta, ou a retracção da actividade económica, contrariando a recuperação dos anos precedentes — que se admite, todavia, poder agora conhecer um forte impulso, reflectindo sobretudo a esperada intensificação do investimento público e o reforço da presença internacional (cf. Quadro II.6.1).

Quadro II.6.1.

PRINCIPAIS INDICADORES ECONÓMICOS (2003 – 2007)

	2003	2004	2005	2006 Est.	2007 Proj.
PIB real não-petrolífero (t.v.a.)	-6.2	0.3	2.3	-1.6	32.1
Inflação (t.v.a. média)	7.2	3.2	1.8	4.1	...
Massa monetária (t.v.a.)	32.4	14.8	17.1	17.1	28.0
Balança corrente (% PIB n.p.)	-25.6	30.1	83.2	115.3	139.6
Receitas petrolíferas (% PIB n.p.) ¹	12.3	77.2	127.9	161.1	192.2
Saldo orçamental (% PIB n.p.) ¹	10.9	77.0	111.1	132.4	158.6
Dívida pública (USD)	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0

Fontes: MPF de Timor-Leste, ABP, FMI e cálculos do Banco de Portugal

¹ Ano fiscal (Julho_t a Junho_{t+1}); saldo em base de caixa.

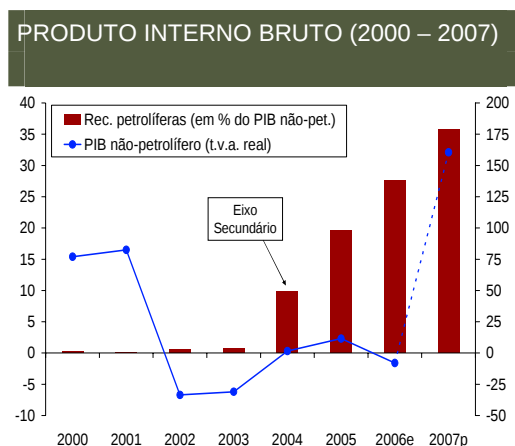
O período difícil atravessado pela sociedade timorense coincidiu, porém, com uma evolução muito favorável da actividade petrolífera, sector de enclave por excelência (totalmente *off-shore*), cujas receitas, em crescimento acelerado desde 2004, têm exercido uma influência determinante sobre os principais equilíbrios macroeconómicos — definindo assim o que se pode sinteticamente caracterizar como uma situação de “excedentes gémeos” (orçamental e externo, cf. Quadro II.6.1). Encarado pelas autoridades timorenses como alavanca privilegiada para contrariar a persistência de estruturas produtivas incipientes e de carências sociais agudas, o sector petrolífero encontra-se enquadrado, desde meados de 2005, por uma estratégia inspirada nas melhores práticas internacionais — que não foi posta em causa mesmo nos períodos de instabilidade mais intensa.

II.6.2. Procura, Produção e Preços

As perturbações socio-políticas desencadeadas em Abril do ano passado terão sido decisivas para a quebra da produção não-petrolífera que se admite ter ocorrido em 2006: -1.6%, de acordo com as estimativas disponíveis (cuja eventual rectificação será mais provavelmente em baixa). Foi assim contrariada a tendência de recuperação observada nos dois anos precedentes, que então

traduzia um esbatimento do efeito negativo anteriormente provocado pela desmobilização gradual da missão coordenada pela ONU. O impacto da referida instabilidade terá, aliás, afectado sobretudo alguns dos sectores que se vinham revelando relativamente mais dinâmicos, com destaque para a agricultura comercial, a construção e diversas actividades de serviços.

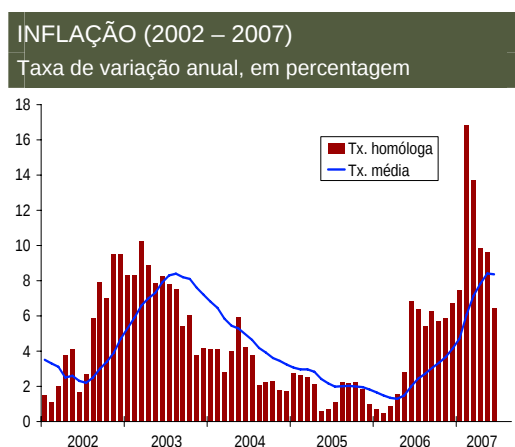
Gráfico II.6.1.



Fonte: Min. do Plano e Finanças de Timor-Leste e FMI.

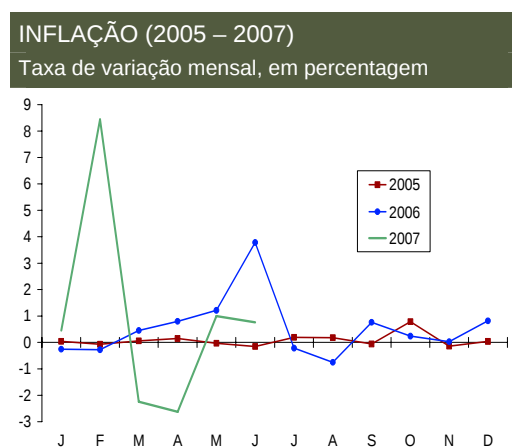
Admite-se agora, porém, que tenha lugar em 2007 uma retoma robusta da actividade económica, com a previsão para o crescimento real do PIB não-petrolífero cifrada em 32.1% (cf. Gráfico II.6.1). Tal cenário está, todavia, condicionado à preservação da estabilidade socio-política, além de depender largamente do efeito induzido pelo actual reforço da presença internacional, por um lado, e da projectada melhoria na capacidade de execução do investimento público, por outro. A disponibilidade de recursos para sustentar este último processo não será certamente um obstáculo, dada a continuação do forte afluxo de receitas petrolíferas, cujo montante ultrapassou em 2006 o valor do PIB não-petrolífero e poderá ascender a quase 180% deste último no ano em curso (quando não ia além de 3.9% do mesmo ainda em 2003) – cf. Gráfico II.6.1.

Gráfico II.6.2.



Fontes: Min. do Plano e Finanças de Timor-Leste e FMI.

Gráfico II.6.3.



Também na esfera dos preços se fez sentir de forma significativa o impacto da instabilidade socio-política, traduzido em episódios esporádicos de constrangimento ou ruptura do lado da oferta (incluindo o aumento dos custos de transporte, directamente associado à insegurança). Daí resul-

taria a inversão da tendência para o abrandamento da cadência inflacionária que se vinha registando desde meados de 2003: quedas mensais consecutivas da taxa de inflação média anual até um mínimo de 1.3%, observado precisamente em Abril de 2006 (cf. Gráfico II.6.2).

Diversas variações mensais acentuadas ao longo dos meses seguintes (cf. Gráfico II.6.3) levariam a inflação média até aos 8.4% apurados em Maio e Junho de 2007, igualando assim o máximo pós-independência registado em Agosto de 2003. A evolução relativamente moderada dos meses mais recentes veio, porém, reforçar a credibilidade da meta estipulada para o final do ano: uma taxa de inflação homóloga anual não superior a 5% — ainda assim de difícil concretização, pois embora esta última tenha caído para 6.4% em Junho findo (depois de ter chegado aos 16.9% em Fevereiro), a variação do IPC acumulada desde o início do ano ascendia já, nessa altura, a 5.5%.

II.6.3. Contas Externas

O perfil da balança de pagamentos timorense tem sido essencialmente determinado, desde 2004, pela influência cada vez mais vincada do sector petrolífero. Contabilizado na esfera das transferências (impostos) e dos rendimentos (*royalties* e juros), o volumoso e crescente afluxo de receitas petrolíferas domina claramente as restantes componentes das contas externas. Foi assim possível apurar em 2006 um saldo corrente largamente positivo, pelo terceiro ano consecutivo, e um excedente global de dimensão ainda mais extraordinária (135.3% do PIB não-petrolífero), que se traduziu na acumulação de reservas — cf. Quadro II.6.2.

Quadro II.6.2.

BALANÇA DE PAGAMENTOS (2003 – 2007)					
Em percentagem do PIB não-petrolífero					
	2003	2004	2005	2006	2007
				Est.	Proj.
Balança corrente	-25.6	30.1	83.2	115.3	139.6
(excl. Assistência internacional)	-62.3	-4.7	54.6	92.3	124.9
Balança comercial	-55.7	-46.1	-36.8	-37.2	-44.4
Exportações	2.1	2.1	2.3	2.4	2.0
Importações	-57.8	-48.2	-39.2	-39.6	-46.5
Serviços	-11.0	-9.5	-7.7	-9.3	-10.1
Rendimentos	1.2	12.7	23.7	32.9	30.2
dos quais: Rend. petrolíferos	0.6	11.5	22.6	32.3	29.6
Transferências correntes	39.9	73.0	104.0	129.0	163.9
das quais: Transf. petrolíferas	3.3	38.1	75.5	105.9	149.3
Bal. de capital e financeira	30.7	5.3	14.0	19.9	-0.4
Balança global	5.1	35.4	97.2	135.3	139.1

Fontes: ABP e FMI.

Tal cenário deverá acentuar-se mais ainda no ano em curso, continuando a reflectir o impacto conjugado de dois factores: a alta sustentada dos preços internacionais do petróleo e a vigência do acordo assinado em 2002 com a Austrália para a partilha dos recursos existentes na chamada *Joint Petroleum Development Area* (90% dos quais revertem para Timor-Leste). As projecções actuais apontam para um prolongamento da tendência até 2008, altura em que as receitas petrolíferas anuais poderão rondar USD 1.1 mil milhões, estabilizando a esse nível nos anos imediatos (em contraste com os USD 492 milhões de 2006 e, sobretudo, os USD 13 milhões de 2003).

Importa, porém, sublinhar que tais valores poderão ser ainda rectificadas em alta, graças não só às boas indicações recentes relativas a áreas exclusivamente timorenses como também ao impacto

de um outro acordo com a Austrália, ratificado em Fevereiro findo. Este último refere-se à repartição, em partes iguais, dos recursos a extrair do campo *Greater Sunrise* (também *offshore*) — os quais estão estimados em USD 20 mil milhões (a estimativa anterior para a totalidade dos recursos petrolíferos timorenses, excluindo este novo campo, era de USD 15 mil milhões).

Gráfico II.6.4.

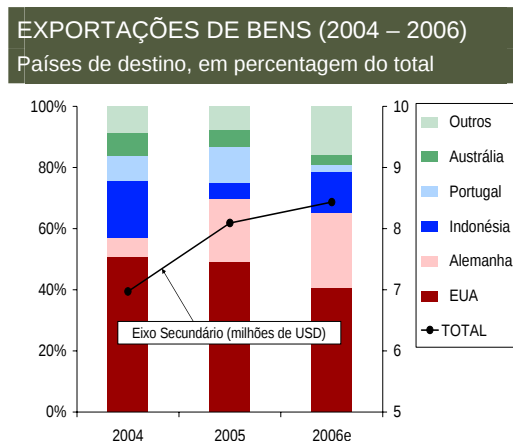
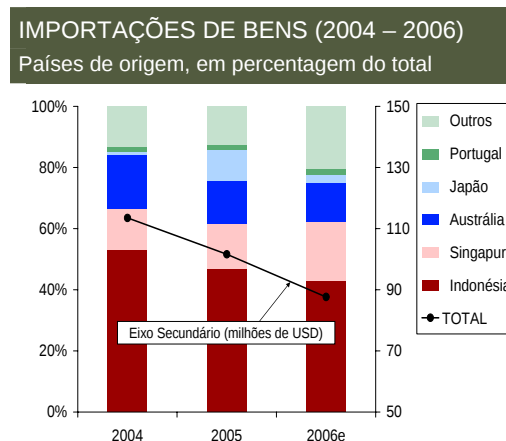


Gráfico II.6.5.



Fontes: ABP e Min. do Plano e Finanças de Timor-Leste.

Sustentáculo principal da balança de pagamentos timorense na fase anterior à emergência das receitas petrolíferas, a assistência internacional tem perdido importância desde 2003, não só em termos relativos como também absolutos. Equivalentes a mais de metade do PIB não-petrolífero ainda em 2002, as transferências oficiais (correntes e de capital) terão, de facto, ficado já pelos 35.4% em 2006, admitindo-se agora que caíam para 25.4% no ano em curso (não obstante uma estabilização em valor absoluto, associada ao reforço da presença internacional), reflectindo a forte retoma esperada por parte do PIB não-petrolífero.

Esse declínio da assistência internacional foi acompanhado por uma evolução simétrica das importações de mercadorias, dado o respectivo peso no contexto destas últimas — quase 80% do total em 2002, mas já pouco mais de metade em 2006 (ano em que as importações voltaram a aumentar ligeiramente). No que diz respeito aos países de origem, constata-se a manutenção da Indonésia como principal parceiro destacado, embora em queda relativa, tal como a Austrália — com a ascensão de novos fornecedores, em especial Singapura (cf. Gráfico II.6.5). Já do lado das exportações não-petrolíferas — relativamente diminutas e essencialmente compostas por café (cuja produção e escoamento foram, aliás, afectados pela instabilidade de 2006) — são os EUA que predominam, embora com importantes ganhos da Alemanha (cf. Gráfico II.6.4).

II.6.4. Finanças Públicas

Os saldos vincadamente positivos que têm estado patentes na esfera das contas externas, em consequência da expansão acelerada que as receitas petrolíferas vêm evidenciando, reflectem-se, ao nível das contas públicas, no apuramento de excedentes com dimensão comparável, induzidos pelo mesmo factor — daí falar-se em “excedentes gémeos”. É o que se constata, em particular, no tocante ao exercício orçamental de 2005/06 (recorde-se que o ano fiscal timorense começa em Julho), para o qual foi estimado um saldo positivo equivalente a 111.1% do PIB não-petrolífero (cf. Quadro II.6.3).

Constituídas em aproximadamente 4/5 por impostos sobre a produção de petróleo e gás (o remanescente, que tende a ganhar peso relativo, corresponde a *royalties* e juros), as receitas petrolíferas terão efectivamente assumido, pelo segundo exercício consecutivo, um peso preponderante no contexto orçamental — cabendo-lhes cerca de 93% das receitas totais em 2005/06, ou seja o equivalente a 127.9% do PIB não-petrolífero (cf. Quadro II.6.3 e Gráfico II.6.6).

Quadro II.6.3.

FINANÇAS PÚBLICAS (2003 – 2007)					
Em percentagem do PIB não-petrolífero					
Ano fiscal:	03/04	04/05	05/06	06/07	06/07
			Est.	Orç.	Proj.
Receitas totais	31.3	97.8	137.4	172.6	172.4
Rec. internas	8.7	10.7	9.5	9.2	9.0
Rec. petrolíferas	12.3	77.2	127.9	161.0	161.1
Donativos	10.3	9.9	0.0	2.4	2.4
Despesas totais	20.4	20.7	26.3	72.8	40.1
Desp. correntes	15.8	16.4	18.8	40.5	33.2
Desp. de investimento	0.7	0.8	4.4	32.3	6.8
Saldo Global (base caixa)	10.9	77.0	111.1	99.8	132.4

Fontes: Min. do Plano e Finanças de Timor-Leste e FMI.

A gestão deste excepcional afluxo de recursos, que permite às autoridades timorenses a opção pelo endividamento nulo, subordina-se à estratégia das mesmas para o sector petrolífero, aprovada em meados de 2005 e reconhecidamente inspirada nas melhores práticas internacionais. Orientando-se para a equidade inter-geracional e a preservação da estabilidade macroeconómica, a referida estratégia — que permaneceu em vigor mesmo durante os momentos mais conturbados da recente fase de instabilidade — está assente em dois pilares principais: um Fundo Petrolífero e uma regra de sustentabilidade orçamental.

Gráfico II.6.6.

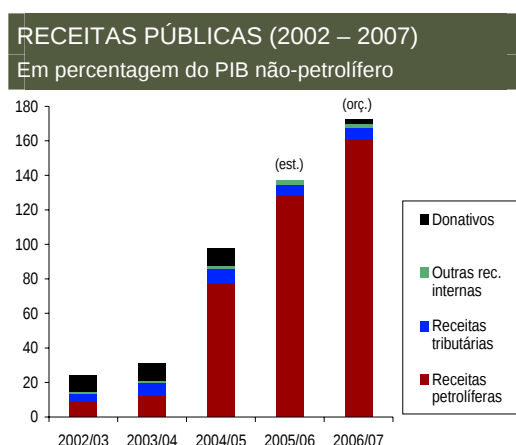
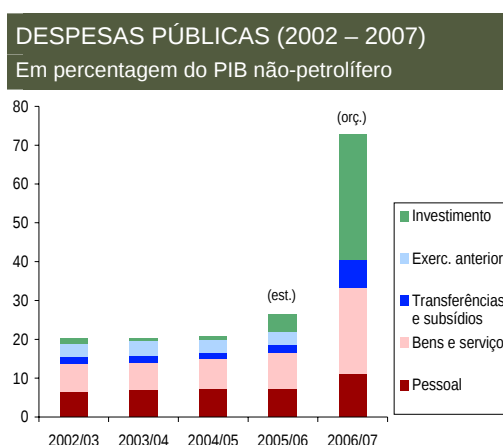


Gráfico II.6.7.



Fontes: Min. do Plano e Finanças de Timor-Leste e FMI.

O primeiro, constituído no exterior para minimizar riscos e pressões cambiais, centraliza a totalidade das receitas petrolíferas (um montante acumulado de USD 1.22 mil milhões em Março de 2007), que gere de acordo com critérios estritos de transparência e rigor. Quanto à regra de sustentabilidade, estipula que as despesas públicas anuais não podem ir além de um certo patamar, considerado sustentável — que se define como a soma das receitas internas não-petrolíferas com o

valor estimado (e periodicamente revisto) do rendimento permanente obtido com a aplicação dos recursos depositados no Fundo Petrolífero.

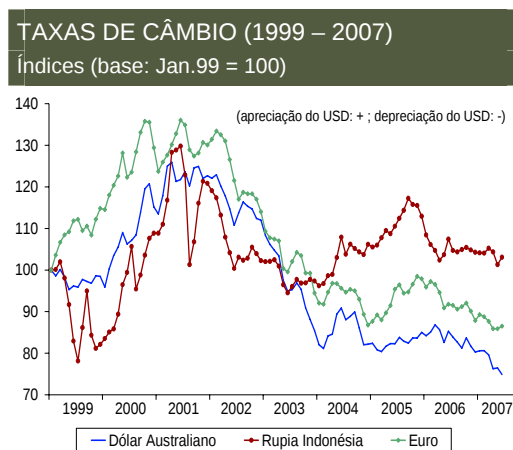
A aplicação desta regra confere à política orçamental uma margem de manobra bastante alargada, nas circunstâncias actuais. De facto, o “patamar sustentável” calculado para as despesas públicas em 2005/06 correspondia a 86% do PIB não-petrolífero, quando as despesas efectivamente concretizadas acabaram por não ir além de 26.3% do mesmo — ainda assim em alta significativa face aos cerca de 20% dos dois exercícios precedentes (cf. Gráfico II.6.7).

O incremento das despesas tem sido, de facto, uma prioridade para as autoridades timorenses — nomeadamente as sociais e de investimento, como forma de combater a pobreza, por um lado, e criar infra-estruturas essenciais, por outro. Note-se, aliás, que o orçamento para 2006/07 reflecte já claramente essa orientação, ao prever um volume de despesas equivalente a 72.8% do PIB não-petrolífero (ainda aquém do “patamar sustentável”) — embora as projecções de execução existentes, à falta de estimativas actualizadas, apontem para valores em torno dos 40%.

II.6.5. Situação Monetária e Cambial

O principal elemento definidor da política monetária e cambial em Timor-Leste continua a ser o regime de dolarização adoptado, ou seja a escolha do USD como moeda oficial, abdicando de uma condução própria da referida política. As razões justificativas da opção timorense permanecem, aliás, essencialmente válidas: o regime funcionou como um factor determinante para a estabilidade nominal até às perturbações suscitadas (sobretudo do lado da oferta) pela instabilidade recente e a escassez de recursos humanos qualificados permanece significativa (tanto mais que há novas solicitações sobre os mesmos recursos, como a gestão do Fundo Petrolífero).

Gráfico II.6.8.



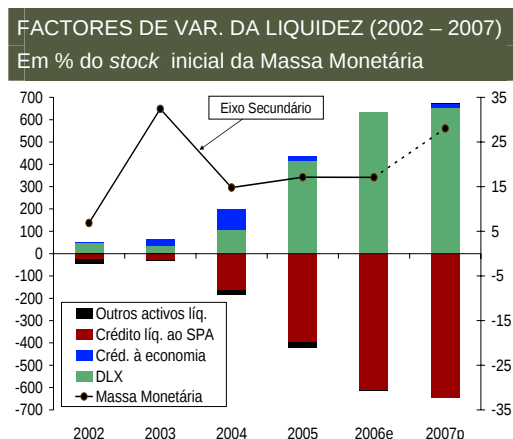
Fonte: Banco da Indonésia e Banco de Portugal.

A dolarização tem ainda contribuído para preservar a competitividade-preço da economia timorense ao longo dos últimos anos, como se pode constatar pela evolução das taxas de câmbio do USD relativamente às moedas dos principais parceiros de Timor-Leste — em especial desde finais de 2005 (cf. Gráfico II.6.8). Muito embora a aceleração recente da cadência inflacionária no país tenha certamente afectado a referida competitividade (que se afere em termos reais), a evolução das taxas de câmbio nominais foi, ainda assim, um elemento moderador importante.

Tais considerações de competitividade são especialmente relevantes numa perspectiva de médio prazo, em que a desejável diversificação produtiva da economia timorense poderá ter que fazer

face a efeitos do tipo *Dutch disease* (apreciação cambial induzida por um significativo afluxo de capitais associados a um sector particular da economia, que penaliza a competitividade dos restantes). Sendo o surgimento de tais efeitos sempre uma possibilidade em economias de base petrolífera, como é o caso de Timor-Leste, a estratégia das autoridades para o sector procura deliberadamente minimizá-los — em particular através da constituição do Fundo Petrolífero, cujos recursos só são canalizados para a economia interna de forma gradual e controlada.

Gráfico II.6.9.



Fonte: ABP e FMI.

À semelhança dos restantes domínios da conjuntura macroeconómica, também a situação monetária tem sido fortemente influenciada pelo impacto das receitas petrolíferas, patente na acumulação acelerada de DLX, por contrapartida de depósitos do sector público (cf. Gráfico II.6.9). Para além deste efeito, constata-se que a variação da massa monetária permaneceu em 2006 ao mesmo nível do ano precedente (17.1%) — entendendo-se aquele agregado como a soma dos depósitos à ordem e a prazo, dado não haver informação suficiente sobre a moeda em circulação.

As DLX dos bancos comerciais, por seu turno, registaram uma recuperação assinalável em 2006, fixando-se num patamar correspondente a mais que o triplo do observado no final do ano anterior. Tendo a captação de depósitos continuado a evoluir de forma propícia à desejável monetização e bancarização crescente da economia (os depósitos totais equivaliam já a 32% do PIB não-petrolífero no final de 2006, ou seja o dobro de quatro anos antes), o comportamento das referidas DLX terá essencialmente reflectido a retracção do crédito ao sector privado.

Este último registou, de facto, uma quebra de 3.6% em 2006, acentuando assim a desaceleração observada já no ano anterior (quando o referido agregado cresceu ainda 21%, contra 296% e 333% em 2004 e 2003, respectivamente). Esse comportamento do crédito ao sector privado terá traduzido um relativo esgotamento das possibilidades de absorção de capitais por parte da economia, sobretudo depois dos distúrbios de Abril do ano passado e em face de uma certa deterioração dos indicadores de qualidade do crédito. Este último fenómeno deve, porém, ser relativizado: o nível de provisões afigura-se adequado, a autoridade de supervisão está atenta à sua evolução e os bancos a operar na praça timorense são sucursais de bancos estrangeiros sólidos, cujas operações fora de Timor-Leste assumem dimensões muitas vezes superiores às locais.

Quadro A.II.6.1.

PRINCIPAIS INDICADORES ECONÓMICOS, 2002 - 2007

		2002	2003	2004	2005	2006 Est.	2007 Proj.
	UNIDADES						
PRODUTO E PREÇOS							
PIB nominal	milhões de USD	353	349	506	692	848	1375
PIB não-petrolífero							
Nominal	milhões de USD	344	336	339	350	356	493
Real	taxa de variação anual	-6.7	-6.2	0.3	2.3	-1.6	32.1
Inflação (IPC)	t. v. homóloga anual	9.5	4.2	1.8	1.0	6.7	5.0
	t. v. média anual	4.7	7.2	3.2	1.8	4.1	...
FINANÇAS PÚBLICAS ¹							
Receitas totais	% do PIB não-petrol.	23.9	31.3	97.8	137.4	172.4	201.8
Receitas internas	% do PIB não-petrol.	5.7	8.7	10.7	9.5	9.0	7.6
Receitas petrolíferas (petróleo e gás)	% do PIB não-petrol.	8.7	12.3	77.2	127.9	161.1	192.2
Donativos	% do PIB não-petrol.	9.6	10.3	9.9	0.0	2.4	2.0
Despesas totais (base caixa)	% do PIB não-petrol.	20.2	20.4	20.7	26.3	40.1	43.2
Despesas correntes	% do PIB não-petrol.	15.7	15.8	16.4	18.8	33.2	29.5
Despesas de investimento	% do PIB não-petrol.	1.4	0.7	0.8	4.4	6.8	13.7
Saldo orçamental (base caixa)	% do PIB não-petrol.	3.8	10.9	77.0	111.1	132.4	158.6
Saldo orçamental (base compromissos)	% do PIB não-petrol.	...	...	...	103.4	119.9	152.7
Dívida pública	% do PIB não-petrol.	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
Fundo Petrolífero ²	milhões de USD	...	...	...	...	1012	1662
	% do PIB não-petrol.	...	...	...	...	284.3	337.1
MOEDA E CRÉDITO							
Activos Externos líquidos (fim de período)	% PIB não petrol.	26.2	32.3	54.9	151.8	322.5	383.9
	taxa de variação anual	37.5	20.5	71.7	185.6	116.1	64.9
Activos internos líquidos (fim de período)	% PIB não petrol.	-10.3	-10.7	-30.4	-124.0	-290.5	-354.4
	taxa de variação anual	146.9	2.0	186.1	321.4	138.2	69.0
Massa Monetária (fim de período) ³	% PIB não petrol.	15.9	21.5	24.5	27.8	32.0	29.6
	taxa de variação anual	6.8	32.4	14.8	17.1	17.1	28.0
BALANÇA DE PAGAMENTOS							
Balança corrente, s/ assist. internacional	% do PIB não-petrol.	-71.3	-62.3	-4.7	54.6	92.3	124.9
Balança corrente, c/ assist. internacional	% do PIB não-petrol.	-37.5	-25.6	30.1	83.2	115.3	139.6
Balança Comercial	% do PIB não-petrol.	-61.7	-55.7	-46.1	-36.8	-37.2	-44.4
Exportações de mercadorias ⁴	% do PIB não-petrol.	1.7	2.1	2.1	2.3	2.4	2.0
	taxa de variação anual	50.0	16.7	-0.4	16.1	4.2	18.6
Importações de mercadorias ⁵	% do PIB não-petrol.	-63.4	-57.8	-48.2	-39.2	-39.6	-46.5
	taxa de variação anual	-16.8	-11.0	-16.0	-16.0	2.9	62.4
Balança Global	% do PIB não-petrol.	5.5	5.1	35.4	97.2	135.3	139.1

Fontes: ABP, Min. do Plano e Finanças de Timor-Leste, FMI e cálculos do Banco de Portugal.

¹ O exercício fiscal em Timor-Leste vai de Julho a Junho, pelo que o valor apresentado para um determinado ano civil se refere ao exercício fiscal terminado no ano civil seguinte. Os valores indicados como estimativas para 2006 referem-se a projecções relativas à execução de 2006/07.

² Saldo acumulado no final do ano civil respectivo.

³ Não inclui a moeda em circulação, dada a ausência de indicadores fiáveis sobre entradas e saídas de numerário, no contexto de dolarização.

⁴ As receitas de petróleo e gás não estão incluídas nas exportações, sendo registadas nas contas de rendimentos do exterior (*royalties*) e de transferências (impostos).

⁵ Em 2005 as importações incluem os bens transferidos pela UNMISSET no final do seu mandato, cujo valor estimado é de USD 12 milhões.

Quadro A.II.6.2.

PRODUTO INTERNO BRUTO, 2002 - 2007

Preços correntes, em milhões de USD

	2002	2003	2004	2005 Est.	2006 Est.	2007 Proj.
Agricultura, pescas e silvicultura	93.8	97.3	103.6	111.3	114.6	...
Agricultura tradicional	72.9	70.7	75.7	81.6	87.2	...
Agric. comercial, pescas e silvicultura	20.9	26.6	27.9	29.7	27.4	...
Indústria e Serviços	107.5	110.5	112.9	116.7	100.4	...
Indústria extractiva (não-petrolífera)	3.2	2.6	2.7	2.9	2.0	...
Indústria transformadora	11.0	11.4	11.6	11.8	9.1	...
Construção (sector privado)	15.1	14.4	14.5	15.0	11.3	...
Transportes e comunicações	27.5	30.4	31.9	33.8	29.2	...
Comércio por grosso e a retalho	23.9	24.2	24.5	24.9	23.4	...
Serviços financeiros e outros	26.8	27.5	27.7	28.3	25.4	...
Sector Público	142.3	127.9	122.0	121.9	140.9	...
Serviços públicos	57.6	68.6	74.1	80.5	82.8	...
Electricidade, gás e água	2.7	3.5	4.1	5.0	4.4	...
Construção pública	21.8	15.6	14.5	18.4	18.6	...
Administração das Nações Unidas	60.2	40.2	29.3	18.0	35.1	...
PIB não petrolífero	343.6	335.7	338.5	349.9	355.9	493.0
Rendimentos petrolíferos	8.9	13.1	167.9	342.4	491.6	882.0
PIB TOTAL	352.5	348.8	506.4	692.3	847.5	1 375.0
PIB não petrolífero	343.6	335.7	338.5	349.9	355.9	493.0
Consumo	446.8	433.7	428.2	410.3	421.7	578.0
Consumo privado	278.9	249.3	244.8	238.2	243.5	...
Consumo público	167.9	184.4	183.4	172.1	178.2	...
Investimento bruto	108.0	88.2	64.7	67.0	67.6	134.0
FBCF	96.1	77.7	58.7	60.2	60.8	127.2
Sector Público	68.5	54.7	51.2	52.7	53.3	117.2
Sector Privado	27.6	23.0	7.5	7.5	7.5	10.0
Variação de Stocks	11.9	10.5	6.0	6.8	6.8	6.8
Exportações líquidas	-211.2	-186.2	-154.4	-127.4	-133.4	-219.0
Exportações	6.4	7.8	8.3	9.2	7.9	10.0
Importações	217.6	194.0	162.7	136.6	141.3	229.0
Por memória:						
Poupança interna bruta	-94.3	-84.9	78.2	282.0	425.8	797.0
Poupança interna bruta (excl. sector petrol.)	-103.2	-98.0	-89.7	-60.4	-65.8	-85.0
PIB não-petrolífero (variação nominal em %)	-6.7	-2.3	0.8	3.4	1.7	38.5
PIB não-petrolífero (variação real em %)	-6.7	-6.2	0.3	2.3	-1.6	32.1

Fontes: ABP, Min. do Plano e Finanças de Timor-Leste e FMI.

Quadro A.II.6.3.

ÍNDICE DE PREÇOS NO CONSUMIDOR, 2001- 2007 ¹

Taxas de variação em percentagem

		Var. mensal [1]	Var. acumulada [4]	Var. homóloga [2]	Var. média [3]
2001	Dezembro	...	...	...	...
2002	Dezembro	...	9.5	9.5	4.7
2003	Dezembro	...	4.2	4.2	7.2
2004	Dezembro	...	1.8	1.8	3.2
2005	Dezembro	...	1.0	1.0	1.8
2006	Dezembro	...	6.7	6.7	4.1
2004	Janeiro	-0.3	-0.3	4.1	6.8
	Fevereiro	0.1	-0.2	4.1	6.5
	Março	0.2	0.0	2.8	5.8
	Abril	0.4	0.4	4.0	5.4
	Maio	1.7	2.1	5.9	5.3
	Junho	-0.2	1.9	4.2	5.0
	Julho	-0.1	1.8	3.8	4.6
	Agosto	-1.0	0.8	2.0	4.2
	Setembro	-0.1	0.7	2.2	3.9
	Outubro	0.3	1.0	2.3	3.6
	Novembro	0.1	1.1	1.8	3.4
	Dezembro	0.7	1.8	1.8	3.2
2005	Janeiro	0.0	0.0	2.7	3.1
	Fevereiro	-0.1	0.0	2.6	3.0
	Março	0.1	0.0	2.5	3.0
	Abril	0.1	0.2	2.1	2.8
	Maio	0.0	0.1	0.6	2.4
	Junho	-0.2	0.0	0.7	2.2
	Julho	0.2	0.2	1.1	2.0
	Agosto	0.2	0.4	2.2	2.0
	Setembro	-0.1	0.3	2.2	2.0
	Outubro	0.8	1.1	2.2	2.0
	Novembro	-0.1	1.0	1.8	1.9
	Dezembro	0.0	1.0	1.0	1.8
2006	Janeiro	-0.3	-0.3	0.7	1.7
	Fevereiro	-0.3	-0.5	0.5	1.5
	Março	0.4	-0.1	0.9	1.3
	Abril	0.8	0.7	1.5	1.3
	Maio	1.2	1.9	2.8	1.5
	Junho	3.8	5.8	6.9	2.0
	Julho	-0.2	5.6	6.4	2.4
	Agosto	-0.8	4.8	5.4	2.7
	Setembro	0.8	5.6	6.3	3.0
	Outubro	0.2	5.8	5.7	3.3
	Novembro	0.0	5.8	5.9	3.7
	Dezembro	0.8	6.7	6.7	4.1
2007	Janeiro	0.5	0.5	7.5	4.7
	Fevereiro	8.4	8.9	16.9	6.1
	Março	-2.2	6.5	13.7	7.1
	Abril	-2.6	3.7	9.9	7.8
	Maio	1.0	4.7	9.6	8.4
	Junho	0.8	5.5	6.4	8.4

Fontes: Min. do Plano e Finanças de Timor-Leste, FMI e cálculos do Banco de Portugal.

¹ Índice nacional (Base: Dez. 2001 = 100).

[1]: mês n / mês n-1; [2]: mês n / mês n do ano anterior ; [3]: últimos 12 meses / 12 meses anteriores; [4]: mês n / Dezembro anterior.

Quadro A.II.6.4.

BALANÇA DE PAGAMENTOS, 2002 - 2007

Em milhões de USD

	2002	2003	2004	2005 Est.	2006 Est.	2007 Proj.
BALANÇA CORRENTE						
Excluindo Assistência Internacional	-245	-209	-16	191	328	616
Incluindo Assistência Internacional	-129	-86	102	291	410	688
Mercadorias	-212	-187	-156	-129	-133	-219
Exportações de bens ¹	6	7	7	8	8	10
das quais: Café	5	7	7	8	6	8
Importações de bens ²	-218	-194	-163	-137	-141	-229
das quais: Relacionadas com assist. internacional	-174	-155	-114	-82	-71	...
Serviços (líquidos)	-44	-37	-32	-27	-33	-50
Rendimentos (líquidos)	4	4	43	83	117	149
dos quais: Rendimentos do petróleo e do gás	2	2	39	79	115	146
Transferências correntes (líq.)	123	134	247	364	459	808
Receitas fiscais do petróleo e do gás	7	11	129	264	377	736
Assistência internacional	116	123	118	100	82	72
BALANÇA DE CAPITAL E OPERAÇÕES FINANCEIRAS	148	103	18	49	71	-2
Transferências de capital oficiais	59	44	41	41	44	53
Balança financeira	89	59	-23	8	27	-55
BALANÇA GLOBAL	19	17	120	340	481	686
Variação nos activos externos líquidos (aumento: -)	-20	-18	-121	-341	-482	-686
Poupança das receitas petrolíferas (aumento: -)	-13	-16	-119	-330	-482	-686
Outras	-7	-2	-2	-11	0	0
<i>Por memória:</i>						
Receitas petrolíferas (petróleo e gás)	9	13	168	343	492	882
<i>(em percentagem do PIB não petrolífero)</i>						
<i>Balança corrente, excl. Assistência Internacional</i>	<i>-71.3</i>	<i>-62.3</i>	<i>-4.7</i>	<i>54.6</i>	<i>92.3</i>	<i>124.9</i>
<i>Balança corrente, incl. Assistência Internacional</i>	<i>-37.5</i>	<i>-25.6</i>	<i>30.1</i>	<i>83.2</i>	<i>115.3</i>	<i>139.6</i>
<i>Balança Comercial</i>	<i>-61.7</i>	<i>-55.7</i>	<i>-46.1</i>	<i>-36.8</i>	<i>-37.2</i>	<i>-44.4</i>

Fontes: ABP, Min. do Plano e Finanças de Timor-Leste e FMI.

¹ As receitas de petróleo e gás não estão incluídas nas exportações, sendo contabilizadas nas contas de rendimentos do exterior (*royalties* e juros) e de transferências (impostos).² Em 2005 as importações incluem os bens transferidos pela UNMISET no final do seu mandato, cujo valor estimado é de USD 12 milhões.

Quadro A.II.6.5.**DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DAS EXPORTAÇÕES, 2004 - 2006**

Em percentagem do total

	2004	2005	2006	2004 a 2006
Alemanha	6.3	20.7	24.2	17.7
Austrália	7.3	5.5	3.6	5.4
EUA	50.9	49.2	40.9	46.7
Indonésia	18.3	5.0	13.6	12.0
Portugal	8.3	12.0	2.1	7.3
Singapura	2.3	1.1	7.6	3.8
Outros	6.5	6.6	8.1	7.1
Exportações totais	100.0	100.0	100.0	100.0

Fontes: ABP e Min. do Plano e Finanças de Timor-Leste.

Quadro A.II.6.6.**DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DAS IMPORTAÇÕES, 2004 - 2006**

Em percentagem do total

	2004	2005	2006	2004 a 2006
Austrália	17.7	13.9	12.5	14.9
China	1.0	1.7	2.5	1.7
Indonésia	53.0	47.0	43.0	48.1
Japão	1.1	10.4	2.5	4.6
Portugal	1.5	1.6	2.2	1.7
Singapura	13.4	14.6	19.4	15.5
Vietname	4.6	4.5	5.0	4.7
Outros	7.7	6.4	12.8	8.7
Exportações totais	100.0	100.0	100.0	100.0

Fontes: ABP e Min. do Plano e Finanças de Timor-Leste.

Quadro A.II.6.7.

OPERAÇÕES FINANCEIRAS DO ESTADO, 2002 - 2008 ^{1, 2}

Em milhões de USD

Ano fiscal:	2002/03	2003/04	2004/05	2005/06	2006/07	2006/07	2007/08
				Est.	Orç.	Proj.	Proj.
Receitas totais	81.3	105.4	336.6	484.8	732.5	731.9	1 032.0
Receitas internas	19.3	29.2	36.8	33.5	39.1	38.0	39.0
Impostos directos	5.3	6.6	10.7	8.5	7.9	11.0	11.0
Impostos indirectos	11.7	18.1	19.0	15.9	21.4	17.0	18.0
Outras receitas	2.3	4.5	7.1	9.1	9.8	10.0	10.0
Receitas petrolíferas	29.5	41.4	265.6	451.3	683.4	683.9	983.0
Receitas fiscais	26.4	38.0	209.4	362.8	557.9	557.9	820.0
Royalties e juros	3.1	3.4	56.2	88.5	125.5	126.0	163.0
Donativos	32.5	34.8	34.2	0.0	10.0	10.0	10.0
Despesas totais (base caixa)	68.5	68.6	71.4	92.9	309.1	170.0	221.0
Despesas correntes	53.3	53.2	56.4	66.2	172.1	141.0	151.0
Despesas com o pessoal	21.6	23.8	25.1	25.7	47.4	45.0	56.0
Bens e serviços	25.3	22.8	26.0	33.0	93.6	70.0	70.0
Transferências e subsídios	6.4	6.6	5.3	7.5	31.1	26.0	25.0
Despesas de investimento	4.7	2.4	2.8	15.7	137.0	29.0	70.0
Despesas do exercício anterior	10.5	13.0	12.2	11.0	...	...	...
Saldo global (base caixa)	12.8	36.8	265.2	391.9	423.4	561.9	811.0
Financiamento	-12.8	-36.8	-265.2	-391.9	-423.4	-561.9	-811.0
Variação nos saldos de caixa (aumento: -)	-8.6	-29.8	-28.8	-25.8	-23.8	...	...
Poupança dos rend. petrolíf. (aumento: -)	-3.1	-3.4	-56.2	-88.5	-125.5	...	...
Outros (aumento: -)	-1.1	-3.6	-180.2	-277.6	-274.1	...	...
<i>Por memória:</i>							
<i>Saldo global (base compromissos)</i>							
Em milhões de USD	...	...	263.0	365.0	424.0	509.0	781.0
Em % do PIB não-petrolífero	...	...	76.4	103.4	99.9	119.9	152.7
<i>Saldo global (base caixa)</i>							
Em % do PIB não-petrolífero	3.8	10.9	77.0	111.1	99.8	132.4	158.6
<i>Fundo Petrolífero (valor acumulado)</i>							
Em milhões de USD	...	...	...	649.7	1 211.3	1 211.3	2 093.5
Em % do PIB não-petrolífero	...	...	...	184.1	285.4	285.4	395.0

Fontes: Min. do Plano e Finanças de Timor-Leste e FMI.

¹ Orçamento da Administração Central.² O ano fiscal em Timor-Leste corresponde ao período compreendido entre 1 de Julho de um determinado ano civil e 30 de Junho do ano civil seguinte.

Quadro A.II.6.8.

SÍNTESE MONETÁRIA, 2002 - 2007

Em milhões de USD

	2002	2003	2004	2005	2006	2007
	Dez	Dez	Dez	Dez	Dez	Dez
					Est.	Proj.
SISTEMA BANCÁRIO CONSOLIDADO						
Disponibilidades líquidas sobre o exterior (DLX)	89.9	108.3	186.0	531.2	1 147.8	1 892.8
Disponibilidades sobre o exterior	93.4	141.6	227.6	575.7	1 185.5	1 930.8
Disponibilidades em caixa (numerário)	18.1	19.0	28.5	23.7	...	...
Disponibilidades sobre bancos exteriores ¹	75.3	122.6	199.1	181.8	...	...
Activos do Fundo Petrolífero ²	...	...	...	370.2	1 011.8	1 746.8
Responsabilidades perante o exterior	3.5	33.3	41.6	44.5	37.7	38.0
Activos internos líquidos	-35.3	-36.0	-103.0	-434.0	-1034.0	-1747.1
Crédito líq. ao SPA (Dep. e Fundo Petrolífero)	-33.7	-49.7	-168.6	-498.7	-1090.9	-1824.9
do qual: Fundo Petrolífero	...	...	...	-370.2	-1011.8	-1746.8
Crédito ao sector privado	5.1	22.1	87.6	106.0	102.2	118.0
Outros activos (líquidos)	-6.7	-8.4	-22.0	-41.3	-45.2	-40.2
Massa Monetária ³	54.6	72.3	83.0	97.2	113.8	145.7
Depósitos à ordem	39.1	40.1	49.4	58.7	...	...
Depósitos a prazo	15.5	32.2	33.6	38.5	...	...
AUTORIDADE BANCÁRIA						
Disponibilidades líquidas sobre o exterior	43.5	61.3	182.5	523.5	1122.4	1857.8
Depósitos do SPA na ABP (excl. F. Pet.)	33.7	49.7	168.6	128.5	79.1	78.1
Fundo Petrolífero	...	...	...	370.2	1011.8	1746.8
Dep. dos bancos comerciais na ABP	4.5	6.3	5.7	4.5	...	...
BANCOS COMERCIAIS						
Disponibilidades líquidas sobre o exterior	46.4	47.0	3.5	7.7	25.4	35.0
Activos internos (incl. crédito interno)	10.7	28.8	82.3	93.0	89.4	112.2
Responsabilidades (depósitos de clientes)	54.6	72.3	84.5	99.2	113.8	145.7
<i>Por memória:</i>						
<i>DLX - Sector bancário consolidado (tx. var. anual)</i>	<i>37.5</i>	<i>20.5</i>	<i>71.7</i>	<i>185.6</i>	<i>116.1</i>	<i>64.9</i>
<i>DLX - Autoridade Bancária (tx. var. anual)</i>	<i>83.5</i>	<i>40.9</i>	<i>197.7</i>	<i>186.9</i>	<i>114.4</i>	<i>65.5</i>
<i>Crédito ao sector privado (tx. var. anual)</i>	<i>70.0</i>	<i>333.3</i>	<i>296.4</i>	<i>21.0</i>	<i>-3.6</i>	<i>15.5</i>
<i>Massa Monetária ³ (tx. var. anual)</i>	<i>6.8</i>	<i>32.4</i>	<i>14.8</i>	<i>17.1</i>	<i>17.1</i>	<i>28.0</i>

Fontes: ABP e FMI.

¹ Até Junho de 2005 (inclusivé) esta rubrica integrava os activos que a partir dessa data foram integrados no Fundo de Petróleo de Timor-Leste.² O Fundo Petrolífero de Timor-Leste foi criado em Julho de 2005.³ Não inclui a moeda em circulação, dada a ausência de indicadores fiáveis sobre entradas e saídas de numerário, no contexto de dolarização.

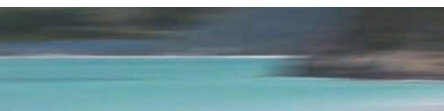
Quadro A.II.6.9.

TAXAS DE CâMBIO, 1999 - 2007

Taxas médias

	Dólar Australiano USD/AUD	Rupia da Indonésia IDR/USD	Euro USD/EUR
1999	0.6453	7 855.2	1.0654
2000	0.5824	8 421.8	0.9213
2001	0.5176	10 260.9	0.8948
2002	0.5439	9 311.2	0.9411
2003	0.6519	8 577.1	1.1286
2004	0.7366	8 938.9	1.2430
2005	0.7638	9 704.7	1.2456
2006	0.7551	9 159.8	1.2557
2005 Janeiro	0.7657	9 195.3	1.3245
Fevereiro	0.7808	9 236.3	1.3013
Março	0.7848	9 391.3	1.3189
Abril	0.7727	9 542.5	1.2937
Maio	0.7662	9 476.3	1.2692
Junho	0.7666	9 632.8	1.2164
Julho	0.7524	9 798.5	1.2036
Agosto	0.7612	9 966.3	1.2292
Setembro	0.7653	10 218.8	1.2254
Outubro	0.7543	10 090.0	1.2014
Novembro	0.7543	10 067.5	1.1785
Dezembro	0.7419	9 841.3	1.1856
2006 Janeiro	0.7493	9 448.8	1.2103
Fevereiro	0.7414	9 250.0	1.1938
Março	0.7267	9 125.8	1.2020
Abril	0.7365	8 922.5	1.2271
Maio	0.7640	9 035.8	1.2770
Junho	0.7396	9 362.7	1.2650
Julho	0.7519	9 125.5	1.2684
Agosto	0.7631	9 094.3	1.2811
Setembro	0.7766	9 143.3	1.2727
Outubro	0.7537	9 187.2	1.2611
Novembro	0.7721	9 134.6	1.2881
Dezembro	0.7858	9 086.8	1.3213
2007 Janeiro	0.7830	9 074.6	1.2999
Fevereiro	0.7825	9 068.0	1.3074
Março	0.7927	9 171.1	1.3242
Abril	0.8274	9 093.7	1.3516
Maio	0.8249	8 828.2	1.3511
Junho	0.8424	8 984.5	1.3419

Fontes: Banco da Indonésia e Banco de Portugal.



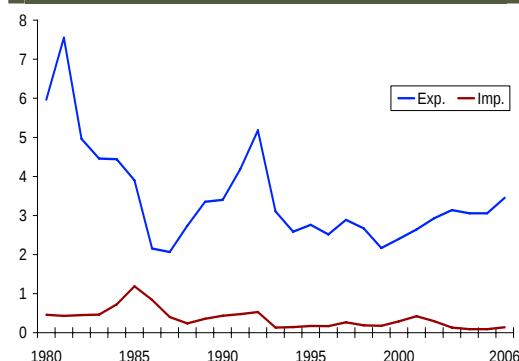
CAPÍTULO III. RELAÇÕES ECONÓMICAS E FINANCEIRAS ENTRE PORTUGAL E OS PALOP E TIMOR-LESTE

III.1. Relações comerciais e balanços de pagamentos de Portugal com os PALOP e Timor-Leste

As relações comerciais de Portugal com os PALOP e Timor-Leste mantêm um peso bastante reduzido no total do comércio externo português, sendo os valores registados em 2006 responsáveis por apenas 4.40% das exportações e 0.18% das importações totais portuguesas.

Gráfico III.1.1.

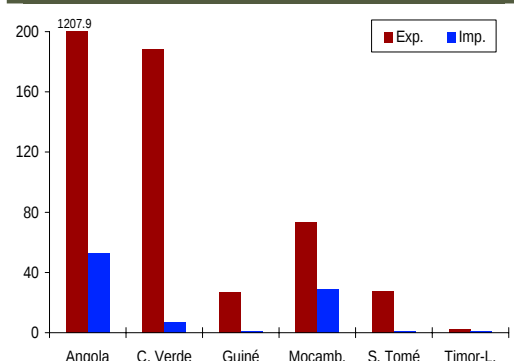
COMÉRCIO COM OS PALOP E TIMOR-LESTE
Peso no comércio externo português, percentagem



Fonte: Instituto Nacional de Estatística – Portugal

Gráfico III.1.2.

COMÉRCIO COM OS PALOP E TIMOR-LESTE
Exportações e importações de Portugal em 2006, em milhões de USD

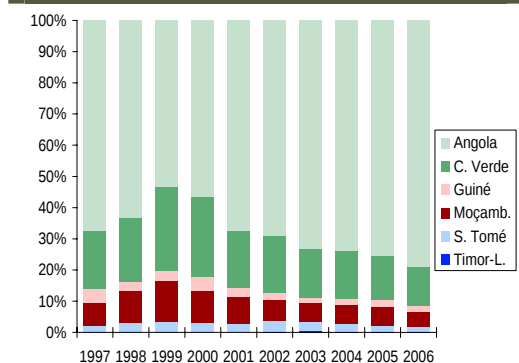


Fonte: Instituto Nacional de Estatística – Portugal

Realce-se, no entanto, o crescimento evidenciado pelo comércio com aquele conjunto de países em 2006, relativamente ao ano anterior, apresentando subidas de 43.8% nas exportações, atingindo EUR 1 526.2 milhões (continuando a tendência que se regista desde 2000), e de 38.2% nas importações, totalizando EUR 91.6 milhões (repetindo o comportamento positivo de 2005).

Gráfico III.1.3.

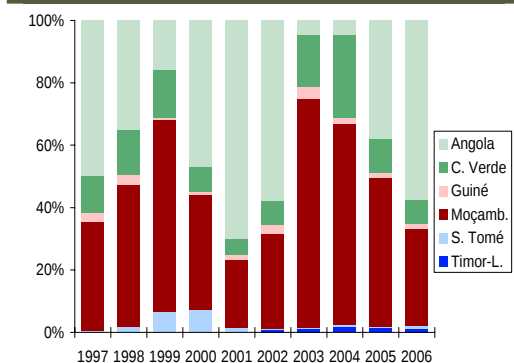
COMÉRCIO COM OS PALOP E TIMOR-LESTE
Destino das exportações de Portugal



Fonte: Instituto Nacional de Estatística – Portugal

Gráfico III.1.4.

COMÉRCIO COM OS PALOP E TIMOR-LESTE
Origem das importações de Portugal



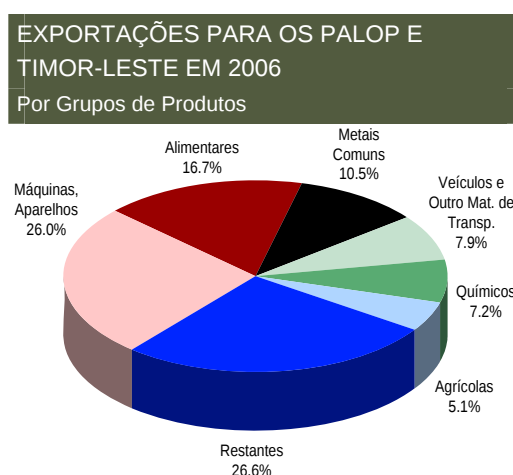
Fonte: Instituto Nacional de Estatística – Portugal

À semelhança do que vem sucedendo desde 1999, o saldo da balança comercial de Portugal com os PALOP e Timor-Leste registou novamente uma subida em 2006 (de 44.2% em relação a 2005), elevando-se a EUR 1434.7 milhões. Após o interregno de 2005, a taxa de cobertura das importações pelas exportações retomou a trajectória ascendente em 2006, chegando aos 1 667% (face a 1 601% no ano anterior).

O crescimento das relações comerciais de Portugal com os PALOP e Timor-Leste resultou principalmente das subidas evidenciadas em relação a Angola, tanto nas exportações (aumento de EUR 406.0 milhões, +50.6% que em 2005) como nas importações (incremento de EUR 27.6 milhões, mais que duplicando o valor do ano anterior). Note-se que, no que concerne às exportações, se registaram evoluções positivas com todos estes países, destacando-se o comportamento relativamente a Cabo Verde (+26.8%) e Moçambique (+14.3%).

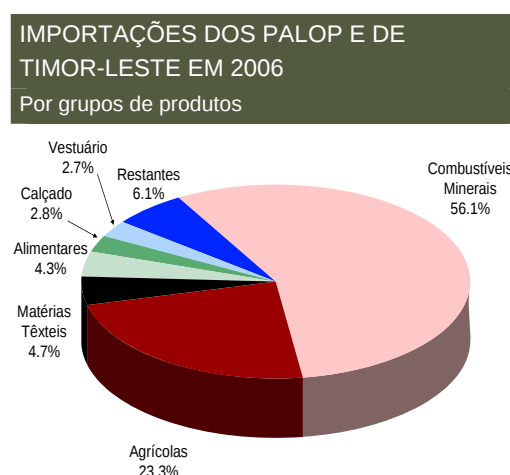
Em termos relativos, Angola reforçou em 2006 o seu peso no conjunto das trocas comerciais de Portugal com os países considerados, mantendo-se como o principal destino das exportações portuguesas para os PALOP e Timor-Leste (79% do total) e passando a ser o maior originador das importações daqueles países (58%).

Gráfico III.1.5.



Fonte: Instituto Nacional de Estatística – Portugal

Gráfico III.1.6.



Fonte: Instituto Nacional de Estatística – Portugal

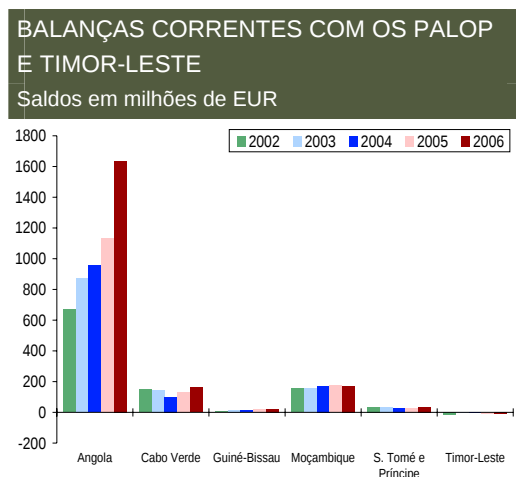
Em termos de distribuição por grupos de produtos, a estrutura das exportações portuguesas para os PALOP e Timor-Leste mantém-se dominada pelas categorias *Máquinas e Aparelhos*, produtos *Alimentares* e *Metais Comuns*, os quais, no seu conjunto, foram responsáveis por 53% do total de bens exportados. Para qualquer destes itens, Angola constituiu-se como o principal destino das exportações de Portugal para os PALOP e Timor-Leste, sendo responsável por cerca de 80% do total.

Em relação às importações, os *Combustíveis Minerais* e os produtos *Agrícolas* foram os mais significativos em 2006, à imagem do sucedido no ano anterior, representando 79% do total das importações portuguesas destes países. Provém de Moçambique a maior parte dos produtos *Agrícolas* importados por Portugal dos PALOP e Timor-Leste, sendo originárias de Angola a quase totalidade das importações de *Combustíveis Minerais*.

No conjunto do ano de 2006, o saldo agregado das balanças correntes bilaterais de Portugal com os países considerados atingiu um valor positivo de EUR 2 023 milhões, o que constitui um novo reforço face a 2005, mantendo assim a tendência ascendente que regista desde 2000. Este exce-

dente corrente traduz sobretudo a contribuição positiva na balança de mercadorias, embora inclua igualmente excedentes das balanças de serviços e de rendimentos.

Gráfico III.1.7.



Fonte: Banco de Portugal

As transferências correntes com os PALOP e Timor-Leste mantêm um saldo negativo para Portugal, repercutindo principalmente a contribuição líquida das remessas de emigrantes, com as saídas relativas a remessas de imigrantes em Portugal a ultrapassarem as entradas referentes a emigrantes portugueses nestes países. Destaca-se ainda a manutenção da trajectória ascendente das remessas de emigrantes portugueses em Angola, sendo o único destes países em que as remessas líquidas são positivas para Portugal.

Quadro A.III.1.1.

PORTUGAL/PALOP E TIMOR-LESTE: IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO
DE MERCADORIAS (ÓPTICA DE PORTUGAL)

Em milhões de EUR, preços correntes

	Angola		Cabo Verde		Guiné-Bissau		Moçambique		S.Tomé e Príncipe		Timor-Leste		TOTAL	
	Imp.	Exp.	Imp.	Exp.	Imp.	Exp.	Imp.	Exp.	Imp.	Exp.	Imp.	Exp.	Imp.	Exp.
1975	15.4	8.7	0.1	2.8	0.7	1.6	7.4	6.3	0.5	0.8			24.1	20.2
	6.3	4.4	0.1	2.6	0.7	1.8	7.4	4.1	0.4	0.6			15.0	13.5
	4.6	12.1	0.2	2.9	1.4	2.0	4.2	6.9	0.4	1.1			10.8	25.1
	1.6	14.5	0.2	3.5	0.8	2.3	4.5	7.6	0.5	1.9			7.6	29.8
1980	3.9	29.3	0.2	5.0	1.0	3.7	10.1	5.6	0.8	1.4			16.0	45.0
	3.8	44.4	0.4	8.1	0.8	4.0	5.5	9.3	0.4	3.2			10.9	68.9
	4.7	69.0	1.1	9.0	0.9	4.5	5.6	10.4	0.6	3.9			13.0	96.8
	9.0	33.6	0.2	9.3	1.4	10.6	5.9	26.8	0.4	1.7			16.9	82.1
1985	7.5	55.2	0.2	14.7	3.2	7.0	8.6	35.0	0.9	1.3			20.5	113.1
	27.7	113.3	0.7	13.4	5.3	9.9	7.4	29.5	1.0	2.3			42.0	168.5
	69.8	133.3	1.2	23.4	1.6	9.5	5.1	18.7	0.8	4.2			78.7	189.1
	55.8	68.8	1.0	23.3	1.3	5.9	1.9	15.3	0.3	2.9			60.4	116.2
1990	28.0	72.9	2.5	26.6	1.9	9.4	6.8	22.4	0.2	3.8			39.4	135.0
	22.4	147.9	1.2	26.8	1.3	13.1	5.1	23.5	0.4	4.4			30.5	215.9
	40.6	251.5	1.6	28.3	1.8	20.5	9.0	29.7	0.3	7.0			53.3	337.0
	62.5	291.9	1.7	36.7	2.3	29.4	11.0	30.6	0.2	7.7			77.6	396.2
1995	72.1	394.4	2.2	37.2	3.3	24.4	12.3	27.7	0.2	7.9			90.1	491.5
	78.1	551.6	1.9	38.6	3.2	17.7	23.7	22.8	0.3	8.3			107.2	639.0
	4.8	277.8	1.4	47.2	3.3	18.2	15.7	29.9	0.2	10.4			25.4	383.5
	4.7	242.3	2.6	69.4	4.1	25.5	20.7	35.8	0.1	10.5			32.3	383.5
2000	9.8	259.5	5.5	89.5	4.9	22.7	22.6	36.8	0.2	12.9			43.0	421.3
	9.7	304.8	7.8	96.6	3.7	21.5	24.0	40.3	0.2	12.9			45.4	476.2
	39.3	393.6	9.1	109.3	2.4	24.6	27.4	43.4	0.5	13.2			78.7	584.2
	21.9	368.3	9.0	118.0	2.0	15.6	28.5	61.5	1.1	16.9			62.5	580.4
2005	10.1	276.7	9.7	138.3	0.4	17.0	39.3	66.7	4.2	18.7			63.7	517.4
	57.7	371.0	9.8	169.6	1.5	27.7	45.2	69.1	8.9	19.3			123.0	656.8
	127.0	503.6	9.5	134.6	2.7	22.8	39.7	63.1	2.6	21.3			181.5	745.4
	69.9	569.6	9.3	148.2	3.3	20.7	36.8	53.9	0.5	29.6	1.1	0.9	120.9	822.8
2006	2.4	651.7	8.8	136.7	1.9	17.0	38.4	54.0	0.3	25.3	0.5	5.0	52.3	889.7
	1.8	671.1	10.8	139.7	0.8	17.8	26.1	54.9	0.3	24.0	0.8	1.4	40.6	908.9
	25.1	801.9	7.3	148.3	1.0	23.6	31.6	64.1	0.2	22.2	1.1	1.1	66.3	1061.2
	52.7	1207.9	7.0	188.1	1.2	26.9	28.7	73.2	0.7	27.7	1.2	2.4	91.6	1526.2

Fonte: Instituto Nacional de Estatística - Portugal.

Quadro A.III.1.2.

PORTUGAL/PALOP E TIMOR-LESTE: PESO DO COMÉRCIO COM OS PALOP
E TIMOR-LESTE NO COMÉRCIO PORTUGUÊS

Em percentagem

	Angola		Cabo Verde		Guiné-Bissau		Moçambique		S.Tomé e Príncipe		Timor-Leste		TOTAL	
	Imp.	Exp.	Imp.	Exp.	Imp.	Exp.	Imp.	Exp.	Imp.	Exp.	Imp.	Exp.	Imp.	Exp.
1975	3.10	3.53	0.02	1.14	0.15	0.65	1.49	2.56	0.10	0.32			4.86	8.20
	0.96	1.60	0.02	0.93	0.11	0.66	1.14	1.49	0.06	0.22			2.29	4.90
	0.48	3.13	0.02	0.76	0.15	0.53	0.44	1.77	0.05	0.28			1.14	6.47
	0.14	2.72	0.02	0.67	0.07	0.44	0.39	1.43	0.04	0.35			0.66	5.62
1980	0.23	3.34	0.01	0.57	0.06	0.42	0.61	0.64	0.05	0.16			0.96	5.13
	0.16	3.84	0.02	0.70	0.04	0.34	0.23	0.80	0.02	0.27			0.46	5.96
	0.15	5.39	0.04	0.70	0.03	0.35	0.19	0.81	0.02	0.31			0.43	7.55
	0.24	2.03	0.01	0.56	0.04	0.64	0.16	1.62	0.01	0.10			0.45	4.96
1985	0.17	2.17	0.01	0.58	0.07	0.27	0.19	1.38	0.02	0.05			0.46	4.46
	0.48	2.99	0.01	0.35	0.09	0.26	0.13	0.78	0.02	0.06			0.73	4.44
	1.06	2.75	0.02	0.48	0.02	0.20	0.08	0.39	0.01	0.09			1.19	3.90
	0.78	1.27	0.01	0.43	0.02	0.11	0.03	0.28	0.00	0.05			0.84	2.15
1990	0.29	1.11	0.03	0.41	0.02	0.14	0.07	0.34	0.00	0.06			0.40	2.06
	0.18	1.87	0.01	0.34	0.01	0.17	0.04	0.30	0.00	0.06			0.24	2.74
	0.27	2.50	0.01	0.28	0.01	0.20	0.06	0.30	0.00	0.07			0.36	3.35
	0.35	2.51	0.01	0.31	0.01	0.25	0.06	0.26	0.00	0.07			0.43	3.40
1995	0.38	3.36	0.01	0.32	0.02	0.21	0.06	0.24	0.00	0.07			0.47	4.19
	0.38	4.47	0.01	0.31	0.02	0.14	0.12	0.18	0.00	0.07			0.53	5.18
	0.02	2.25	0.01	0.38	0.02	0.15	0.08	0.24	0.00	0.08			0.13	3.11
	0.02	1.63	0.01	0.47	0.02	0.17	0.09	0.24	0.00	0.07			0.14	2.58
2000	0.04	1.70	0.02	0.59	0.02	0.15	0.09	0.24	0.00	0.08			0.17	2.76
	0.04	1.61	0.03	0.51	0.01	0.11	0.09	0.21	0.00	0.07			0.17	2.52
	0.13	1.95	0.03	0.54	0.01	0.12	0.09	0.21	0.00	0.07			0.27	2.89
	0.07	1.70	0.03	0.54	0.01	0.07	0.09	0.28	0.01	0.08			0.19	2.67
2005	0.03	1.16	0.03	0.58	0.00	0.07	0.11	0.28	0.02	0.08			0.17	2.17
	0.14	1.36	0.02	0.62	0.00	0.10	0.11	0.25	0.03	0.07			0.29	2.40
	0.29	1.79	0.02	0.48	0.01	0.08	0.09	0.22	0.01	0.08			0.42	2.64
	0.17	2.03	0.02	0.53	0.01	0.07	0.09	0.19	0.00	0.11	0.00	0.00	0.29	2.93
2006	0.01	2.30	0.02	0.48	0.00	0.06	0.09	0.19	0.00	0.09	0.00	0.02	0.13	3.14
	0.00	2.26	0.02	0.47	0.00	0.06	0.06	0.18	0.00	0.08	0.00	0.00	0.09	3.06
	0.05	2.61	0.02	0.48	0.00	0.08	0.07	0.21	0.00	0.07	0.00	0.00	0.14	3.45
	0.10	3.48	0.01	0.54	0.00	0.08	0.06	0.21	0.00	0.08	0.00	0.01	0.18	4.40

Fonte: Instituto Nacional de Estatística - Portugal. Cálculos do Banco de Portugal.

Quadro A.III.1.3.

PORTUGAL/PALOP E TIMOR-LESTE: COMÉRCIO BILATERAL POR GRUPOS DE PRODUTOS (ÓPTICA DE PORTUGAL)

Em milhões de EUR, preços correntes

GRUPOS DE PRODUTOS	EXPORTAÇÃO																				
	2004							2005													
	Angola	C. Verde	G. Bissau	Moçamb.	S. Tomé	Timor-L.	Total	Angola	C. Verde	G. Bissau	Moçamb.	S. Tomé	Timor-L.	Total							
Agrícolas	38.20	12.63	1.96	1.97	2.58	0.03	57.37	42.29	12.26	1.08	1.54	2.60	0.02	59.78	54.01	16.53	1.36	2.85	3.13	0.07	77.95
Alimentares	133.42	22.98	5.64	5.17	4.74	0.11	172.06	140.49	22.16	6.22	6.29	4.27	0.14	179.57	207.42	26.68	7.60	7.26	6.07	0.16	255.20
Combustíveis Minerais	4.57	1.14	0.05	0.75	0.27		6.77	9.06	1.25	2.27	1.02	0.19		13.79	12.78	1.80	0.20	1.46	0.40		16.64
Químicos	50.03	12.10	0.70	5.18	2.18	0.00	70.19	61.01	14.00	1.05	5.43	2.13	0.00	83.62	84.40	15.30	0.93	7.05	2.05	0.01	109.74
Plásticos, Borracha	21.04	6.83	0.36	2.83	1.01	0.02	32.10	29.53	8.11	0.55	3.17	0.96	0.00	42.32	45.03	8.76	0.54	3.55	1.42	0.02	59.32
Peleis, Couros	1.32	2.05	0.08	0.25	0.04		3.74	2.00	1.15	0.01	0.11	0.03	0.00	3.31	2.76	1.19	0.04	0.32	0.09		4.39
Madeira, Cortiça	6.29	3.05	0.11	0.20	0.13	0.00	9.78	9.30	3.45	0.13	0.37	0.06	0.00	13.31	9.11	4.06	0.38	0.49	0.21	0.25	14.50
Pastas Celulósicas, Papel	25.23	4.90	0.29	3.83	0.39	0.15	34.78	34.27	5.30	0.24	11.06	0.55	0.08	51.49	39.45	5.88	0.34	8.70	0.58	0.17	55.11
Matérias Têxteis	10.60	4.09	0.27	0.54	0.46	0.00	15.95	12.05	3.63	0.23	0.65	0.24	0.02	16.82	17.54	3.95	0.28	0.87	0.43	0.00	23.08
Vestuário	9.71	1.82	0.44	0.80	0.33	0.02	13.12	11.40	1.77	0.19	0.93	0.37	0.03	14.70	16.84	2.01	0.17	1.15	0.53	0.00	20.69
Calçado	4.66	0.56	0.11	0.69	0.12		6.14	5.28	0.62	0.10	0.77	0.09		6.84	7.54	0.88	0.15	0.69	0.18		9.45
Minerais, Minérios	23.75	9.32	0.97	1.77	1.26	0.04	37.11	37.60	10.98	0.97	1.64	1.22	0.00	52.41	51.34	14.06	1.94	2.27	1.72	0.01	71.34
Metais Comuns	58.12	13.33	1.09	5.38	2.05	0.12	80.09	76.25	13.51	1.08	4.09	1.99	0.10	97.02	129.24	17.95	2.17	8.13	2.93	0.03	160.45
Máquinas, Aparelhos	164.94	25.15	2.62	19.96	4.72	0.71	218.10	204.22	29.69	5.52	19.18	4.14	0.54	263.30	320.90	44.99	4.76	20.43	4.58	0.65	396.32
Veículos e Outro Mat. de Transp.	54.08	10.88	1.85	1.52	2.07	0.10	70.50	54.39	9.60	2.34	2.14	1.90	0.04	70.40	100.57	11.17	2.94	3.27	1.93	0.56	120.44
Aparelhos de Óptica e Precisão	13.54	1.86	0.14	1.00	0.62	0.04	17.20	17.59	2.42	0.15	1.17	0.62	0.11	22.07	27.16	2.73	0.19	1.36	0.32	0.02	31.77
Outros Produtos	51.56	6.98	1.14	3.10	1.03	0.03	63.85	55.12	8.43	1.53	4.51	0.88	0.01	70.48	81.77	10.15	2.90	3.39	1.17	0.47	99.85
Total	671.06	139.66	17.82	54.92	24.01	1.39	908.85	801.86	148.34	23.65	64.07	22.24	1.10	1 061.24	1 207.85	188.08	26.90	73.24	27.72	2.43	1 526.23
Fonte: Instituto Nacional de Estatística - Portugal.																					
GRUPOS DE PRODUTOS	IMPORTAÇÃO																				
	2004							2005													
	Angola	C. Verde	G. Bissau	Moçamb.	S. Tomé	Timor-L.	Total	Angola	C. Verde	G. Bissau	Moçamb.	S. Tomé	Timor-L.	Total							
Agrícolas	0.45	0.85	0.12	13.87	0.19	0.56	16.04	0.32	0.91	0.10	20.86	0.15	0.92	23.26	0.24	0.91	0.30	18.60	0.12	1.19	21.38
Alimentares	0.01	0.20	0.01	0.35	0.01		0.56	0.04	0.21	0.00	0.04	0.07		0.37	0.00	0.23	0.00	3.64	0.04		3.92
Combustíveis Minerais		0.00					0.00	23.36	0.00					23.36	51.37	0.00		51.37			51.37
Químicos	0.00	0.02		0.01	0.00		0.04	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00		0.01	0.00	0.00	0.00	0.04			0.04
Plásticos, Borracha	0.02	0.01		0.02			0.05	0.00	0.01	0.01	0.01	0.00		0.03	0.00	0.04	0.00	0.02	0.02		0.08
Peleis, Couros	0.03	0.07		0.20			0.30	0.03	0.07	0.17	0.17	0.00	0.00	0.27	0.03	0.01	0.15	0.15	0.18		0.18
Madeira, Cortiça	0.27	0.00	0.41	1.01	0.01	0.00	1.70	0.47	0.00	0.61	0.62	0.17	0.11	0.11	0.11	0.26	0.35	0.73	0.56	0.73	0.73
Pastas Celulósicas, Papel	0.01	0.00		0.00			0.01	0.02	0.01	0.00	0.00	0.00		0.03	0.01	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.02
Matérias Têxteis	0.00	0.10	0.21	8.73			9.04	0.08	0.01	4.95	0.00	0.00	0.00	5.04	0.00	0.02	4.30	0.00	0.00	0.00	4.32
Vestuário	0.00	4.07					4.07	0.00	3.00	0.00	0.00			3.00	0.00	2.49	0.00	2.49			2.49
Calçado	0.00	3.99					3.99	0.00	2.50					2.50	0.00	2.54	0.00	2.54			2.54
Minerais, Minérios	0.07	0.01		0.10			0.17	0.24	0.01	0.11	0.11	0.00		0.36	0.11	0.00	0.00	0.02			0.12
Metais Comuns	0.22	0.20		0.00	0.01		0.44	0.35	0.12	0.19	0.02	0.01	0.00	0.69	0.48	0.16	0.30	0.03	0.00	0.00	0.98
Máquinas, Aparelhos	0.26	1.00	0.04		0.01	0.10	1.54	0.16	0.27	0.07	0.02	0.02	0.12	0.65	0.27	0.41	0.08	0.11	0.45	0.02	1.33
Veículos e Outro Mat. de Transp.	0.28	0.28		0.12	0.06	0.00	0.75	0.09	0.11		0.00	0.00	0.00	0.20	0.06	0.17	0.14	0.07	0.03	0.07	0.47
Aparelhos de Óptica e Precisão	0.12	0.01		0.03	0.00	0.11	0.28	0.01	0.03	0.01	0.01	0.00	0.02	0.06	0.01	0.06	0.08	0.00	0.00	0.00	0.16
Outros Produtos	0.08	0.01		1.52			1.60	0.00	0.01	4.73	0.01	4.73		4.74	0.04	0.01	1.41		0.00	0.00	1.46
Total	1.83	10.83	0.79	26.08	0.27	0.77	40.59	25.10	7.34	0.97	31.56	0.24	1.06	66.27	52.73	7.05	1.16	28.68	0.71	1.24	91.55

Quadro A.III.1.4.

BALANÇAS CORRENTE E DE CAPITAL COM OS PALOP E TIMOR-LESTE
(ÓPTICA DE PORTUGAL)

Em milhões de EUR

		Balança Corrente									Balança de Capital
		Mercadorias			Serviços	Rendimentos	Transferências Correntes			Saldo	
		Exportações	Importações	Saldo			Total	dq: Remessas de			
							Emigrantes	Imigrantes			
Angola	2002	571.8	72.7	499.1	136.0	31.8	1.9	14.3	9.0	668.9	-1.1
	2003	657.9	6.4	651.5	173.0	50.9	-0.3	9.4	8.0	875.1	-3.6
	2004	677.9	5.9	672.1	187.8	88.8	7.1	20.6	11.1	955.7	-2.1
	2005	803.0	29.6	773.3	180.1	172.9	10.1	23.4	13.7	1 136.4	-4.7
	2006	1 210.0	58.8	1 151.2	275.2	186.3	23.4	32.9	16.5	1 636.1	-4.4
Cabo Verde	2002	148.8	9.7	139.1	28.4	1.5	-21.4	1.4	9.9	147.6	-0.5
	2003	138.2	9.0	129.2	29.4	9.0	-20.8	1.7	10.3	146.7	-0.7
	2004	141.1	12.4	128.7	16.3	-22.0	-22.1	3.0	12.7	100.8	-1.5
	2005	148.8	8.0	140.8	18.6	7.7	-32.1	2.0	17.3	135.0	-3.7
	2006	188.6	7.5	181.1	20.3	-5.6	-32.4	2.9	22.4	163.4	-4.6
Guiné-Bissau	2002	20.7	3.2	17.5	2.6	-8.8	-5.9	0.1	5.9	5.5	0.0
	2003	17.1	1.9	15.2	1.2	2.7	-5.8	0.1	6.2	13.3	-1.6
	2004	18.0	0.8	17.2	-0.8	0.9	-5.7	0.0	5.7	11.5	-1.9
	2005	24.1	1.0	23.1	2.5	1.0	-2.5	0.0	2.6	24.0	-2.1
	2006	27.0	1.1	25.9	1.9	1.1	-5.5	0.0	4.6	23.5	-1.1
Moçambique	2002	54.1	41.3	12.8	18.2	124.9	-0.5	3.2	3.9	155.4	-3.2
	2003	54.5	40.5	14.0	7.1	137.0	-2.9	2.3	4.0	155.3	-1.8
	2004	55.5	28.9	26.6	11.8	134.9	-1.0	1.9	2.7	172.3	-4.0
	2005	64.7	31.8	32.9	7.5	135.4	-1.8	1.8	4.1	174.0	-5.6
	2006	73.7	35.8	37.9	13.4	124.5	-3.1	1.9	4.7	172.7	-3.6
S. Tomé e Príncipe	2002	29.8	0.8	29.0	4.7	0.9	0.4	0.3	0.1	35.0	-0.2
	2003	25.6	0.5	25.0	11.1	-3.1	0.4	0.2	0.2	33.4	0.0
	2004	24.3	0.6	23.6	3.3	1.2	-0.1	0.1	0.4	28.1	-1.1
	2005	22.4	0.7	21.7	3.0	1.2	-0.2	0.1	0.8	25.7	-0.2
	2006	28.3	1.2	27.0	6.5	0.9	0.1	0.4	0.8	34.6	0.0
Timor-Leste	2002	0.9	1.0	-0.2	-5.4	-0.8	-9.5	0.0	0.0	-15.9	-24.7
	2003	5.0	0.6	4.4	-4.9	-1.2	-4.4	0.0	0.2	-6.0	-4.2
	2004	1.4	0.8	0.6	-2.7	-0.5	-1.6	0.0	0.1	-4.2	-2.5
	2005	1.2	1.2	0.0	-1.7	-0.4	-9.0	0.0	0.1	-11.2	-3.8
	2006	2.5	1.2	1.2	-5.1	-0.4	-2.7	0.0	0.1	-7.0	-4.5
Total dos PALOP e Timor-Leste	2002	826.1	128.8	697.3	184.6	149.5	-35.0	19.2	28.8	996.4	-29.7
	2003	898.4	58.9	839.4	216.8	195.2	-33.8	13.8	28.9	1 217.6	-12.0
	2004	918.2	49.4	868.8	215.7	203.3	-23.5	25.7	32.8	1 264.3	-13.1
	2005	1 064.2	72.4	991.8	209.9	317.7	-35.4	27.3	38.7	1 484.0	-20.1
	2006	1 530.0	105.7	1 424.3	312.3	306.9	-20.2	38.2	49.0	2 023.3	-18.3

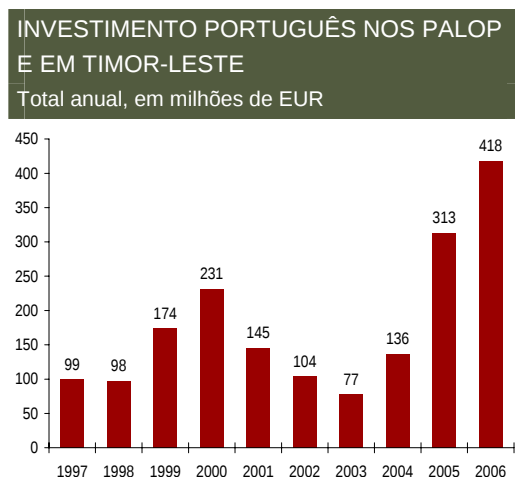
Fonte: Banco de Portugal.

As balanças aqui apresentadas estão em harmonia com as alterações introduzidas, a partir de Janeiro de 1999, nas estatísticas da balança de pagamentos elaboradas e divulgadas pelo Banco de Portugal. Estas alterações envolveram revisão de conceitos e de metodologias de apuramento de agregados, o que concorre para a não coincidência dos saldos das rubricas mercadorias com os mesmos indicadores implícitos nos dados do INE dos quadros precedentes.

III.2. Investimento directo bilateral nos PALOP e em Timor-Leste

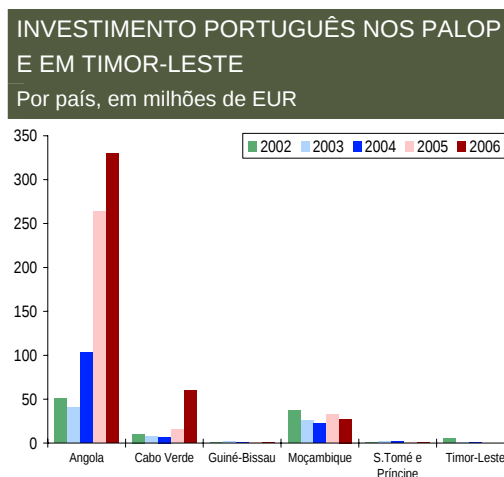
O investimento líquido português nos PALOP e em Timor-Leste evidenciou um decréscimo de quase 30% em 2006, atingindo EUR 124.16 milhões. Este comportamento resultou do crescimento registado pelo desinvestimento (mais que duplicando em relação a 2005) uma vez que o volume de novo investimento directo de Portugal nestes países apresentou uma subida importante (de 34%), fixando-se em EUR 418.26 milhões, continuando a tendência ascendente dos anos anteriores.

Gráfico III.2.1.



Fonte: Banco de Portugal

Gráfico III.2.2.



Fonte: Banco de Portugal

Como acontece desde 2001, o investimento realizado por Portugal nestes países em 2006 destinou-se principalmente a Angola (79.8% do total, apesar de registar alguma quebra face ao valor historicamente alto de 2005), seguido de Cabo Verde (14.3%, invertendo a tendência descendente dos últimos anos) e de Moçambique (6.6%, continuando a trajectória de descida iniciada em 2002). Em termos relativos, os restantes países denotam valores bastante mais baixos, representando no seu conjunto apenas 0.2% do total.

Repetindo a estrutura de 2005, os principais sectores receptores do investimento português no conjunto dos PALOP e Timor-Leste em 2006 foram *Actividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas* (40.7%), *Actividades Financeiras* (29.1%) e *Construção* (20.7%).

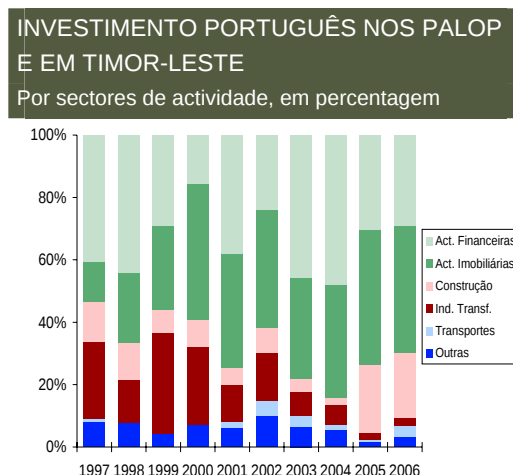
O incremento evidenciado pelo desinvestimento português naqueles países em 2006 decorreu sobretudo dos valores registados em *Actividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas* (Angola e Cabo Verde) e em *Construção* (Angola e Moçambique).

O investimento directo português realizado em **Angola** em 2006 totalizou EUR 330.05 milhões (mais EUR 66.40 milhões que no ano anterior), tendo sido sobretudo destinado a *Actividades financeiras, Actividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas* e *Construção*, os quais, no seu conjunto, representaram 90.4% do total para aquele país.

Em 2006, foi canalizado para **Cabo Verde** investimento português no valor de EUR 59.81 milhões (bastante acima dos EUR 15.13 milhões de 2005), crescimento que se deveu principalmente à subida das *Actividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas*.

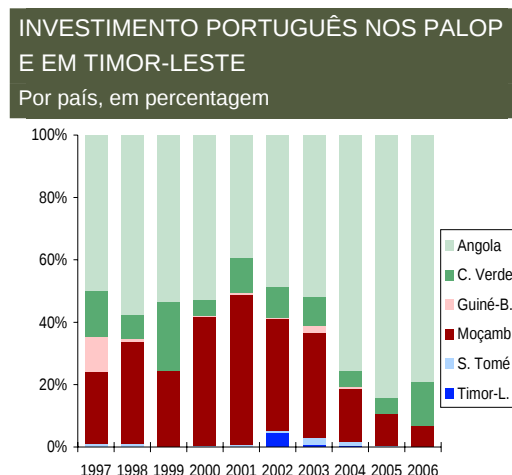
Em **Moçambique**, o investimento atingiu EUR 27.41 milhões em 2006, o que corresponde a uma descida de EUR 5.64 milhões face ao ano anterior, mantendo-se as *Actividades imobiliárias, aluguers e serviços prestados às empresas* como o maior receptor de investimento português.

Gráfico III.2.3.



Fonte: Banco de Portugal

Gráfico III.2.4.



Fonte: Banco de Portugal

O investimento de Portugal nos restantes países considerados atingiu, em 2006, EUR 0.75 milhões em **S. Tomé e Príncipe** (principalmente *Transportes, armazenagem e comunicações*), EUR 0.21 milhões para a **Guiné-Bissau** (sobretudo *Actividades financeiras*) e EUR 0.04 milhões no caso de **Timor-Leste** (classificados em *Sectores não-identificados e particulares*).

Apesar da subida verificada, o investimento directo dos PALOP e Timor-Leste em Portugal mantém-se em níveis bastante diminutos (num total de EUR 14.50 milhões), sendo sobretudo proveniente de Angola (95.8% do total).

Quadro III.2.1.

BANCOS PORTUGUESES REPRESENTADOS NOS PALOP E EM TIMOR-LESTE			
Situação em Junho de 2007			
País / Banco	Forma de Representação	País / Banco	Forma de Representação
Angola		Moçambique	
Banco BPI	Banco de Fomento (Angola)	Banco BPI	Banco Comercial e de Investimentos
Banco Com. Português	Banco Millenium Angola	Banco Com. Português	Banco Internacional de Moç.
Banco Espírito Santo	Banco Espírito Santo Angola, SARL	Banco EFISA	Escritório em Maputo
Banco Santander Totta	Banco Totta de Angola	Caixa Geral Depósitos	Banco Comercial e de Investimentos
Cabo Verde*		Montepio Geral	Banco de Desenv. e Com. de Moç.
Caixa Geral Depósitos	Banco Interatlântico	S. Tomé e Príncipe	
Montepio Geral	Banco Comercial do Atlântico	Caixa Geral Depósitos	Banco Internac. S. Tomé e Príncipe
<i>estabelecidos em off-shore</i>		Timor-Leste	
Caixa Central CAM	Sucursal	Caixa Geral Depósitos	Sucursal em Dili
Montepio Geral	Banco Montepio Geral		
Banco Port. Negócios	BPN Cabo Verde		
Banco Espírito Santo	Sucursal		

Fonte: Banco de Portugal

* - Adicionalmente, em 2007, a SGPS que detém o BANIF adquiriu uma participação no Banco Cabo-Verdiano de Negócios.

Quadro A.III.2.1.

INVESTIMENTO DIRECTO DE PORTUGAL NOS PALOP E EM TIMOR-LESTE

Por sectores de actividade, em milhões de EUR

		2003		2004		2005		2006	
		Inv.	Desinv.	Inv.	Desinv.	Inv.	Desinv.	Inv.	Desinv.
Angola	Actividades financeiras	27.85	0.44	62.94	26.04	85.91	12.90	119.64	
	Activ. imob., alugueres e serviços prestados às empresas	3.53	0.38	28.66	0.58	104.75	0.76	95.15	61.86
	Agricultura, produção animal, caça e silvicultura	0.02		0.12					
	Alojamento e restauração					0.21		4.92	
	Comércio (grosso e retalho). Reparação de veículos autom.	1.54	0.32	1.76	0.54	1.24	1.11	5.04	1.58
	Construção	1.69	10.80	2.08	1.29	65.75	92.57	83.64	131.95
	Indústrias transformadoras	3.97	0.05	5.88	0.04	4.01	0.41	8.94	
	Transportes, armazenagem e comunicações	0.05				0.10		0.08	
	Sector não ident. e particulares	1.43	1.73	1.53	4.97	1.62	1.35	12.62	3.10
	Outras activ. de serviços colectivos, sociais e pessoais			0.13		0.06		0.04	
	Total	40.07	13.72	103.09	33.45	263.65	109.10	330.05	198.49
Cabo Verde	Actividades financeiras	1.71	0.58	0.23	12.61	8.72	0.09	1.99	0.02
	Activ. imob., alugueres e serviços prestados às empresas	4.34	0.90	4.89	32.88	4.51	2.49	54.52	43.92
	Alojamento e restauração				0.10				
	Comércio (grosso e retalho). Reparação de veículos autom.	0.00		0.03				0.08	
	Construção		0.06	0.24		0.08	0.46		
	Educação							0.10	
	Indústrias transformadoras	0.59	0.68	0.62	4.37	0.95	0.05	0.87	0.00
	Saúde e acção social	0.03		0.01					
	Transportes, armazenagem e comunicações							0.05	
	Sector não ident. e particulares	0.37	0.01	0.45	0.31	0.63	0.52	1.69	1.09
	Outras activ. de serviços colectivos, sociais e pessoais	0.25	0.06	0.41	0.07	0.25	0.12	0.51	
	Total	7.28	2.30	6.88	50.33	15.13	3.74	59.81	45.04
Guiné-Bissau	Actividades financeiras	1.51		0.04	1.02	0.09	0.05	0.11	
	Activ. imob., alugueres e serviços prestados às empresas	0.04		0.03					
	Comércio (grosso e retalho). Reparação de veículos autom.				0.04	0.01		0.02	
	Indústrias transformadoras	0.08		0.73					
	Sector não ident. e particulares			0.07	0.03	0.01			0.46
	Outras activ. de serviços colectivos, sociais e pessoais	0.04		0.14	0.01	0.08	0.02	0.08	
	Total	1.66	0.00	1.00	1.10	0.20	0.07	0.21	0.46
Moçambique	Actividades financeiras	3.30	3.23	1.93	17.23	0.32	10.76	0.11	9.98
	Activ. imob., alugueres e serviços prestados às empresas	16.91	12.86	15.60	1.24	25.41	7.45	20.45	16.54
	Agricultura, produção animal, caça e silvicultura	0.00							
	Alojamento e restauração	1.66	1.56	2.74			3.70	1.18	4.48
	Comércio (grosso e retalho). Reparação de veículos autom.	0.01	0.01	0.01	0.01	0.01	0.00	0.04	
	Construção	1.57	0.65	0.67	0.88	3.19	0.54	2.87	17.96
	Educação			0.12		0.02			
	Indústrias transformadoras	1.21	1.25	1.53	0.40	1.29	0.42	1.54	0.22
	Pesca	0.73	0.03		0.27	2.37	0.05	0.71	
	Transportes, armazenagem e comunicações	0.01	0.01		0.01				
	Sector não ident. e particulares	0.64	0.58	0.06	0.10	0.09		0.09	
	Outras activ. de serviços colectivos, sociais e pessoais		0.56	0.07	0.37	0.37	0.51	0.41	0.62
	Total	26.03	20.74	22.72	20.49	33.05	23.42	27.41	49.80
S. Tomé e Príncipe	Actividades financeiras	0.85							
	Activ. imob., alugueres e serviços prestados às empresas	0.16		0.05				0.04	
	Alojamento e restauração					0.05		0.07	
	Construção	0.03						0.12	
	Transportes, armazenagem e comunicações	0.23	3.74	2.01		0.64		0.51	
	Sector não ident. e particulares	0.46	0.10						
	Outras activ. de serviços colectivos, sociais e pessoais			0.11		0.04		0.02	
	Total	1.74	3.85	2.17	0.00	0.73	0.00	0.75	0.00
Timor-Leste	Actividades financeiras	0.16		0.38					
	Activ. imob., alugueres e serviços prestados às empresas	0.05		0.02					
	Transportes, armazenagem e comunicações	0.01			1.77				
	Sector não ident. e particulares					0.05		0.04	
	Outras activ. de serviços colectivos, sociais e pessoais	0.39	0.24	0.02	0.57		0.23		0.33
	Total	0.61	0.24	0.42	2.34	0.05	0.23	0.04	0.33
Total PALOP e Timor-Leste		77.40	40.83	136.27	107.71	312.80	136.57	418.26	294.11

Fonte: Banco de Portugal. Estatísticas elaboradas a partir do Inquérito ao Investimento de Portugal no Exterior.

Quadro A.III.2.2.

INVESTIMENTO DIRECTO DOS PALOP E DE TIMOR-LESTE EM PORTUGAL

Por sectores de actividade, em milhões de EUR

		2003		2004		2005		2006	
		Inv.	Desinv.	Inv.	Desinv.	Inv.	Desinv.	Inv.	Desinv.
Angola	Actividades financeiras		4.46		1.64		0.19		0.22
	Activ. imob., alugueres e serviços prestados às empresas	2.92	0.13	1.00	0.10	4.98		9.52	3.97
	Comércio (grosso e retalho). Reparação de veículos autom.	0.40		0.03	0.22	0.02	0.05	0.01	0.02
	Construção		0.05		0.05	0.50	0.02	2.00	
	Educação					0.33	0.11	0.17	0.13
	Indústrias transformadoras						0.11		
	Transportes, armazenagem e comunicações							0.00	
	Sector não ident. e particulares	4.70		3.14	0.25	0.43		2.18	
Outras activ. de serviços colectivos, sociais e pessoais									
Total		8.02	4.64	4.16	2.26	6.26	0.48	13.89	4.34
Cabo Verde	Activ. imob., alugueres e serviços prestados às empresas					0.09	0.00	0.00	0.23
	Saúde e acção social				0.00				
	Sector não ident. e particulares	0.05	0.06		0.04	0.07	0.06		
	Outras activ. de serviços colectivos, sociais e pessoais						0.02		
Total		0.05	0.06	0.00	0.04	0.16	0.08	0.00	0.23
Guiné-Bissau	Sector não ident. e particulares	0.02					0.00	0.00	
	Total	0.02	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Moçambique	Activ. imob., alugueres e serviços prestados às empresas		0.02	0.01		0.02	0.13	0.07	0.59
	Construção		0.23						0.19
	Indústrias transformadoras							0.04	
	Sector não ident. e particulares	0.09		0.02	0.07		0.02		
Total		0.09	0.25	0.02	0.07	0.02	0.15	0.11	0.78
S. Tomé e Príncipe	Activ. imob., alugueres e serviços prestados às en					0.08		0.50	
	Sector não ident. e particulares			0.02		0.08			
Total		0.00	0.00	0.02	0.00	0.16	0.00	0.50	0.00
Timor-Leste	Activ. imob., alugueres e serviços prestados às empresas		0.01						
	Total	0.00	0.01	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Total PALOP e Timor-Leste		8.18	4.95	4.20	2.37	6.59	0.70	14.50	5.35

Fonte: Banco de Portugal. Estatísticas elaboradas a partir do Inquérito ao Investimento Directo do Exterior em Portugal.

III.3. Dívida oficial dos PALOP a Portugal

A dívida oficial dos PALOP a Portugal – que engloba não só a dívida directa ao Estado português como a por este garantida – perfazia 1 517 milhões de USD a 31 de Dezembro de 2006, correspondendo a uma subida de 166 milhões de USD face ao valor de final do ano anterior (equivalente a um aumento de 12.3%, em termos relativos).

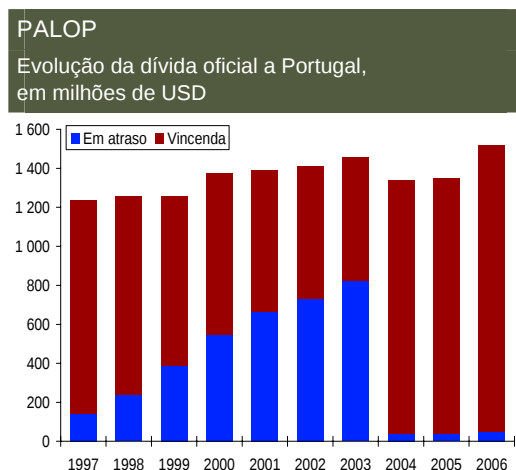
Quadro III.3.1.

DÍVIDA OFICIAL DOS PALOP A PORTUGAL		
Em 31-12-2006		
	Em milhões de USD	Em %
Angola	838	55.2
Moçambique	386	25.4
Cabo Verde	144	9.5
Guiné-Bissau	115	7.6
S. Tomé e Príncipe	34	2.3
TOTAL	1517	100.0

Fonte: Ministério das Finanças e Administração Pública - GPEARl

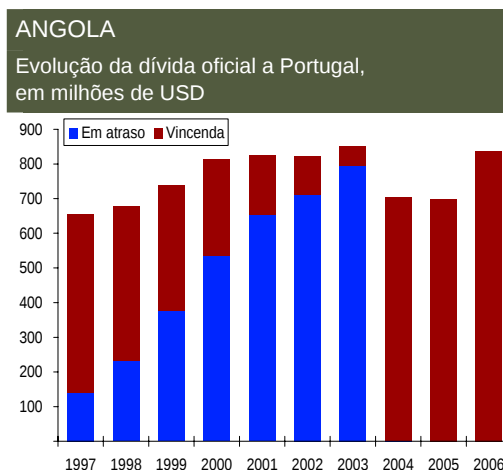
Este crescimento acentua a trajectória ascendente retomada em 2005, reflectindo sobretudo o acréscimo evidenciado pela dívida a médio e longo prazos garantida pelo Estado (+136 milhões de USD), embora a dívida directa ao Estado tenha igualmente denotado alguma subida (+30 milhões de USD).

Gráfico III.3.1.



Fonte: Min. das Finanças e Admin. Pública - GPEARl

Gráfico III.3.2.

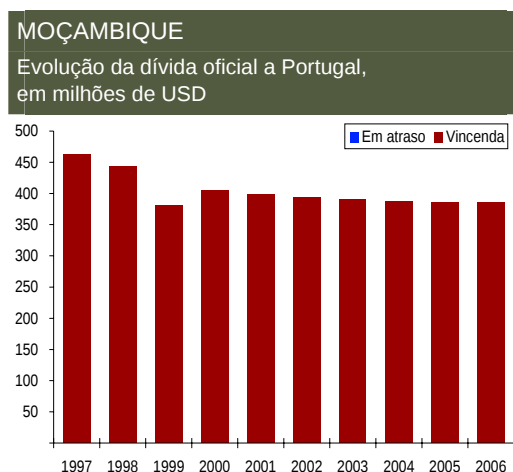


Fonte: Min. das Finanças e Admin. Pública - GPEARl

A contracção de novos empréstimos de médio e longo prazos garantidos pelo Estado fez elevar em 139 milhões de USD a dívida oficial de **Angola** a Portugal em 2006, sendo a principal responsável pela subida evidenciada pelo conjunto dos PALOP. Note-se que a dívida directa vincenda remanescente mantém o valor desde 2004 como resultado do período de carência acordado até 2009, no âmbito do reescalonamento assinado naquele ano.

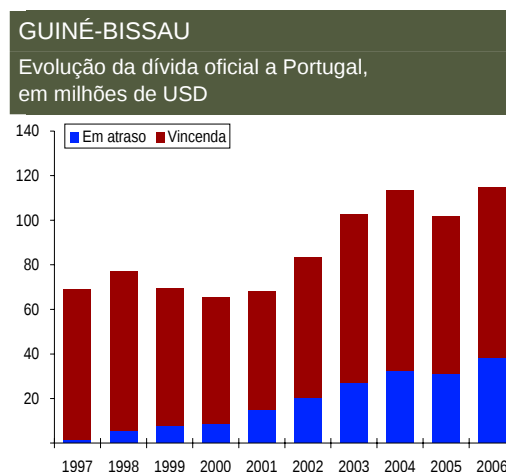
A dívida oficial de **Moçambique** a Portugal manteve em 2006 o valor do ano anterior, sendo integralmente constituído por dívida directa, tendo o serviço da dívida a médio e longo prazos garantida pelo Estado sido inteiramente pago em 2005. A manutenção dos valores da dívida directa vincenta desde 2000 decorre da existência de um acordo de princípio para nova reestruturação da dívida (ao abrigo da Iniciativa HIPC), ainda não assinado.

Gráfico III.3.3.



Fonte: Min. das Finanças e Admin. Pública - GPEARl

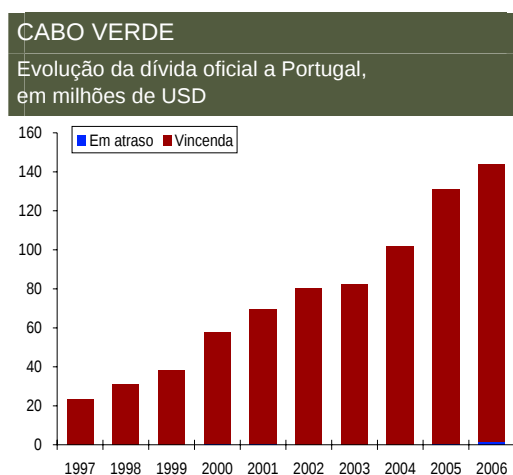
Gráfico III.3.4.



Fonte: Min. das Finanças e Admin. Pública - GPEARl

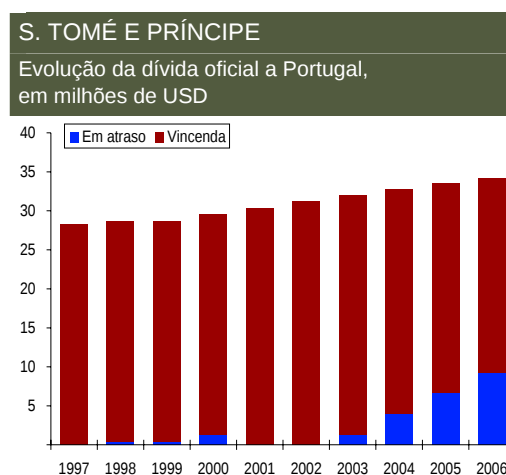
À semelhança do que vem sucedendo nos últimos anos, a evolução da dívida oficial da **Guiné-Bissau** reflecte sobretudo o comportamento do EUR face ao USD, uma vez que os créditos estão denominados na moeda europeia. Em 2006, os totais apurados evidenciaram um acréscimo de 13 milhões de USD (+12.8% em relação ao final de 2005), subida principalmente relacionada com o fortalecimento do EUR em relação à moeda norte-americana.

Gráfico III.3.5.



Fonte: Min. das Finanças e Admin. Pública - GPEARl

Gráfico III.3.6.



Fonte: Min. das Finanças e Admin. Pública - GPEARl

A dívida oficial de **Cabo Verde** a Portugal manteve a trajectória ascendente que apresenta desde 1998, elevando-se a um total de 144 milhões de USD no final de 2006, superior em 13 milhões de USD ao valor do ano anterior (+9.7%). Este crescimento decorreu do aumento da dívida directa ao

Estado (decorrente de novos saques relativos a empréstimos relacionados com infra-estruturas rodoviárias), tendo a dívida garantida evidenciado algum decréscimo.

A dívida de **S. Tomé e Príncipe** a Portugal foi objecto de reestruturação em 1995, englobando créditos num total de 28 milhões de USD. Em Março de 2001 foram reescalados os juros então em atraso, passando a integrar a dívida vincenda a partir do final desse ano. De 2003 em diante a evolução da dívida oficial de S. Tomé e Príncipe tem vindo a ser caracterizada pela acumulação de atrasados.

Após a obtenção dos Pontos de Decisão da Iniciativa HIPC reforçada em Dezembro de 2000, a Guiné-Bissau e S. Tomé e Príncipe sentiram algumas dificuldades em alcançar os objectivos traçados em programas acordados com o Fundo, pelo que o processo de alívio de dívida foi entretanto suspenso. A retoma do programa com o FMI ao abrigo da PRGF em 2005, e a introdução de medidas correctivas após os desvios registados no início de 2006, permitiram a S. Tomé e Príncipe atingir o Ponto de Conclusão da HIPC em Março de 2007, garantindo simultaneamente o acesso à Iniciativa de Redução da Dívida Multilateral. Seguir-se-á a assinatura dos acordos com os credores bilaterais, pelo que se prevê que a dívida a Portugal venha a evidenciar futura redução. Em relação à Guiné-Bissau, a existência e persistência de desequilíbrios internos e externos tem vindo a dificultar a possibilidade de estabelecer acordos ao abrigo dos programas com o Fundo, pelo que as últimas estimativas do FMI apontam para que o Ponto de Conclusão apenas possa vir a ser atingido em 2009.

Quadro A.III.3.1.

DÍVIDA OFICIAL DOS PALOP A PORTUGAL

Em milhões de USD

		Dívida Directa ao Estado			Dívida a Médio e Longo prazos Garantida pelo Estado			Dívida a Curto prazo Garantida pelo Estado			Dívida Oficial		
		(1)			(2)			(3)			(1)+(2)+(3)		
		Vincenda	Em atraso	Total	Vincenda	Em atraso	Total	Vincenda	Em atraso	Total	Vincenda	Em atraso	Total
Angola	1997	338	129	467	178	11	188				516	139	655
	1998	276	199	475	170	34	204				446	233	679
	1999	211	291	502	151	86	237				362	377	739
	2000	170	379	549	110	156	266				280	536	815
	2001	105	454	559	68	198	266				172	652	824
	2002	62	501	564	50	209	259				112	710	823
	2003	43	524	567	12	271	283				55	795	850
	2004	698		698	4	1	5				701	1	702
	2005	698		698	1		1				699		699
	2006	698		698	140		140				838		838
Cabo Verde	1997	2	0	2	22		22				23	0	24
	1998	11	0	11	20		20				31	0	31
	1999	21	0	21	17		17				38	0	38
	2000	38	0	39	19		19				57	0	58
	2001	40		40	29	1	29				69	1	70
	2002	45		45	35		35				80		80
	2003	48		48	34		34				82		82
	2004	46		46	56		56				102		102
	2005	48		48	83	1	84				131	1	131
	2006	64		64	78	2	80				142	2	144
Guiné-Bissau	1997	68	2	69							68	2	69
	1998	72	5	77							72	5	77
	1999	61	8	69							61	8	69
	2000	57	9	65							57	9	65
	2001	53	15	68							53	15	68
	2002	63	20	83							63	20	83
	2003	75	27	103							75	27	103
	2004	81	33	114							81	33	114
	2005	70	31	102							70	31	102
	2006	77	38	115							77	38	115
Moçambique	1997	433		433	30		30				462		462
	1998	422		422	22		22				444		444
	1999	362		362	19		19				381		381
	2000	386		386	18		18				405		405
	2001	386		386	12		12				398		398
	2002	386		386	8		8				394		394
	2003	386		386	5		5				391		391
	2004	386		386	2		2				388		388
	2005	386		386							386		386
	2006	386		386							386		386
S. Tomé e Príncipe	1997	28		28							28		28
	1998	28	0	29							28	0	29
	1999	28	0	29							28	0	29
	2000	28	1	30							28	1	30
	2001	30		30							30		30
	2002	31		31							31		31
	2003	31	1	32							31	1	32
	2004	29	4	33							29	4	33
	2005	27	7	34							27	7	34
	2006	25	9	34							25	9	34
Total dos PALOP	1997	868	130	998	229	11	240				1 097	141	1 238
	1998	809	205	1 014	212	34	246				1 021	239	1 260
	1999	684	299	983	188	86	274				871	385	1 257
	2000	679	389	1 069	147	156	304				827	546	1 373
	2001	615	469	1 084	108	199	307				723	668	1 391
	2002	588	522	1 110	93	209	302				681	731	1 412
	2003	584	552	1 136	50	271	321				634	824	1 458
	2004	1 239	37	1 276	61	1	62				1 300	38	1 338
	2005	1 229	38	1 267	84	1	85				1 313	39	1 352
	2006	1 250	47	1 297	219	2	220				1 468	49	1 517

Fonte: Ministério das Finanças e Administração Pública - GPEARI.